

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
Avenida Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901  
Telefone: (84) 3232-2125 e Fax: @fax\_unidade@ - www.sead.rn.gov.br

## EDITAL Nº 90036/2026

Processo nº 00510050.000030/2025-73

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90036/2026.

UASG: 925538

OBJETO: Contratação de empresa especializada

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 11.412.919,44 (onze milhões, quatrocentos e doze mil novecentos e dezenove reais e quarenta e quatro centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 20/05/2026.

HORÁRIO (Brasília/Distrito Federal): 10:00 horas.

LOCAL (PLATAFORMA): Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.

MODO DE DISPUTA: Aberto.

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD, responsável pela fase externa das licitações oriundas da Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte, através de sua Pregoeira Oficial, designada pelo Ato nº 47/2025, em conformidade com a Portaria nº 299 - GS/SEAD, de 02 de março de 2023, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, do Decreto Estadual 32.449, de 07 de março de 2023, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização do Pregão na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

### 1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de solução integrada de captação, armazenamento, transmissão, gestão e custódia de evidências digitais por câmeras corporais, incluindo o fornecimento dos equipamentos com os devidos suportes para fixação no fardamento, em regime de comodato, necessários para estabelecer os links com o sistema de armazenamento em nuvem, infraestrutura nas instalações físicas da contratante, configurações, manutenções, atualizações, correções de software, hardware e suporte técnico, bem como acessórios dos equipamentos e suporte técnico para toda solução, incluindo garantia total, para uso durante as atividades operacionais da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será composta por 01 (um) item, conforme tabela constante do Termo de Referência.

### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#), e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação será de R\$ 11.412.919,44 (onze milhões, quatrocentos e doze mil novecentos e dezenove reais e quarenta e quatro centavos).

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado

é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema respeitando o valor final mínimo

4.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Marca.

5.1.2. Fabricante.

5.1.3. Valor expresso em Reais (R\$).

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$1.000,00 (um mil reais)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o , auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e



divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

6.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2. empresas brasileiras;

6.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas



Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.9.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com

detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as

exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia ou por qualquer outro meio admitido pela Administração, preferencialmente no formato digital.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser

admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas , para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **9. DO TERMO DE CONTRATO**

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação

justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

### **Garantia da contratação**

9.8. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 2% (dois por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

9.9. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até 10 (dez) dias corridos, após a assinatura do contrato.

9.10. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias corridos, após a assinatura do contrato.

9.11. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

9.12. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA.**

### **Do recebimento**

12.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 50).

12.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

12.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

12.2.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

12.2.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

12.2.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

12.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

12.4.1. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado, avaliando as informações e documentos emitidos pelo fiscal de contrato.

12.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

12.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

12.4.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

12.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

12.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **13. DA GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO**

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do

contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

13.7. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, III);

13.7.1. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, II);

13.7.2. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, X);

13.7.3. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

13.8. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.

13.8.1. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

13.9. O contratado deverá indicar preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

13.9.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

13.9.2. A Contratada deve manter um representante ou preposto dedicado exclusivamente a fornecer esclarecimentos e resolver quaisquer reclamações que possam surgir durante a execução do contrato. A Contratada deve fornecer meios de contato, como números de telefone, endereços de e-mail ou outros métodos de comunicação, garantindo um contato contínuo e irrestrito com a Contratante, mesmo fora do horário comercial e em sábados, domingos e feriados. Este preposto deve estar disponível para:

13.9.2.1. Cadastro de novas máquinas, equipamentos e/ou usuários.

13.9.2.2. Alteração de registros de servidores e máquinas/equipamentos.

13.9.2.3. Regularização de configurações necessárias ao bom funcionamento do sistema e do contrato.

13.9.2.4. Execução de atividades relacionadas aos itens constantes no Termo de Referência e no edital.

13.9.2.5. Atendimento em horários fora do expediente administrativo, assegurando que não haja interrupção no atendimento das demandas da Contratante.

#### **14. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

14.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto neste item.

14.2. A avaliação da execução do objeto utilizará medição mensal, que será realizada no primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação.

14.3. Para fins de medição, a CONTRATADA deverá fornecer mensalmente, a partir da vigência contratual iniciada após a implantação, ou quando solicitado, na forma determinada pela Contratante, o demonstrativo de utilização dos serviços, por quantidade de Câmeras à disposição das sedes de onde foram instaladas e alocadas.

14.3.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

14.3.1.1. Não produzir os resultados acordados;

14.3.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

14.3.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.4. Considera-se COP disponível:

14.4.1. O dispositivo que está apto a captar vídeos/áudios, quando estiver sendo utilizado por um policial militar;

14.4.2. Apto para o descarregamento em nuvem e replicação em co-location numa estrutura de storage dos dados armazenados em sua memória interna;

- 14.4.3. Quando estiver na unidade policial, para recarregamento regular de sua bateria de energia;
- 14.4.4. Com seus acessórios de fixação em condições de uso pelo policial militar;
- 14.4.5. A disponibilidade da COP abarca as 24 horas do dia, pois a câmera estará sempre em operação, seja sob a guarda de um policial, seja acoplada a uma doca descarregando sua memória de evidências ou ainda em carregamento de bateria interna;
- 14.5. Constatado que a COP não está apta para captação de dados de vídeo/áudios ou que não está descarregando para a nuvem e replicação em co-location numa estrutura de storage seus dados internos, esta será considerada INDISPONÍVEL;
- 14.6. Em virtude de anormalidades constatadas durante o monitoramento/administração/gerenciamento das plataformas, a CONTRATADA deverá expedir relatório técnico pormenorizado, constando, no mínimo, os seguintes itens:
- 14.6.1. Data e hora de início e término;
- 14.6.2. Técnico ou técnicos responsáveis, que participou(aram) e/ou elaborou(aram) a atividade, com assinatura;
- 14.6.3. Assinatura e identificação do militar que solicitou o atendimento;
- 14.6.4. Detalhes da causa, incidente e medidas corretivas aplicadas;
- 14.6.5. Se houve necessidade de acionamento de manutenção preventiva e/ou corretiva para algum ativo.
- 14.7. Todos os incidentes abertos devem ter sua resolução, incluindo todo o histórico do chamado, registrada na ferramenta de gerenciamento de serviços de TIC em uso na PMRN e da SESED/RN.
- 14.8. A empresa, para efeito de faturamento, deverá entregar planilha de cálculo seguida dos relatórios de serviços expedidos por ocasião da entrega da fatura mensal, que será confrontado com as documentações e controles internos da PMRN e da SESED/RN, principalmente para efeitos do recebimento provisório, sendo que, em casos em que houver divergências, serão aplicadas as condições previstas em contrato para correções.
- 14.9. Todas as atividades serão faturadas pela quantidade de COP disponível em cada Unidade Policial onde foram instaladas e alocadas, definidas no Apêndice B - Plano de Localização - Distribuição de Câmeras Corporais, verificando-se a *pro rata*, quando for o caso e, para realizar o faturamento mensal.
- 14.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 14.11. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 14.11.1. Finalidade;
- 14.11.2. Meta a cumprir;
- 14.11.3. Severidade.

## **Liquidação**

14.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

14.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

14.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será



providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

14.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF, ou sítios oficiais.

#### **Prazo de pagamento**

14.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

14.21. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

#### **Forma de pagamento**

14.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **15. DO REAJUSTE**

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09/02/2026.

15.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

15.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da

data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: [cplsessed@gmail.com](mailto:cplsessed@gmail.com)

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **17.1. Comprovações exigidas**

17.2. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

17.2.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

#### **17.2.2. Cotas para Aprendiz: (RN APRENDIZ)**

17.2.2.1. No ato de contratação com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, o licitante deverá comprovar o preenchimento da cota de aprendizes prevista no art. 429 do Decreto-Lei 5.452, de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do total de empregados contratados pela licitante. (Decreto Estadual 30.753, de 22 de julho de 2021, alterado pelo Decreto 31.902, de 09 de setembro de 2022).

17.2.2.2. A comprovação de que trata o subitem anterior será atestada mediante declaração firmada pelo responsável legal da empresa, acompanhada dos registros de contratação dos aprendizes, ocultando se os respectivos dados pessoais, em conformidade com a Lei Federal 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

17.2.2.3. <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>.

#### **17.2.3. Cotas para Deficiente Físico:**

17.2.3.1. No ato de contratação com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, relativamente a bens, serviços e obras, bem como durante a vigência dos respectivos contratos, as empresas deverão comprovar o cumprimento da Lei Federal 8.213, de 24 de julho de 1991, que em seu artigo 93 estabelece a obrigatoriedade de preenchimento no quadro de funcionários da empresa com 100 ou mais empregados, com beneficiários reabilitados ou com pessoas com deficiência, (2% até 200 empregados até 5% a partir de 1.001 empregados).

17.2.3.2. Incumbe às empresas licitantes, quando for o caso, comprovar que não se enquadram nas obrigações estabelecidas no Decreto-Lei 5.452/1940 (CLT), regulamentado pelo Decreto Federal 9.579/2018 e na Lei Federal 8.213/1991, bem como expor os motivos de eventual descumprimento, na hipótese de serem obrigadas à observância das leis e decretos mencionados.

17.2.3.3. <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>.

Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico: <https://sei.rn.gov.br/>

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://www.compras.rn.gov.br/licitacoes>

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência.

ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar.

ANEXO III - Minuta do Contrato.

Natal/RN, na data da assinatura eletrônica.

**OSMIR DE OLIVEIRA MONTE**

Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social



Documento assinado eletronicamente por **OSMIR DE OLIVEIRA MONTE**, **Secretário de Estado Adjunto da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social**, em 30/04/2026, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **40666116** e o código CRC **092D6CA1**.

**ANEXOS AO EDITAL**

**Referência:** Processo nº 00510050.000030/2025-73

SEI nº 40666116

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL  
Avenida Sen. Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado, Prédio da Escola de Governo, 1º andar - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - www.defesasocial.rn.gov.br

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00510050.000030/2025-73

**CONVÊNIO: 972848/2024**

**CONVENIENTE: Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social**

**CNPJ nº: 00.498.299.0001-56**

### 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de empresa especializada na prestação de serviço de solução integrada de captação, armazenamento, transmissão, gestão e custódia de evidências digitais por câmeras corporais, incluindo o fornecimento dos equipamentos com os devidos suportes para fixação no fardamento, em regime de comodato, necessários para estabelecer os links com o sistema de armazenamento em nuvem, infraestrutura nas instalações físicas da CONTRATANTE, configurações, manutenções, atualizações, correções de software, hardware e suporte técnico, bem como acessórios dos equipamentos e suporte técnico para toda solução, incluindo garantia total, para uso durante as atividades operacionais da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (24 MESES/Câmera Corporal)	VALOR DE REFERÊNCIA (24 MESES)
1	Câmera corporal com armazenamento de dados de vídeo e áudio na memória do próprio aparelho, com transferência de dados via estação de carregamento e transmissão de dados para armazenamento em um computador e /ou servidor local ou remoto (nuvem ou datacenter), com transferência de dados via internet, com possibilidade de transferência de dados ao vivo via wireless (wi-fi ou celular) para um Centro de Comando e Controle ou Sala de Controle e com sistema de gestão.	33.90.39	Unidade	793	R\$ 14.392,08	R\$ 11.412.919,44
<b>Total</b>						R\$ 11.412.919,44

Tabela 01

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum.

1.3. Bens e serviços comuns são aqueles que podem ser definidos por meio de especificações objetivas, que estabelecem o padrão de qualidade desejado pela Administração Pública, de acordo com características usuais no mercado.

1.3.1. Características do conceito de bem e serviço comum:

a) disponibilidade no mercado próprio: o objeto está disponível para compra ou contratação a qualquer momento.

b) padronização: os atributos essenciais do objeto são pré-determinados, de forma objetiva e uniforme.

c) desnecessidade de peculiaridade para satisfação da Administração: o bem é apto a satisfazer necessidades comuns, não precisando conter características peculiares para atingir seus fins.

1.3.2. Portanto, o(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), visto que, são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante determina o art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da assinatura do contrato, na forma

do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O serviço é enquadrado como continuado e sem dedicação de mão de obra exclusiva, tendo em vista que envolve uma solução integrada de captação, armazenamento, transmissão, gestão e custódia de evidências digitais por câmeras operacionais, incluindo o fornecimento dos equipamentos com os devidos suportes para fixação no fardamento, em regime de comodato, necessários para estabelecer os links com o sistema de armazenamento em nuvem, infraestrutura nas instalações físicas da CONTRATANTE, configurações, manutenções, atualizações, correções de software, hardware e suporte técnico, bem como acessórios dos equipamentos e suporte técnico para toda solução, incluindo garantia total, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A implementação de câmeras corporais nos uniformes dos agentes de segurança pública é uma solução tecnológica inovadora que atende às necessidades de transparência, eficiência e confiança nas relações entre a sociedade e as forças de segurança. Alinhada aos princípios de respeito aos direitos fundamentais e à dignidade da pessoa humana, a solução visa assegurar que as ações policiais sejam conduzidas dentro da legalidade, prevenindo abusos e reduzindo situações de conflito ou desconfiança. Essa medida também fortalece a cidadania ao promover práticas mais éticas e alinhadas aos valores democráticos.

2.2. Além de beneficiar a sociedade, as câmeras corporais oferecem proteção jurídica e valorização dos profissionais de segurança pública. Os registros visuais servem como evidências concretas em ocorrências, garantindo que as ações dos agentes sejam avaliadas de maneira imparcial, protegendo-os de acusações infundadas e assegurando o devido reconhecimento por seu trabalho. Assim, a medida contribui para a valorização institucional e individual, além de reforçar a confiança nas corporações.

2.3. A tecnologia também desempenha um papel estratégico na modernização institucional, permitindo o uso de dados para a análise e otimização de práticas operacionais. Com os registros das câmeras, é possível identificar padrões, corrigir falhas e aprimorar o planejamento tático das forças de segurança. Isso não apenas aumenta a eficiência nas operações, mas também reduz custos e o tempo gasto em investigações e litígios, promovendo economia e celeridade nos processos.

2.4. A solução também fortalece a articulação interfederativa e interagências, criando um padrão de registro uniforme que facilita a integração entre diferentes níveis e órgãos de segurança pública. Essa integração é essencial para compartilhar informações estratégicas e garantir a execução de ações coordenadas e alinhadas às diretrizes estabelecidas em programas federais.

2.5. Por fim, ao incorporar os princípios de transparência, responsabilidade e prestação de contas, a medida melhora significativamente a relação entre os agentes de segurança e a sociedade. A presença das câmeras corporais aumenta a confiabilidade dos serviços prestados e promove um ambiente de maior justiça e responsabilidade. Dessa forma, a solução não apenas resolve problemas operacionais, mas também contribui para uma segurança pública mais ética, eficiente e humanizada.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

### **CÂMERA CORPORAL**

3.1. Requisitos Gerais da Solução:

3.1.1. O objeto do presente termo de referência deverá ser realizado conforme as descrições nele estabelecidas, correndo, por conta da CONTRATADA, as despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da prestação dos serviços;

3.1.2. A CONTRATADA deverá fornecer as Câmeras Operacionais Portáteis (COPs) e todos os demais equipamentos em regime de comodato, com as características técnicas descritas nesta especificação técnica;

3.1.3. Todos os aparelhos necessários ao funcionamento da solução, deverão ser entregues e instalados nos locais previstos de endereços para instalações, configurações e serviços, que serão entregues a CONTRATADA juntamente com a Ordem de Fornecimento de Serviços;

3.1.4. A CONTRATADA deverá trocar os equipamentos disponibilizados a título de Comodato, em caso de prorrogação contratual, devendo ser substituídos por outros equipamentos novos e mais atualizados em recursos tecnológicos, que possuam as mesmas ou superiores características técnicas e serviços, sem custos adicionais;

3.1.5. As inovações tecnológicas disponibilizadas no portfólio de produtos da contratada, tanto a nível nacional quanto internacional, deverão ser oferecidas sem custos adicionais durante a vigência do contrato, garantindo treinamento e funcionamento contínuo da solução.

3.1.6. A solução deve permitir o acionamento remoto da gravação por meio de computadores e dispositivos móveis, bem como a transmissão via live streaming (quando houver sinal de internet na área de operação) de cada câmera, sem limite de licenças ou de usuários.

3.1.7. O equipamento deve possuir um sistema que alerte o operador quando o equipamento for acionado remotamente.

3.1.8. O serviço de gerenciamento da solução, incluindo infraestrutura, equipamentos, acessórios, armazenamento em nuvem, plano de dados para conectividade das câmeras, manutenção, instalação e suporte técnico de software, hardware e licenças de uso, Software de Gerenciamento e Custódia de Evidências Digitais (SGCED), será fornecido a título de comodato.

3.1.9. A infraestrutura inclui a instalação de todo o equipamento necessário para estabelecer *links* de dados para o armazenamento em nuvem, acionamento remoto e *live streaming*, docas para carregamento de baterias e/ou



descarga de dados. Inclui também a adaptação da rede de energia elétrica e de dados necessária para o funcionamento do sistema nos locais descritos neste documento.

3.1.10. Todos os componentes, sejam equipamentos, acessórios, programas, autorizações e/ou serviços, mesmo que não especificados neste documento, mas necessários para o funcionamento correto e eficiente da solução conforme as características exigidas, deverão ser considerados pela Licitante.

3.1.11. A contratada deverá fornecer os *SIM CARD* ou *eSIM*, bem como o contrato com operadoras de telefonia e dados para habilitar a conectividade da câmera para acionamento remoto, live streaming, GPS e outros recursos que dependem de rede de dados.

3.1.12. A contratada deverá fornecer customização do software de custódia para adequação à realidade da segurança pública brasileira (metadados) e tradução para o português brasileiro, com tags de classificação de evidências, revisão, identificação dos tipos de vídeo, ID da ocorrência.

3.1.13. O sistema deve incluir marca d'água exibida em cada frame com identificação do usuário logado, do operador que estava em uso da câmera e da câmera para prevenir gravação da tela de computadores e dispositivos móveis, permitindo controle sobre vazamentos ilegais. Os aplicativos móveis e os players de vídeo nos computadores devem ter recursos que dificultem a captura de tela e gravação da tela de exibição.

3.1.14. Caso o tamanho e a posição da marca d'água não atendam às expectativas da Contratante, a Contratada terá um prazo de 6 (seis) meses a partir da assinatura do contrato para desenvolver uma marca d'água que atenda às necessidades da Contratante. Contudo, o sistema deve possuir marca d'água no player de exibição do SGCED e da câmera (ou dispositivo de reprodução) já na apresentação das amostras, independentemente do tamanho ou posição.

3.1.15. Os equipamentos devem gravar ININTERRUPTAMENTE todo o turno de serviço, que compreende um período mínimo de 12 (doze) horas com uma única bateria, com as resoluções de vídeo previstas neste documento. Não serão aceitos equipamentos que necessitem de mais de uma bateria para cobrir as 12 horas de gravação. A bateria não poderá ser removível pelo operador.

3.1.16. O Software de Gerenciamento e Custódia de Evidências Digitais (SGCED) e o *firmware* da câmera devem ser capazes de marcar os períodos correspondentes às interações ou ocorrências e permitir a inserção dos respectivos metadados.

3.1.17. É compulsório que a gravação do turno de 12 horas seja dividida em arquivos menores, com duração mínima de 30 minutos e máxima de 1 hora (chamados de vídeos de ROTINA), para facilitar o manuseio, edição e compartilhamento dos dados, sem comprometer a integridade da segurança e cadeia de custódia. Esses arquivos devem possuir *hash* que comprove que os *bits* do arquivo original gerado na câmera correspondem ao arquivo custodiado e armazenado no sistema.

3.1.18. Para as gravações de "Rotina", onde a câmera grava ininterruptamente, a resolução mínima será de 480p com taxa de bits de vídeo de no mínimo 1224 Kbps e com taxa de quadros, mínima, de 30 fps. No entanto, para imagens onde o operador inicia a gravação ou quando for iniciada remotamente, a resolução deve, ser, de no mínimo 720p, com taxa de bits de vídeo de pelo menos 3672 kbps e taxa de quadros mínima de 30 fps.

3.1.19. Após a divisão das gravações em arquivos menores, o sistema deve incluir um mecanismo para verificar a integridade dos arquivos para garantir que não houve corrupção durante o processo de divisão e armazenamento.

3.1.20. Incluir um sistema de monitoramento e alertar a Contratante sobre o status e funcionamento dos equipamentos, incluindo alertas de falhas ou problemas na gravação.

3.1.21. O armazenamento de dados de vídeo e áudio deve ser por no mínimo 90 (noventa) dias com a finalidade de cadeia de custódia, sendo de inteira responsabilidade da Contratada definir a tecnologia mais eficiente para o caso específico, ressaltando-se o disposto na Instrução Normativa GSI/PR nº 5/2021.

3.1.22. Os registros audiovisuais das câmeras corporais devem ser armazenados por 1 (um) ano quando albergados nas hipóteses do art. 15, § 1º, incisos I a VI, da Portaria do Ministro MJSP nº 648/2024. Firmando-se a Contratante plenamente no resultado, da garantia de total e irrestrito acesso de qualidade aos dados, com inequívoca disponibilidade e segurança, criptografia e garantia da cadeia de custódia, indiferentemente da tecnologia utilizada, salvaguardando-se assim a ampla concorrência.

3.1.23. O sistema deve registrar e permitir a auditoria dos acessos e usos das câmeras e do *software*, garantindo a rastreabilidade das operações e a segurança das evidências.

3.1.24. As Câmeras corporais são classificadas na Norma Técnica SENASP nº 014/2024: Câmeras corporais com armazenamento de dados de vídeo e áudio na memória do próprio aparelho, com transferência de dados via estação de carregamento e transmissão de dados para armazenamento em um computador e/ou servidor local ou remoto (nuvem ou datacenter), com transferência de dados via *internet*, com possibilidade de transferência de dados "ao vivo" via *wireless* (*wi-fi* ou celular) para o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública, ou Centro de Gerenciamento e Monitoramento, ou Centro de Comando e Controle, ou Sala de Controle e com o sistema de gestão.

## 3.2. Dos Requisitos específicos do Hardware

3.2.1. De acordo com a Portaria do Ministro Nº 648/2024, as câmeras corporais devem contemplar as seguintes formas de acionamento:

Art. 10. A gravação das câmeras corporais ocorrerá, alternativa ou concomitantemente, segundo a regulamentação de cada órgão de segurança pública, admitidas as seguintes modalidades:

I - por acionamento automático, quando:

a) a gravação é iniciada desde a retirada do equipamento da base até a sua devolução, registrando todo o turno de serviço; ou

b) a gravação é configurada para responder a determinadas ações, eventos, sinais específicos ou geolocalização;

II - por acionamento remoto: quando a gravação é iniciada, de forma ocasional, por meio do sistema, após decisão da autoridade competente ou se determinada situação exigir o procedimento; ou

III - por acionamento dos próprios integrantes dos órgãos de segurança pública para preservar sua intimidade ou

### 3.2.2. Usabilidade e segurança

3.2.2.1. As câmeras corporais devem ser projetadas para máxima usabilidade e segurança, com um mecanismo de acionamento de fácil manuseio, como um botão ou interruptor deslizante de acionamento fácil, sendo necessário a utilização de apenas uma das mãos.

### 3.2.3. Localização do botão de acionamento:

3.2.3.1. O botão de acionamento intencional de gravação de vídeo e áudio não deve estar localizado na parte traseira da câmera, bem como nem em locais em que o suporte de fixação câmera venha a prejudicar seu acionamento.

### 3.2.4. Assessórios de fixação e estabilidade:

3.2.4.1. As câmeras corporais devem ser fixadas por suportes que garantam estabilidade do equipamento e das imagens coletadas.

3.2.4.2. As câmeras corporais devem ser fixadas por suportes que não danifiquem o material substrato de fixação.

### 3.2.5. Peso:

3.2.5.1. A câmera corporal, com a bateria, deve ter massa máxima de 250g.

### 3.2.6. Condições do equipamento:

3.2.6.1. As câmeras corporais a serem fornecidas devem ser dispositivos novos, sem uso prévio, e contar com garantia de assistência técnica durante todo o período contratual.

### 3.2.7. Autonomia e gravação:

3.2.7.1. A câmera corporal deve ter, no mínimo, 4 horas de gravação em alta resolução (HD ou 720p) durante a autonomia declarada pelo fornecedor, respeitando o valor mínimo de 12 horas de autonomia, mantendo ativos os metadados e funcionalidades de conectividade quando aplicável.

3.2.7.2. A capacidade de armazenamento total da câmera corporal deve ser de, no mínimo, 64 GB, sem a utilização de cartão removível do tipo SD-CARD.

3.2.7.3. O fornecedor deve declarar a autonomia da bateria, qual resolução de gravação e os metadados ativos na avaliação, certificando essas informações no Certificado de Conformidade do produto.

3.2.7.4. As câmeras devem ser capazes de gravar de forma contínua, quando acionadas pelo operador ou quando acionada remotamente.

3.2.7.5. A câmera corporal deve ser capaz de capturar áudios de forma inteligível, inclusive conversações, a uma distância de no mínimo 1,00 m, constando essa distância no Certificado de Conformidade.

### 3.2.8. Trava de acesso

3.2.8.1. A câmera corporal deve apresentar mecanismo ou dispositivo de trava de acesso que não permita a remoção ou extravio acidental da bateria e/ou SIM Card, quando removíveis

### 3.2.9. Proteção de dados

3.2.9.1. A interrupção, intencional ou não, da alimentação energética disponível na bateria da câmera corporal e/ou estação de carregamento e transmissão de dados não deve causar perda ou corrupção de dados.

### 3.2.10. Visão Noturna

3.2.10.1. Quando a câmera corporal dispuser de sistema de visão noturna, o módulo deve ser configurável e permitir a desabilitação do recurso.

### 3.2.11. Indicadores de status

3.2.11.1. As câmeras corporais devem apresentar mecanismos que permitam a percepção do operador para o monitoramento, no mínimo, das indicações de nível de carga de bateria, status de gravação, nível de armazenamento, status de geolocalização e sinal de conexão wireless, sendo os dois últimos apenas quando aplicável. Todas as informações de status e operacionais do dispositivo sejam obrigatoriamente visíveis sem a retirada deste de seu suporte de fixação no uniforme.

3.2.11.2. As câmeras **não deverão possuir telas de reprodução de vídeo**, deverão possuir display com informações de status devidamente programáveis que permitam ao policial visualizar as informações sem a necessidade da retirada da câmera do suporte junto ao peito, indicasse que a melhor posição seja na parte superior da câmera;

### 3.2.12. Mecanismo de sinalização

3.2.12.1. Os mecanismos utilizados para informar quaisquer parâmetros da câmera corporal, como luzes de sinalização utilizadas em LEDs, não podem tornar o operador suscetível e/ou vulnerável quando da sua atuação, devendo tais módulos ser configuráveis e permitir a desabilitação do recurso.

### 3.2.13. Acesso ao Hardware

3.2.13.1. Deverá haver identificação visual no mínimo em uma das faces externas das câmeras corporais e das estações de carregamento e transmissão de dados, sendo indelével e inamovível. Ademais, torna-se imperioso a sua inviolabilidade quanto ao acesso ao *hardware*, excetuando-se por óbvio quando da intervenção para manutenção solicitada pela Contratante, que deve ser realizada pela Contratada através da assistência técnica especializada.

### 3.2.14. Acesso ao armazenamento

3.2.14.1. O dispositivo de armazenamento de dados da câmera corporal e das estações de carregamento e transmissão de dados, quando aplicável, deve ser inacessível para os operadores

### 3.2.15. **Ângulo de visão:**

3.2.15.1. O ângulo de campo de visão deverá ter abertura mínima horizontal de 120°.

### 3.2.16. **Resolução:**

3.2.16.1. A câmera corporal deve ter uma resolução mínima de 480p com taxa de bit de vídeo de, no mínimo, 1224 kbps e taxa de quadros mínima de 30 fps.

3.2.16.2. Para resolução de 720p, a taxa de bit de vídeo deve ser de, no mínimo, 3672 kbps e com a taxa de quadros, mínima, de 30 fps.

3.2.16.3. Quando aplicável, para a resolução de 1080p, a taxa de bit de vídeo deve ser de, no mínimo, 8336 kbps e com a taxa de quadros, mínima, de 30 fps.

### 3.2.17. **Compressão do Vídeo**

3.2.17.1. O padrão de compressão de vídeo deve ser, no mínimo, H.264 ou equivalente, sendo desejável o padrão H.265 ou equivalente.

### 3.2.18. **Proteção e resistência**

3.2.18.1. O grau de proteção mínimo da câmera corporal é o IP67, que deve suportar pressão considerável e repetitiva, vibração e choque mecânico e ser resistente a riscos ambientais comuns, como poeira, condensação, respingos de água e impactos. Devendo ser apresentada certificação que comprove a proteção.

3.2.18.2. A resistência a queda deve ser de no mínimo 1,5 metro. Opcionalmente, o ensaio pode ser realizado em alturas maiores do que o prescrito, desde que em todas as posições descritas no roteiro de ensaio e, quando da certificação, conste a altura do ensaio de queda no Certificado de Conformidade. Deve ser apresentada certificação de resistência no mínimo, no padrão de uso Militar MIL-STD-810 ou equivalente.

### 3.2.19. **Temperatura operacional**

3.2.19.1. A câmera corporal deve ser capaz de operar entre -10 °C e 50°C sem que nenhuma das suas funcionalidades seja comprometida.

### 3.2.20. **Autenticação e identificação**

3.2.20.1. A liberação das câmeras corporais das estações de carregamento e/ou transmissão de dados deve possuir mecanismo que atribua individualmente a câmera corporal ao operador, seja por meio de mecanismos biométricos de autenticação, chaves de autenticação digital como cartões magnéticos, sistema de autenticação de múltiplo fator ou mecanismos similares.

### 3.2.21. **Conectividade e Localização**

3.2.21.1. Possuir conectividade móvel 3G/4G/5G própria e/ou por meio de hotspot móvel.

3.2.21.2. Possuir conexão WiFi mínima 2,4 GHz e padrão IEEE 802.11 (B, G e N) com segurança mínima WPA2-PSK.

3.2.21.3. A *bodycam* deve ter GPS integrado com precisão mínima de 30 metros, registrando de forma segura as posições de latitude e longitude para garantir a informação exata do local onde as imagens foram gravadas. Para as imagens de rotina, o GPS deve calcular no mínimo uma posição por minuto.

### 3.3. **Acessório de Fixação**

3.3.1. Deve ser disponibilizado um acessório de fixação da câmera, conforme as especificações a seguir:

3.3.1.1. Para cada câmera fornecida, deve ser incluído ao menos um acessório de fixação.

3.3.1.2. O acessório de fixação deve permitir a fixação da câmera na altura dos ombros ou na parte superior do tronco.

3.3.1.3. Este acessório deve ser compatível com o Equipamento de Proteção Individual (EPI) ou fardamento, possibilitando sua regulagem sem causar danos ao material, e garantindo conforto e segurança para o operador.

3.3.1.4. Os acessórios de fixação devem ser adequados para uso nos uniformes operacionais e diários da CONTRATANTE.

3.3.1.5. No caso de câmeras com lente fixa, o acessório de fixação deve ser móvel, permitindo, no mínimo, uma regulagem vertical que garanta uma visão livre e desimpedida do painel da viatura quando o operador estiver embarcado em um veículo automotor, além de permitir a identificação de pessoas quando desembarcado, excluindo a câmera que tenha ângulo de visão suficiente para que mesmo com lente fixa e suporte fixo consiga atender os requisitos de visualização independente de compleição física e tipo de serviço, mesmo sem regulagem do ângulo de visão no suporte.

3.3.1.6. Para garantir maior estabilidade das imagens, o sistema de fixação das câmeras deve contar com, no mínimo, dois pontos de fixação paralelos entre si.

### 3.4. **Dos requisitos específicos de Software**

3.4.1. O software deve ser especializado no gerenciamento, compartilhamento e custódia de evidências digitais. Para isso, deve garantir um controle rigoroso da cadeia de custódia desde a criação do arquivo na câmera, preservando sua integridade durante todo o período de custódia.

3.4.2. Todos os dados gerados e coletados pela câmera devem ser rastreáveis por meio de metadados que vinculem as mídias geradas à sua identificação individual.

3.4.3. Qualquer manipulação dos dispositivos de memória da câmera corporal deve ser registrada em logs, acompanhados dos metadados mínimos definidos neste documento e/ou na Norma Técnica SENASP Nº 014/2024.

3.4.4. Todo acesso aos dados armazenados deve ser realizado através de um sistema de gestão com níveis de

permissão (perfis de acesso), sem comprometer a cadeia de custódia. Os níveis de permissão deverão ser gerenciáveis e configuráveis pela Contratante, sem limite criação de perfis ou de usuários por perfil, com possibilidade de personalização ampla das permissões de cada perfil.

3.4.5. O formato de vídeo deve ser compatível com padrões comerciais como MP4, MOV, WMV, MKV ou equivalentes.

3.4.6. Todos os arquivos coletados e produzidos pela câmera corporal, quando disponibilizados ao operador final com permissão de acesso, devem estar em um formato padrão, aberto e não proprietário, permitindo sua reprodução em softwares disponíveis gratuitamente, sem necessidade de processamento, conversão ou perda de informações dos metadados mínimos exigidos.

3.4.7. Os dados armazenados na memória integrada e/ou expansível da câmera corporal devem ter garantida a confidencialidade, autenticidade e integridade, por meio do uso de criptografia e algoritmos de integridade.

3.4.8. Todos os arquivos coletados e produzidos pela câmera corporal, incluindo os registros de operação (logs) e metadados, devem ser rastreáveis e identificados por meio de algoritmos de integridade amplamente reconhecidos, como por exemplo: SHA-2, SHA-3 ou Whirlpool, por sua segurança contra colisões.

3.4.9. Na solução de câmeras corporais, os dados coletados ou produzidos, incluindo arquivos de logs e hashes de identificação de mídias, devem utilizar criptografia de ponta a ponta (E2EE), permanecendo encriptados desde a memória da câmera corporal até o servidor de dados.

3.4.10. Os dados coletados ou produzidos pela câmera corporal só devem estar disponíveis descriptografados para usuários autenticados e com o nível de permissão adequado, ou quando da disponibilização da mídia original para terceiros autorizados por lei ou decisão judicial.

3.4.11. Os dados gravados em câmeras corporais devem ser protegidos por criptografia, com padrões publicamente disponíveis e validados de acordo com normas técnicas da série ISO /IEC 18033. O Certificado de Conformidade do produto deve detalhar a criptografia utilizada, incluindo tipo de chave e método de operação, juntamente com o algoritmo criptográfico empregado.

3.4.12. O sistema deve possuir uma árvore de hierarquia de acesso, compartimentando o acesso a determinado conjunto de evidências e seus metadados, permitindo acesso somente a usuários autorizados.

3.4.13. Para garantir a confidencialidade dos dados custodiados e dos metadados das evidências inventariadas, a solução deve empregar a política de menor privilégio, respeitado o disposto no §1º do Artigo 25º da Lei 12.527 de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

3.4.14. As contas de usuários devem ser personalizáveis, com a possibilidade de atribuição de diferentes níveis hierárquicos de acesso, sem afetar outros usuários, permitindo operações independentes e específicas.

3.4.15. Usuários ou grupos podem ser configurados para atender aos níveis de execução, supervisão, gerência, administração do sistema, administração de usuários e administração de equipamentos.

3.4.16. O sistema deve possuir uma cerca digital para grupos e usuários, garantindo que um usuário de um grupo não tenha acesso as evidências geradas em outro grupo.

3.4.17. Além disso, a hierarquização de funções deve ser flexível, permitindo à Contratante criar quantas funções forem necessárias, atribuindo a cada usuário apenas os privilégios necessários para a execução de suas atribuições.

3.4.18. O sistema deve possuir filtros, que independente das funções criadas, possam ser parametrizáveis pela Contratada para definir o nível de privilégio de cada operador.

3.4.19. Caso ocorra o download do vídeo, original ou editado, a auditoria deverá identificá-lo com a certificação eletrônica atinente ao vídeo, devendo esta ser demonstrada bit a bit.

3.4.20. Mensalmente, o sistema deverá gerar um relatório dos arquivos processados indevidamente, identificando data, hora e autor da ação.

3.4.21. O SGCED deverá encriptar todas as comunicações utilizando protocolo HTTPS, com certificados TLS 1.2 ou superior.

3.4.22. O Sistema de Gerenciamento de Custódia de Evidências Digitais (SGCED) deverá empregar uma arquitetura de segurança baseada em princípios de verificação contínua, comprovada por meio das seguintes certificações e relatórios de conformidade:

3.4.22.1. Programa Corporativo da Fabricante: A fabricante dos principais componentes (câmeras, docas e sistema DEMS) deverá comprovar a manutenção de programas formais certificados nas normas:

3.4.22.2. ISO/IEC 27001: Sistema de Gestão da Segurança da Informação.

3.4.22.3. ISO/IEC 27701: Sistema de Gestão de Informações de Privacidade.

3.4.22.4. ISO 9001, ISO 20000-1 e ISO 22301: Garantindo gestão de qualidade, serviços de TI e continuidade de negócios.

3.4.23. Certificações da Plataforma em Nuvem: A solução deve assegurar que o ambiente de nuvem utilizado para armazenamento e processamento adote:

3.4.23.1. ISO/IEC 27017: Controles de segurança específicos para serviços em nuvem.

3.4.23.2. ISO/IEC 27018: Proteção de dados pessoais (PII) em nuvem pública.

3.4.23.3. Relatório SOC 2 Type II: Emitido por auditoria independente, abrangendo obrigatoriamente os critérios de segurança e disponibilidade da plataforma.

3.4.23.4. Relatório SOC 3 (ou equivalente): Referente à eficácia dos controles de segurança do ambiente de nuvem efetivamente utilizado.

3.4.23.5. Todos os certificados e relatórios devem estar claramente vinculados à plataforma ofertada, permitindo à

Contratante verificar o escopo, a vigência e a aderência aos controles de tratamento das evidências digitais processadas.

3.4.23.6. Criptografia: Utilização de algoritmos AES-256 ou equivalente para dados em repouso e protocolos TLS 1.2 (ou superior) para dados em trânsito.

3.4.24. A Contratada deverá fornecer uma ferramenta intuitiva, a ser usada em navegador web, para que a Contratante possa disponibilizar a qualquer pessoa a capacidade de verificar se um dado foi extraído da solução.

3.4.25. Para garantir a integridade e autenticidade dos dados, os algoritmos de integridade gerados para identificação dos arquivos coletados e produzidos pelas câmeras corporais devem ser transmitidos criptografados.

3.4.26. A criptografia do algoritmo de integridade que identifica o arquivo deve ser realizada por método que permita a garantia da autenticidade do hash. Assim, o sistema de gestão da solução de câmeras corporais deve ser provido da chave pública para a descriptografia.

3.4.27. Os dados de vídeo e áudio coletados pelas câmeras corporais devem conter, frame a frame, a exibição dos metadados mínimos conforme o tipo de gravação definidos pela Contratada.

3.4.28. Os metadados mínimos que devem constar no arquivo de log de operação da câmera corporal são: carimbo de data/hora, número de identificação da câmera, identificação do operador, resumo de hash dos dados coletados/produzidos, geolocalização, manipulação da bateria e/ou SIM Card da câmera corporal, sendo os três últimos apenas quando aplicável.

3.4.29. O software deve verificar e confirmar o envio dos arquivos no servidor após o upload dos arquivos gravados nas câmeras.

3.4.30. O software deve ter a inteligência para verificar se o arquivo enviado do dispositivo de origem chegou íntegro no dispositivo de destino, mantendo o arquivo na origem até confirmação de integridade.

3.4.31. O software deve gerar arquivos de log com o histórico de utilização das câmeras, fornecendo informações precisas sobre as ações realizadas no equipamento, permitindo a associação dos dados das câmeras com as ocorrências.

3.4.32. O software de gerenciamento deve possuir logs de auditoria, indicando quem retirou a câmera, número de série da câmera, data, hora e local de retirada, e deve realizar o mesmo no momento de devolução das câmeras na Estação de Carregamento (Dock Station).

3.4.33. O sistema deve permitir em suas configurações a função de enviar os arquivos para o servidor de armazenamento conforme a Contratante optar e/ou configurar.

3.4.34. O software deve gerar relatórios de auditoria abrangentes sobre usuários, grupos, câmeras, evidências, acessos e utilização do sistema, garantindo um registro detalhado das atividades realizadas por cada usuário ou grupo no sistema, assim como das operações executadas e gerenciadas pelo SGCED. Os relatórios devem incluir, no mínimo:

3.4.34.1. Quantidade de evidências digitais por usuários, grupos e base/local.

3.4.34.2. Quantidade de acionamentos voluntários e automáticos de gravação de evidências digitais por usuário, grupo, base/local.

3.4.34.3. Relatório de logs de usuários no sistema que detalhe todas as atividades realizadas no SGCED e na câmera, auditáveis por período.

3.4.34.4. Relatório de evidências digitais não categorizados/classificados, exibindo uma lista das evidências digitais que ainda não foram categorizados ou classificados por usuário e grupo de usuários. A classificação deve ser feita de forma automática, com novas classificações adicionadas apenas de forma complementar.

3.4.34.5. Relatório de uploads de evidências digitais, apresentando uma lista com a quantidade de evidências digitais enviadas para o armazenamento (upload), o total de horas, o tamanho em megabytes/terabytes e as médias mensais.

3.4.34.6. Relatório de compartilhamento de evidências digitais por usuário, contendo data /hora, ID do operador e ID de destino.

3.4.34.7. Relatório de inventário de todos os dispositivos e câmeras disponibilizados, exibindo uma lista com informações essenciais como modelo do equipamento, número do equipamento, número de série, status de atribuição (atribuída ou não atribuída), ID do operador atribuído, versão de firmware, última data de upload, última conexão na doca, ajustes de volume, indicações luminosas e ajustes de modo silencioso (ligado/desligado).

3.4.34.8. Relatório de evidências criado, mostrando informações mínimas como ID da evidência, status (ativo ou apagado), grupo, data de upload, data de modificação, data /hora do início e término da gravação da evidência, tipo de evidência (foto/vídeo/áudio), tipo de arquivo (mpeg, jpeg, mp4, etc.), tamanho em megabytes, duração em segundos, ID do operador criador, grupo do operador criador, ID do operador que apagou a evidência e seu grupo correspondente, ID do operador que fez o upload da evidência e seu grupo, coordenadas GPS, ID do dispositivo que criou o vídeo, número de série do equipamento e resumo criptográfico (SHA2 ou SHA3) das evidências para autenticação.

3.4.34.9. Relatório de auditoria da câmera, do operador e da evidência.

3.4.35. Os metadados para gravação de rotina são: carimbo de data/hora, número de identificação da câmera, identificação do operador e resumo de hash do arquivo reproduzido.

3.4.36. O carimbo de data/hora deve estar sincronizado em toda solução por meio de protocolo reconhecido que garanta noção precisa de tempo, como o NTP (Network Time Protocol).

3.4.37. Os metadados mínimos, quando aplicável, devem estar sincronizados com protocolos reconhecidamente confiáveis, devendo constar no Certificado de Conformidade do produto o protocolo de sincronização adotado para



cada metadado.

3.4.38. Os metadados mínimos contidos nos frames não podem inviabilizar a análise do vídeo e devem estar registrados no mesmo arquivo, incorporado/"queimado" no vídeo.

3.4.39. Quando houver metadados complementares, ou seja, além daqueles definidos como mínimos, essas informações devem estar disponíveis para que o sistema de gestão seja capaz de habilitar sua exibição. Além disso, os metadados complementares devem permitir sua correlação com os metadados mínimos definidos nesta norma, quando aplicável.

3.4.40. Todos os metadados devem estar disponíveis ao sistema de gestão, de modo que nenhum software especializado de reprodução seja necessário.

3.4.41. A origem dos metadados adicionados pelo sistema de gestão ou outro software presente na solução deve estar clara nos registros auditáveis (logs).

3.4.42. As câmeras corporais e as estações de carregamento e transmissão de dados devem produzir logs de todos os eventos ocorridos em nível de hardware, firmware e software disponíveis durante seu período de trabalho.

3.4.43. Os metadados mínimos definidos neste documento e/ou na Norma Técnica SENASP Nº 014/2024 devem constar no arquivo de logs produzidos pelas câmeras corporais como mecanismo de redundância da segurança dos registros.

3.4.44. Os arquivos de log produzidos pela solução de registro e gestão audiovisual devem ter garantida a autenticidade, confidencialidade e integridade desde o seu armazenamento na câmera corporal até sua disponibilização ao usuário com o devido nível de permissão.

3.4.45. O upload dos arquivos de log produzidos pela câmera corporal e/ou estações de carregamento e transmissão de dados para o servidor de dados deve ocorrer em conjunto com os demais arquivos transmitidos, como metadados e dados de áudio e vídeo.

3.4.46. Os servidores de dados e sistema de gestão também devem apresentar logs de todos os eventos ocorridos em nível de sua competência, devendo ser transmitidos e armazenados em arquivos rastreáveis que garantam a autenticidade, confidencialidade e integridade.

3.4.47. O acesso aos logs deve ser restrito aos usuários habilitados com a devida permissão.

3.4.48. O sistema de gestão da solução de câmeras corporais deve possuir conexão com a rede local e/ou externa, no caso de operação via internet, possibilitando a comunicação e monitoramento de todas as câmeras corporais conectadas à rede.

3.4.49. A plataforma deve exibir uma lista de todas as câmeras em operação e conectadas, organizadas pelo nome do operador autenticado. Além disso, deve oferecer a opção de exibir a identificação do dispositivo.

3.4.50. A plataforma deve permitir o recebimento de alarmes de emergência acionados pelo botão das câmeras, garantindo uma resposta imediata a situações críticas. Além disso, deve registrar automaticamente o evento, associando-o à câmera e ao operador responsável, para facilitar o acompanhamento e a análise posterior.

3.4.51. A plataforma deve ser capaz de enviar alertas dos dispositivos para usuários específicos cadastrados no sistema, garantindo que notificações importantes cheguem diretamente aos responsáveis designados.

3.4.52. Todas as câmeras devem permanecer conectadas à plataforma de operação durante o período de serviço, conforme a disponibilidade e conectividade. Isso permitirá a localização via GPS e o acionamento da visualização ao vivo a qualquer momento. Não é permitido que as câmeras operem em modo avião ou offline durante o período de serviço.

3.4.53. O software de gerenciamento deve exibir de forma visível no dashboard, no mínimo, o status do nível de bateria das câmeras em operação. Deve permitir acesso via web aos menus de configuração, exigindo autenticação multifator por usuário e senha.

3.4.54. A empresa contratada deverá fornecer o software de gerenciamento das câmeras e dispositivos de armazenamento com licenças ilimitadas, sendo vedada qualquer restrição de licenças. Os privilégios de acesso para cada usuário serão definidos exclusivamente pela Contratante.

3.4.55. O sistema deve ter a capacidade de inserir marcadores que indiquem eventos específicos no vídeo gravado, permitindo que cada ocorrência seja destacada com o início e término do evento, sem modificar o vídeo original. Este recurso deve suportar múltiplos marcadores, considerando que durante um turno de serviço o operador pode lidar com diversas ocorrências e situações distintas.

3.4.56. O software das câmeras ou o dispositivo correspondente deve exibir os trechos com os marcadores de início e término das ocorrências, permitindo que o operador classifique os dados antes do upload, com todas as operações registradas em um log. O sistema de gestão deve ter mecanismos de monitoramento para avaliação da disponibilidade operacional das câmeras corporais.

3.4.57. Os mecanismos físicos e/ou lógicos de avaliação e monitoramento dos indicadores devem constar como registros (logs) auditáveis.

3.4.58. O sistema de gestão deve, automaticamente, verificar e atualizar os softwares e firmwares da câmera corporal sempre que haja uma atualização. Quando o armazenamento for local e sem a possibilidade de comunicação com a internet, o sistema de gestão deve estar instalado localmente e conseguir executar todas as funções previstas nessa norma técnica que não dependam de conexão com a internet.

3.4.59. No caso de transmissão dos dados coletados e produzidos da câmera corporal para o servidor de dados de forma remota, havendo ausência de conectividade ou por qualquer outro motivo a transmissão seja interrompida, os dados devem continuar disponíveis na memória da câmera corporal até o momento em que seja restabelecida a transmissão remota e/ou ocorra a transmissão na estação de carregamento.

3.4.60. Todos os usuários da solução tecnológica de câmeras corporais só podem ter acesso aos sistemas por meio de múltiplo fator de autenticação (MFA), respeitado o nível de permissão para o qual se encontre habilitado, sendo recomendável a implementação da autenticação por single sign-on (SSO).

3.4.61. Quando o sistema de gestão permitir a visualização dos dados por usuários externos, habilitados em conformidade com a política de permissão estabelecida, deve ser garantida a autenticidade e integridade dos dados originais armazenados no servidor de dados.

3.4.62. Quando o sistema de gestão permitir a visualização dos dados por usuários externos, o sistema deve ser capaz de inserir, no mínimo, um mecanismo de identificação do usuário/órgão em posse do direito de visualização do dado solicitado, bem como os logs referentes ao trânsito do interessado no sistema.

3.4.63. O mecanismo de identificação do usuário/órgão em posse do direito de visualização deve ser exibido sobre o dado solicitado de forma que não inviabilize a análise, mas que também permita a responsabilização em caso de vazamento ou tentativa de manipulação da evidência.

3.4.64. Quando do acesso aos dados originais armazenados no servidor de dados por determinação legal, o sistema de gestão deve registrar a passagem de custódia para o usuário /órgão requisitante.

3.4.65. O sistema de gestão deve apresentar recurso tecnológico que permita realizar distorções/borraduras das imagens disponíveis para a visualização, a fim de resguardar a proteção da intimidade das pessoas e da identidade de terceiros sem relação com o evento. Esse recurso tecnológico só pode ser aplicado sobre a cópia do arquivo original e por usuário com o devido nível de permissão, preservando assim a integridade da mídia original e permitindo a identificação do responsável pela manipulação do arquivo editado.

3.4.66. O compartilhamento dos dados coletados e produzidos pela solução de câmeras corporais deve respeitar os requisitos legais da Lei de Acesso à Informação (LAI) e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

3.5. Acionamento remoto, live streaming e posicionamento global por GPS

3.5.1. A solução deve permitir a transmissão "ao vivo" de qualquer câmera para o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública, ou Centro de Gerenciamento e Monitoramento, ou Centro de Comando e Controle, ou Sala de Controle da Contratante e acesso web. A transmissão online poderá ser realizada em baixa resolução, adaptando-se à disponibilidade de banda no momento da transmissão, porém, o arquivo original deverá ser gravado na memória da câmera corporal na resolução estabelecida neste Instrumento.

3.5.2. A solução deverá registrar logs de acessos ao live streaming, contendo, no mínimo, os dados da câmera acessada, data e hora de início e término, bem como o operador do sistema.

3.5.3. A rede de dados LTE será de responsabilidade da CONTRATADA.

3.5.4. A solução deve possibilitar o acionamento remoto da gravação do tipo ocorrência na câmera corporal, no mínimo, a partir do Centro de Gerenciamento e Monitoramento da CONTRATANTE.

3.5.5. Caso a CONTRATADA dependa de licenciamento de software para a recepção da transmissão em live streaming, deverá fornecer licenças ilimitadas.

3.5.6. O live streaming será utilizado apenas em situações de gerenciamento de crises ou extrema necessidade, resultando em acionamentos em volume extremamente reduzido.

3.5.7. A solução deverá obrigatoriamente oferecer a localização por satélite de cada câmera corporal em uso na CONTRATANTE, com plotagem em mapa interativo, permitindo a consulta dos dados da câmera e do operador, bem como o live streaming e acionamento remoto através do próprio mapa.

3.5.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar APIs dos softwares utilizados na solução para integração com os sistemas da CONTRATANTE, no mínimo para posicionamento GPS e live streaming, no prazo de até 02 (dois) meses após a celebração do contrato.

3.5.9. O posicionamento GPS deverá ser automaticamente incluído como metadado nos arquivos rotulados como ocorrência, nas marcações de início e término.

3.5.10. A solução deve permitir a reprodução do posicionamento geográfico dos operadores em um mapa digital, exibindo todos os pontos percorridos, incluindo a velocidade de deslocamento, de forma visual e temporal. Além disso, a plataforma de operação deve possibilitar a criação de áreas geográficas específicas e a associação de uma câmera ou um grupo de câmeras para gerar alertas de entrada ou saída dessas áreas designadas.

3.6. Sistema de Gerenciamento e Custódia de Evidências Digitais (SGCED)

3.6.1. A solução SGCED deve garantir suporte integral à Gestão de Cadeia de Custódia, conforme definido no Código de Processo Penal, especialmente nos artigos 158-A e 158-B do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, aprimorados pela Lei 13.964/2019. O sistema deve assegurar o rastreamento das evidências de acordo com as etapas previstas, mantendo-se em conformidade com qualquer acórdão de tribunais superiores sobre o tema durante toda a prestação do serviço.

3.6.2. O sistema não deve permitir a edição ou alteração das evidências digitais armazenadas e deve demonstrar aderência aos artigos 158-A a 158-F do Código de Processo Penal, conforme estabelecido pela Lei 13.964/2019.

3.6.3. Os processos relacionados ao SGCED devem ser auditados e certificados conforme a ISO/IEC 27001:2013, com o certificado emitido em nome do fabricante e do operador da tecnologia.

3.6.4. O sistema deve possuir as seguintes características mínimas:

3.6.4.1. Associar a origem do arquivo (operador, ID do operador, local de descarga, data/hora) com os metadados dos arquivos.

3.6.4.2. Associar cada arquivo gerado pelas Câmeras Operacionais Portáteis (COPs) com as informações do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP) e/ou Bases da PMRN, incluindo a classificação do tipo de

ocorrência e data/hora do acionamento.

3.6.4.3. Cifrar todos os arquivos de imagens das câmeras, os metadados e as informações dos sistemas em uso pela contratante, relevantes à câmera, utilizando o Key Management Service (KMS) ou criptografia AES-256 ou superior, antes do armazenamento.

3.6.5. Adicionalmente, o sistema deve possuir:

3.6.5.1. Capacidade de criar ocorrências.

3.6.5.2. Capacidade de adicionar novos arquivos a um caso, utilizando ferramentas do sistema ou interfaces web.

3.6.5.3. Capacidade de adicionar arquivos a um arquivo existente já armazenado no sistema.

3.6.5.4. Capacidade de criar pastas para organizar arquivos adicionados ao caso

3.6.6. As informações relevantes, como Ocorrência, Procedimentos e Processos instaurados, poderão ser inseridas manualmente, geradas automaticamente com base em regras configuráveis ou por um sistema externo, via integração API. As informações mínimas e opcionais que constituem uma ocorrência devem ser definidas em conjunto entre a Contratante e a Contratada, sem custo adicional.

3.6.7. É responsabilidade integral da Contratada a integração com os sistemas existentes ou a apresentação de uma alternativa, utilizando tantas horas quanto necessárias. A integração e a customização devem permitir a adição de descrições de texto livre associadas a vídeos, metadados e eventos, sem comprometer a integridade da cadeia de custódia.

3.6.8. O sistema deve ser capaz de:

3.6.8.1. Inserir tags de texto livre, mantendo a integridade da cadeia de custódia.

3.6.8.2. Inserir o local de uma evidência, mantendo a integridade da cadeia de custódia.

3.6.8.3. Projetar campos personalizados com caixas de texto livres e listas de pesquisa.

3.6.8.4. Registrar datas de criação e último acesso a determinado caso, identificando quem acessou, quando acessou e onde acessou.

3.6.9. O SGCED deve operar em conjunto com a solução de criptografia oferecida e ser integrável com as Câmeras Operacionais Portáteis, docas de descarregamento de arquivos, coleta de imagens, coleta de dados e Sistemas de Comando e Controle já existentes.

3.6.10. O sistema deve realizar o armazenamento centralizado das evidências digitais das câmeras e das informações dos sistemas em uso pela contratante, juntamente com todos os metadados associados a esses itens.

3.6.11. Caso a PMRN necessite realizar pesquisas de informações além das mínimas já exigidas, a Contratada deverá, em até 60 (sessenta) dias, incluir o recurso solicitado ou fornecer o banco de dados de origem com o respectivo dicionário de dados.

3.6.12. Os metadados, tanto inseridos nas câmeras como no software, devem ser pesquisáveis, filtráveis e buscáveis.

3.6.13. O sistema deve permitir a interação com outros sistemas existentes na Contratante para busca de conteúdo nos ativos digitais.

3.6.14. Deve ser mantido um registro das atividades dos solicitantes da custódia de informações e de todos os acessos e usos das informações relacionadas a determinado caso.

3.6.15. Todas as informações a serem custodiadas como evidências devem ser cifradas por meio da criptografia utilizada.

3.6.16. O SGCED deverá oferecer um cliente web independente, sem dependência de aplicativos separados, integrações de terceiros ou serviços para operar.

3.6.17. O cliente web deve fornecer suporte nativo para navegadores como Mozilla Firefox, Google Chrome, Microsoft Edge e Apple Safari, e ser executado em várias plataformas, incluindo desktop, tablets e smartphones.

3.6.18. O acesso ao sistema deve ser garantido nas localidades previstas para a prestação do serviço, com acesso remoto via web e aplicativo, disponível a todos os usuários cadastrados no sistema.

3.6.19. A solução deve incluir uma ferramenta de gerenciamento dos serviços contratados (gestor on-line), acessível via navegador web, permitindo a administração de todos os dados gerados pelas câmeras, disponível 24/7 e gerenciado pela Contratante.

3.6.20. Casos que correm em Segredo de Justiça ou que envolvem dados sigilosos só poderão ser acessados via cliente local, com autenticação SSL mútuo, e não poderão ser acessados via aplicação externa.

3.6.21. O sistema deve estar configurado de acordo com as necessidades da PMRN, com uma API para integração ou solução similar em cada aplicação autônoma existente e em uso pela Contratada, permitindo o desenvolvimento de novas integrações.

3.6.22. A API deve incluir documentação e exemplos de código, no mínimo, em Java, C# e/ou Python, e permitir o carregamento de dados no sistema de Cadeia de Custódia Digital, bem como a visualização de dados existentes em uma aplicação de terceiros.

3.6.23. O sistema deve indicar o nome do dispositivo, número de série e data da última utilização, e ser capaz de exibir os dados de GPS disponíveis no dispositivo.

3.6.24. Deve também permitir a integração de dispositivos de gravação instalados em viaturas, seguindo o mesmo processo de inventário, carimbo temporal e assinatura digital descritos neste estudo.

3.6.25. O SGCED deve aceitar dados de uma ampla gama de sistemas distintos, como gravações de videovigilância, centrais de despacho do Sistema 190, gravações de celulares, arquivos digitais de fotografia de

veículos, arquivos digitais alfanuméricos de leitores de placas, metadados de arquivos digitais de imagens e vídeos, documentos, relatórios, imagens, boletins de ocorrência, documentos digitalizados, registros de incidentes, registros de controle de acesso e câmeras corporais.

3.6.26. Considerando que o SGCED é uma plataforma que pode evoluir e que, eventualmente, customizações podem ser necessárias, a licitante deve prever os custos associados a essas atividades.

3.6.27. O serviço de aprimoramento e customização do SGCED deve abranger todo o ciclo de desenvolvimento, incluindo especificação de melhorias ou customizações, preparação e verificação da infraestrutura, desenvolvimento de sistema, módulos, melhorias ou funcionalidades, treinamento dos usuários, customização de APIs e instalação no ambiente de produção.

3.6.28. A especificação das melhorias ou customizações deve ser realizada pela contratada, buscando a melhor solução técnica para atender às necessidades da contratante, desde que observada as diretrizes técnicas estabelecidas neste documento.

3.6.29. A Contratante, sempre que necessário, solicitará a Contratada a customização do Sistema de Gerenciamento e Custódia de Evidências Digitais (SGCED), ou, *software* de gerenciamento de vestígios digitais, com armazenamento centralizado, de modo a estar adequado a sua realidade, permitindo a utilização de metadados com *tags* de classificação de vestígios, revisão, codificação de ocorrências, identificação dos tipos de vídeo, ID de ocorrência, inclusão de marca d'água identificadora do usuário ou câmera nos frames durante a exibição dos vídeos no *software* de custódia.

3.6.30. Para integração do SGCED com os sistemas internos da Contratante, as características técnicas deverão definidas em agenda entre a Contratante e a Contratada, utilizando-se para viabilizar a customização por aplicação tantas horas quanto necessárias para o completo alcance dos objetivos.

3.6.31. A Contratada obriga-se, sem qualquer ônus, a obtenção de API para integração do SGCED com os sistemas existentes na Contratante.

3.6.32. As informações necessárias para a definição do quantitativo de horas deverá ser aprovada pela Contratante, que então fará a emissão de Ordem de Serviço da customização para a Contratada.

3.6.33. Uma vez recebida uma Ordem de Serviço, a Contratada terá até 7 (sete) dias úteis para apresentar à Contratante, através do Gestor do Contrato, 1 (um) Plano de Trabalho, que poderá ser aceito ou recusado, detalhando os profissionais envolvidos e estimando a quantidade de horas necessárias para a execução da customização solicitada.

3.6.34. A Contratada terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para apresentar um novo Plano de Trabalho, no caso de recusa do plano inicialmente apresentado a Contratante.

3.6.35. A Contratada deverá prever o custo da customização em horas (homens-hora) para a evolução da plataforma ou SGCED, incluindo todo o ciclo de desenvolvimento, a saber:

3.6.35.1. Especificação.

3.6.35.2. Preparação e verificação da infraestrutura.

3.6.35.3. Desenvolvimento do SGCDE, incluindo-se funcionalidades, melhorias e módulos

3.6.35.4. Ambiente de testes.

3.6.35.5. Homologações.

3.6.35.6. Treinamento dos usuários.

3.6.35.7. API's.

3.6.35.8. Instalação no ambiente de produção

3.6.36. É responsabilidade da Contratada manter o SGCED atualizado e realizar todas as customizações necessárias até o limite de 2.000 horas, por intermédio de abertura de Ordem de Serviço, para garantir o perfeito funcionamento do Sistema, conforme normas técnicas e legais.

3.6.37. O Sistema deve permitir a revisão eletrônica das evidências pelos níveis de supervisão e gerência, com ferramentas que permitam anotações da fiscalização e registro dos resultados da revisão, sem comprometer a integridade das evidências digitais.

3.6.38. Esses usuários poderão revisar as evidências digitais e avaliar os serviços prestados por seus subordinados. O SGCED deve oferecer ferramentas que permitam anotações das observações feitas pelos supervisores e a inclusão de listas de resultados a serem escolhidos pelos operadores nessa função. Todos esses dados devem ser pesquisáveis, e o Sistema deve permitir a emissão de relatórios gerenciais e logs, incluindo, no mínimo, os seguintes dados:

3.6.38.1. Quantidade de revisões realizadas por operador supervisor;

3.6.38.2. Quantidade de vídeos revisados por supervisores de um determinado operador;

3.6.38.3. Quantidade de vídeos por operador, classificados por operador supervisor, com base nos metadados fornecidos;

3.6.38.4. Quantidade de vídeos, por metadados de resultado de revisão, que cada operador supervisor classificou;

3.6.38.5. Relatório de classificação de resultados de revisão por operador, com a possibilidade de seleção temporal (Data/Período).

3.6.39. O Sistema deve permitir a revisão dos vídeos diretamente na plataforma, realizada pelos operadores nos níveis de supervisão e gerenciamento.

3.6.40. Também deve incluir um módulo para que os supervisores revisem os vídeos, anotem observações e incluam metadados de classificação como resultado da revisão.

3.6.41. Essas informações devem ser pesquisáveis.

3.6.42. Os relatórios relacionados a esse recurso poderão ser customizados no prazo de até 02 (dois) meses após a assinatura do Contrato. Esse prazo refere-se apenas à customização do relatório gerencial, não ao relatório em si, que deve estar incluído no Sistema já na fase de análise de amostras.

3.6.43. Os metadados para a classificação da revisão dos vídeos serão fornecidos pela Contratante. A Contratada terá 02 (dois) meses, a partir da assinatura do Contrato, para implementar as alterações necessárias ao funcionamento do recurso no software. Ressalta-se que o prazo de 02 (dois) meses é apenas para a inclusão dos metadados fornecidos pela Contratante.

3.6.44. O Sistema deve gerar relatórios de auditoria gerais sobre operadores, grupos, câmeras, evidências, acessos e utilização do sistema, garantindo um registro pesquisável de todas as ações realizadas por um operador ou grupo de operadores no sistema, assim como das atividades realizadas nas câmeras e gerenciadas pelo SGCED. Abaixo, uma lista de relatórios obrigatórios:

3.6.44.1. Quantidade de ativos digitais por operador, grupos, bases e gerais;

3.6.44.2. Quantidade de acionamentos voluntários de gravação de ativos digitais por operadores, grupo e bases operacionais;

3.6.44.3. Classificação com o número de acionamentos intencionais entre operadores, comparando operadores das diferentes bases.

#### **4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Apresentar, no ato da contratação, a documentação relacionada no art. 7º da Portaria Conjunta nº 13/2021 - SEAD/SEMJDH/SETHAS/SEEC, que estabelece normas complementares e regulamentadoras para o cumprimento do Decreto Estadual nº 30.753/2021, que trata sobre o Programa Estadual de Aprendizagem do Rio Grande do Norte (RN APRENDIZ).

4.2. Possuir certificação de Sistema de Gestão de Segurança da Informação no escopo da Norma Técnica NT-SENASP nº 014/2024 - Câmeras Corporais para Emprego em Segurança Pública, conforme a PORTARIA SENASP/MJSP Nº 593, DE 26 DE AGOSTO DE 2024.

#### **Sustentabilidade**

4.3. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.3.1. adotar medidas para evitar o desperdício de energia;

4.3.2. dar a destinação correta a baterias, óleos e filtros descartados no processo de manutenção, segundo Resolução CONAMA nº 401, de 4 novembro de 2008;

4.3.3. desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

4.3.3.1. pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

4.3.3.2.

4.3.4. Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica as lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral, quando descartados;

4.3.5. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

4.3.6. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.3.7. Capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

4.3.8. Promover a reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

4.4. Em relação às condições de trabalho da mão de obra da CONTRATADA, devem ser atendidas as normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho:

4.4.1. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

4.4.2. Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;

4.4.3. Fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança, em especial, o que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;

4.4.4. Utilizar materiais biodegradáveis, no que couber.

4.5. A PMRN ao promover a presente contratação, observará os preceitos dispostos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.6. Nesse sentido, como forma de contratar serviços e usá-los com menor impacto negativo, minimizando a poluição ou agressão exagerada ao meio ambiente, a Contratada deverá apresentar juntamente com a proposta, cópia(s) de certificação(ões) emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por outro meio de prova equivalente que durante a produção e acondicionamento dos bens fornecidos, foram cumpridas as exigências de sustentabilidade.

4.7. Ainda com o foco na sustentabilidade visando diminuir a poluição ou agressão exagerada ao meio ambiente, a Contratada deverá atender os requisitos previstos na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.8. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União - TCU orienta:

"(...) 19.2. Com efeito, é legítimo que a entidade deseje adequar suas contratações a novos parâmetros de sustentabilidade ambiental, ainda que com possíveis reflexos na economicidade da compra, devendo fazer constar expressamente do processo de contratação motivação fundamentada que justifique a escolha dessas exigências." (...) (Acórdão 1375/2015 Plenário, Representação, Relator Ministro Bruno Dantas, Boletim de Jurisprudência nº 84 do Tribunal de Contas da União).

4.9. Desta feita, a fim de adequar a contratação às orientações do TCU, ainda de forma a dar cumprimento a norma acima posta, a Contratada deverá apresentar os seguintes critérios:

"Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

(...) II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

(...) § 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital."

4.10. Aliada as boas práticas relacionadas à sustentabilidade a Contratada deverá:

- Separar resíduos como papeis, plásticos, metais, vidros e orgânicos para empresas de coleta apropriadas, respeitando as Normas Brasileiras publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT sobre resíduos sólidos;
- Separar e acondicionar as lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral em recipientes adequados para destinação específica, quando descartados;
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- Substituir substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- Promover a reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

## **Subcontratação**

4.11. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **Garantia da contratação**

4.12. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 2% (dois por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.13. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até 10 (dez) dias corridos, após a assinatura do contrato.

4.14. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias corridos, após a assinatura do contrato.

4.15. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.16. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

## **Vistoria**

4.17. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 13 horas.

4.18. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.19. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.20. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.2. O início do prazo de vigência contratual e portanto da contagem inicial para prestação dos serviços será contado a partir da assinatura do contrato e será contabilizado o prazo máximo de 90 (noventa) dias para funcionamento pleno da solução, ou seja implantação.

Para efeito inicial de faturamento do serviço contratado, **não será considerado o período de**



**implantação da solução**, a qual deverá estar completamente disponível e funcional para o serviço operacional da CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA:

5.2.1. No prazo máximo de 5 (cinco) dias, após a assinatura do contrato, apresentar cronograma de implantação, contemplando todas as BASES INDICADAS no APÊNDICE B - Plano de Localização - Distribuição de Câmeras Corporais, bem como caderno de testes para o recebimento;

5.2.2. Instalar e configurar todos os ativos, software e hardware, em, no máximo, 90 (noventa) dias do recebimento da assinatura do contrato;

5.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

Atividade, Tarefa ou Serviço	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução da Atividade, Tarefa ou Serviço
Apresentar cronograma de implantação e caderno de testes, abrangendo todas as unidades da PMRN previstas nesse projeto	01 (um) dia	05 (cinco) dias
Implantação da solução contratada	05 (cinco) dias	90 (noventa) dias
Prestação do serviço de Câmera corporal com armazenamento de dados de vídeo e áudio na memória do próprio aparelho, com transferência de dados via estação de carregamento e transmissão de dados para armazenamento em um computador e /ou servidor local ou remoto (nuvem ou datacenter), com transferência de dados via internet, com possibilidade de transferência de dados ao vivo via wireless (wi-fi ou celular) para um Centro de Comando e Controle ou Sala de Controle e com sistema de gestão.	90 (noventa) dias	810 (oitocentos e dez) dias [27 (vinte e sete) meses]

5.3.1. O preço da contraprestação mensal a ser paga pela Administração Pública Estadual, compreendendo todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas, bem como os custos, tributos, encargos e taxas de qualquer natureza e demais insumos incidentes sobre o projeto licitado, somente será iniciado após total implantação do objeto deste termo de referência especificado.

5.4. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.4.1. Os equipamentos deverão gravar ININTERRUPTAMENTE todo o turno de serviço, que na PMRN compreende ao período de 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 dias na semana.

5.4.2. Implantação do sistema de monitoramento por câmeras corporais nas unidades operacionais citadas no plano de localização.

5.4.3. A Contratada deve disponibilizar e manter toda a solução com suas atualizações em dia.

5.4.4. Cronograma de realização dos serviços:

- a) Definição dos locais de prestação;
- b) Treinamento da equipe da PMRN no sistema;
- c) Fornecimento a PMRN da infraestrutura para armazenamento;
- d) Fornecimento das câmeras;

5.4.4.1. A prestação dos serviços contratados deverão ter início após a fase de implantação e preenchido o caderno de testes com todos os itens atendidos na sua especificação. Correndo por conta da contratada as despesas necessárias à sua execução, em especial as relativas a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

5.4.4.2. Na hipótese de atraso no início da execução do objeto e enquanto perdurar o retardamento da prestação, a CONTRATADA arcará com todas as despesas dos serviços de suporte técnico contratados junto a outros fornecedores e/ou prestadores de serviços.

5.4.4.3. O fornecimento da solução engloba toda infraestrutura, equipamentos, assessórios, armazenamento, e licenças de uso de softwares que comporão o Sistema de Gerenciamento de Evidencias Digitais - SGED, e que ocorrerá a título de comodato;

5.4.4.4. A infraestrutura tratada neste termo, constitui-se da instalação de todo o equipamento necessário para o estabelecimento de links de dados para o armazenamento, acionamento remoto e transmissão em tempo real (live streaming), docas para carregamento de baterias e/ou descarga de dados, mobiliário para operação e computadores para acesso ao sistema, incluindo toda a adaptação da rede de energia elétrica e lógica necessária ao funcionamento do sistema em cada local de prestação do serviço;

5.4.4.5. O software, a Câmera Corporal Operacional, a plataforma em nuvem e demais elementos do sistema devem ter total integração, de modo a permitir o aproveitamento de todo o potencial do software e hardware além de garantir a segurança nas operações entre a câmera e o sistema.

#### Local e horário da prestação dos serviços

5.5. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

5.5.1. No CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA (CIOSP), localizado na BR 101 KM 0 - Centro Administrativo Rio Grande do Norte, S/N Lagoa Nova, Natal - RN, 59064-901 e nas unidades operacionais específicas da PMRN localizadas nos municípios de Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Mossoró. Ademais, os locais e endereços de cada unidade e quantidades de equipamentos necessários será informado posteriormente a Contratação em documento (CONFIDENCIAL) que será fornecido pela PMRN.

5.6. Os serviços serão prestados no seguinte horário: dentro do ciclo operacional de 24 horas/dia, durante 7 dias da semana

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.7. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, assessorios, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.7.1. Infraestrutura, equipamentos, assessorios, docas, armazenamento, licenças de uso de softwares, hardware, software, links de dados e mobiliário.

### **Especificação da garantia do serviço** (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). :

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.9. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.9.1. O Fornecedor deverá detalhar e repassar, conforme orientação da PMRN, todo o conhecimento técnico utilizado na implementação dos serviços, sem prejuízo da devida atualização da base de conhecimento ao longo de toda a execução contratual;

5.9.2. A transferência de conhecimento para a PMRN, no uso das soluções desenvolvidas pela CONTRATADA, deverá ser viabilizada, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, em eventos específicos de transferência de conhecimento, e baseado em documentos técnicos e manuais específicos da solução desenvolvida;

5.9.3. A CONTRATADA deverá descrever a metodologia que será utilizada para transferir conhecimento aos técnicos da PMRN, os quais poderão ser multiplicadores a outros técnicos ou a usuários finais. A metodologia, os cronogramas e os prazos deverão constar de um documento formal, um Plano de Transferência do Conhecimento, a ser previamente aprovado pela equipe gestora da PMRN;

5.9.4. Caso ocorra nova licitação, com mudança de fornecedor dos serviços, a CONTRATADA signatária do contrato em fase de expiração, assim considerado o período dos últimos três meses de vigência, deverá repassar para a vencedora do novo certame, por intermédio de eventos formais, os documentos, procedimentos e conhecimentos necessários à continuidade da prestação dos serviços, incluindo a base de conhecimentos, bem como esclarecer dúvidas a respeito de procedimentos no relacionamento entre a PMRN e a nova CONTRATADA;

5.9.5. Após final do prazo de vigência, encerrada a relação contratual, a Contratada tem como obrigação migrar todas as informações relacionadas ao Contrato para banco de dados da Contratante ou da nova Contratada, transferindo todo o conteúdo para a PMRN e após a conclusão da transferência e confirmação por parte da Contratante, a Contratada deverá excluir todas as informações na origem.

5.9.6. A guarda e administração das informações, durante o período contratual, será de total responsabilidade da Contratada, cabendo à mesma qualquer tipo de ressarcimento decorrente de perda parcial ou total das informações relacionadas ao Contrato.

## **6. ANS (ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO).**

6.1. ANS (Acordo de Nível Serviço) define as principais metas e responsabilidades da Contratada no atendimento de chamados técnicos e na prestação dos serviços de suporte técnico, classificados por grau de severidade e devem ser prestados de acordo com as classificações de severidade de 1 a 3, conforme detalhado nos subitens abaixo.

### **6.2. Severidade 1 (S1)**

6.2.1. O equipamento, acessório, periférico ou software apresenta pane, falha ou não - conformidade técnica que torna o serviço total ou parcialmente inoperante.

6.2.2. O atendimento do chamado técnico pela Contratada deve ser realizado em, no máximo, 01 (uma) hora e a solução técnica, definitiva ou de contorno, não poderá exceder a 12 (doze) horas, contadas da abertura do chamado técnico.

### **6.3. Severidade 2 (S2)**

6.3.1. O equipamento, acessório, periférico ou software apresenta pane, falha ou não - conformidade técnica que prejudique a prestação dos serviços, uso ou acesso de funções básicas.

6.3.1.1. O atendimento do chamado técnico pela Contratada deve ser realizado em, no máximo, 02 (duas) horas e a solução técnica, definitiva ou de contorno, não poderá exceder a 24 (vinte e quatro) horas, contadas da abertura do chamado técnico.

### **6.4. Severidade 3 (S3)**

6.4.1. O equipamento, acessório, periférico ou software apresenta pane, falha ou não - conformidade técnica que causa restrições de operação de funções acessórias.

6.4.1.1. O atendimento do chamado técnico pela Contratada deve ser realizado em, no máximo, 02 (duas) horas e a solução técnica, definitiva ou de contorno, não poderá exceder a 120 (cento e vinte) horas, contadas da abertura do

chamado técnico.

6.4.1.2. Em virtude de anormalidades constatadas durante o monitoramento / administração / gerenciamento das plataformas, a CONTRATADA deverá expedir relatório técnico pormenorizado, constando, no mínimo, os seguintes itens:

6.4.1.3. Data e Hora de início e término.

6.4.1.4. Técnico ou técnicos responsáveis, que participou(aram) e/ou elaborou(aram) a atividade, com assinatura.

6.4.1.5. Assinatura e identificação do operador que solicitou o atendimento.

6.4.1.6. Detalhes da causa, incidente e medidas corretivas aplicadas.

6.4.1.7. Se houve necessidade de acionamento de manutenção preventiva e/ou corretiva para algum ativo.

6.4.1.8. No caso de extravio, panes, falhas, não-conformidades técnicas, defeitos, danos intencionais ou não, ou mau funcionamento, que sejam prejudiciais ao uso, funcionamento e desempenho dos equipamentos, a contratada deverá:

6.4.1.9. Providenciar a reposição dos equipamentos instalados e/ou fornecidos conforme contrato, na Unidade, efetuando o reparo ou a substituição por outro da mesma marca e modelo ou, na impossibilidade, por equipamento com características superiores ao equipamento original, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da abertura de chamado técnico adotando as providências para assegurar a continuidade dos serviços

6.4.1.10. Para os casos de extravio ou mau uso deliberado dos equipamentos, a unidade da beneficiada pela prestação do serviço, apurará o fato por procedimento administrativo legal, cujo resultado será comunicado à CONTRATADA, a fim de ressarcimento, quando devido.

6.4.1.11. O reparo ou substituição dos equipamentos que venham a apresentar panes, falhas ou não conformidades técnicas prejudiciais ao uso, funcionamento e desempenho dos equipamentos, defeitos, ou mau funcionamento, não gerarão qualquer ônus para a Contratante, incluindo custos de retirada e entrega na Unidade, cujos serviços foram contratados para as unidades constantes.

6.4.1.12. Todos os incidentes abertos devem ter sua resolução, incluindo todo o histórico do chamado, encaminhados através de relatório ao Gestor/Fiscal do contrato.

## **7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

7.7. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, III);

7.7.1. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, II);

7.7.2. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, X);

7.7.3. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

7.8. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.

7.8.1. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

7.9. O contratado deverá indicar preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

7.9.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7.9.2. A Contratada deve manter um representante ou preposto dedicado exclusivamente a fornecer esclarecimentos e resolver quaisquer reclamações que possam surgir durante a execução do contrato. A Contratada deve fornecer meios de contato, como números de telefone, endereços de e-mail ou outros métodos de comunicação, garantindo um contato contínuo e irrestrito com a Contratante, mesmo fora do horário comercial e em sábados, domingos e feriados. Este preposto deve estar disponível para:

7.9.2.1. Cadastro de novas máquinas, equipamentos e/ou usuários.

7.9.2.2. Alteração de registros de servidores e máquinas/equipamentos.

7.9.2.3. Regularização de configurações necessárias ao bom funcionamento do sistema e do contrato.

7.9.2.4. Execução de atividades relacionadas aos itens constantes no Termo de Referência e no edital.

7.9.2.5. Atendimento em horários fora do expediente administrativo, assegurando que não haja interrupção no atendimento das demandas da Contratante.

## **8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto neste item.

8.2. A avaliação da execução do objeto utilizará medição mensal, que será realizada no primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação.

8.3. Para fins de medição, a CONTRATADA deverá fornecer mensalmente, a partir da vigência contratual iniciada após a implantação, ou quando solicitado, na forma determinada pela Contratante, o demonstrativo de utilização dos serviços, por quantidade de Câmeras à disposição das sedes de onde foram instaladas e alocadas.

8.3.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

8.3.1.1. Não produzir os resultados acordados;

8.3.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.3.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.4. Considera-se COP disponível:

8.4.1. O dispositivo que está apto a captar vídeos/áudios, quando estiver sendo utilizado por um policial militar;

8.4.2. Apto para o descarregamento em nuvem e replicação em co-location numa estrutura de storage dos dados armazenados em sua memória interna;

8.4.3. Quando estiver na unidade policial, para recarregamento regular de sua bateria de energia;

8.4.4. Com seus acessórios de fixação em condições de uso pelo policial militar;

8.4.5. A disponibilidade da COP abarca as 24 horas do dia, pois a câmera estará sempre em operação, seja sob a guarda de um policial, seja acoplada a uma doca descarregando sua memória de evidências ou ainda em carregamento de bateria interna;

8.5. Constatado que a COP não está apta para captação de dados de vídeo/áudios ou que não está descarregando para a nuvem e replicação em co-location numa estrutura de storage seus dados internos, esta será considerada INDISPONÍVEL;

8.6. Em virtude de anormalidades constatadas durante o monitoramento/administração/gerenciamento das plataformas, a CONTRATADA deverá expedir relatório técnico pormenorizado, constando, no mínimo, os seguintes itens:

8.6.1. Data e hora de início e término;

8.6.2. Técnico ou técnicos responsáveis, que participou(aram) e/ou elaborou(aram) a atividade, com assinatura;

8.6.3. Assinatura e identificação do militar que solicitou o atendimento;

8.6.4. Detalhes da causa, incidente e medidas corretivas aplicadas;

8.6.5. Se houve necessidade de acionamento de manutenção preventiva e/ou corretiva para algum ativo.

8.7. Todos os incidentes abertos devem ter sua resolução, incluindo todo o histórico do chamado, registrada na ferramenta de gerenciamento de serviços de TIC em uso na PMRN e da SESED/RN.

8.8. A empresa, para efeito de faturamento, deverá entregar planilha de cálculo seguida dos relatórios de serviços expedidos por ocasião da entrega da fatura mensal, que será confrontado com as documentações e controles internos da PMRN e da SESED/RN, principalmente para efeitos do recebimento provisório, sendo que, em casos em que houver divergências, serão aplicadas as condições previstas em contrato para correções.

8.9. Todas as atividades serão faturadas pela quantidade de COP disponível em cada Unidade Policial onde foram instaladas e alocadas, definidas no Apêndice B - Plano de Localização - Distribuição de Câmeras Corporais, verificando-se a *pro rata*, quando for o caso e, para realizar o faturamento mensal.

8.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.11. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.11.1. Finalidade;

8.11.2. Meta a cumprir;

8.11.3. Severidade.

## **Do recebimento**

8.12. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 50).

8.12.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.13. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.13.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.13.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.13.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.13.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.15.1. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado, avaliando as informações e documentos emitidos pelo fiscal de contrato.

8.15.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.15.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

8.15.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

## **Liquidação**

8.19. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.20. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

8.21. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.22. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

- 8.23. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.25. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF, ou sítios oficiais.

#### **Prazo de pagamento**

- 8.27. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 8.28. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

#### **Forma de pagamento**

- 8.29. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.30. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.31. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.31.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.32. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **9. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.
- 9.2. A proposta vencedora deverá ser elaborada com o prazo de validade mínimo de 90 (noventa) dias.
- 9.3. A LICITANTE deverá fornecer também uma planilha de comprovação técnica com as seguintes características:
- 9.3.1. O fornecimento deverá ser em formato de planilha extensão compatível com Excel para facilitar a análise da comissão de análise técnica;
- 9.3.2. Deve se realizar um cruzamento de cada especificação solicitada (ponto a ponto) de modo a facilitar a análise da comissão de análise técnica;
- 9.3.3. Somente os itens de hardware dos kits (equipamentos eletrônicos) devem conter suas especificações comprovadas na planilha de comprovação técnica, conforme modelo abaixo:

Equipamento	Especificação solicitada	Especificação fornecida	Documento	Nº página

- 9.4. A LICITANTE também deverá fornecer uma planilha informando a marca e modelo dos equipamentos, acompanhadas dos respectivos catálogos/datasheets/folders a fim de comprovar o cumprimento das características técnicas mínimas dispostas neste Termo de Referência, conforme modelo abaixo:

PLANILHA DE FABRICANTE MARCA E MODELO				
Item	Descrição	Composição	Fabricante	Modelo (Part-number)

- 9.5. A LICITANTE deverá apresentar, obrigatoriamente, os manuais técnicos e/ou fichas técnicas (datasheets) originais de cada equipamento e sistema propostos, permitindo à Comissão de Licitação a verificação plena de sua conformidade e compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência.
- 9.6. A mera reprodução ou cópia das especificações técnicas constantes do edital ou deste Termo de Referência acarretará a imediata desclassificação da proposta.
- 9.7. O não atendimento a qualquer dos documentos exigidos neste item (certificados de qualidade, planilhas de dimensionamento, folders técnicos, datasheets, manuais de operação e manutenção, ou equivalentes) implicará a desclassificação automática e irreversível da licitante do certame.

## Exigências de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

9.9. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.11. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.13. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.14. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.15. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.16. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

9.17. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

9.18. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.23. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.24. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.25. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.26. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020 e Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeiro

9.27. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

9.28. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$I - \text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo})$$



Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante)

9.29. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.31. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

### **Qualificação Técnica**

9.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1. Os atestados deverão comprovar a execução satisfatória de objeto similar, em quantitativo não inferior a 50% do total de câmeras deste certame.

9.32.1.2. Os atestados devem estar acompanhados das respectivas Notas Fiscais ou Certidões de Acervo Técnico (CAT) registradas no conselho de classe para os itens de infraestrutura e serviços de engenharia/telecomunicações.

9.32.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.2. Escopo mínimo dos serviços compatíveis (ambiente de produção):

9.32.2.1. Serão considerados serviços compatíveis aqueles que envolvam, cumulativamente, em ambiente de produção:

- Fornecedor, instalação, configuração e suporte de câmeras corporais;
- Fornecedor, instalação e configuração de dock stations para carregamento, descarregamento e sincronização das câmeras corporais;
- Implantação, operação assistida e suporte de sistema de gerenciamento de evidências digitais em nuvem ou ambiente equivalente, com cadeia de custódia, controle de acesso e mecanismos de pesquisa e exportação de mídias;
- Utilização conjunta e integrada dos componentes acima (câmeras corporais, dock stations e sistema de gerenciamento de evidências digitais), como solução única de captura, transferência, armazenamento, gestão e disponibilização de imagens e áudios;
- Utilização, nessa solução integrada, de equipamentos e sistemas dos mesmos fabricantes indicados na proposta da licitante, admitindo-se modelos/versões similares pertencentes à mesma família tecnológica, desde que preservadas a unidade de gestão e a responsabilidade técnica dos fabricantes envolvidos.

9.32.3. Requisitos formais dos atestados:

- Identificar o contratante emitente (pessoa jurídica de direito público ou privado), o objeto contratado e o período de execução;
- Descrever claramente o escopo dos serviços prestados, evidenciando a operação conjunta de câmeras corporais, dock stations e sistema de gerenciamento de evidências digitais;
- Indicar, sempre que possível, as quantidades aproximadas de câmeras corporais, dock stations e usuários/licenças do sistema de gerenciamento de evidências digitais, demonstrando escala compatível com a licitação;
- Informar marcas, modelos e fabricantes dos principais equipamentos e sistemas utilizados (câmeras corporais, dock stations e sistema de gerenciamento de evidências digitais), permitindo verificar que se tratam dos mesmos fabricantes e, preferencialmente, dos mesmos produtos ou de produtos da mesma família tecnológica daqueles ofertados;
- Informar se os serviços foram prestados de forma contínua e ininterrupta, em ambiente de produção, com níveis mínimos de disponibilidade do sistema.

Aceitação de múltiplos atestados: A Administração poderá admitir a comprovação por meio de mais de um atestado, desde que, em conjunto, demonstrem experiência em solução integrada com as características acima, em escala compatível com o objeto desta licitação e com o uso de equipamentos e sistemas dos mesmos fabricantes e famílias tecnológicas dos produtos ofertados.

9.32.4. Situações que não serão aceitas:

- Tratem apenas do fornecimento isolado de câmeras corporais, ou apenas de dock stations, ou apenas de software de gerenciamento de evidências, sem comprovar o uso conjunto e integrado dos três componentes principais;

- Refiram-se exclusivamente a ambientes de teste/piloto/prova de conceito, sem operação efetiva em ambiente de produção;
- Não permitam identificar, de forma minimamente objetiva, o escopo, as quantidades envolvidas, as marcas e os fabricantes dos principais componentes;
- Tenham por objeto a mera justaposição de produtos de fabricantes distintos, sem evidenciar que os equipamentos e sistemas utilizados pertencem à mesma família tecnológica dos produtos ofertados.

9.32.5. Documentação de capacitação técnico-profissional (CREA/CAT), para validação da capacidade técnico-profissional, deverão ser apresentados:

- Certidão de Registro da Empresa (pessoa jurídica) emitida pelo CREA da sede da empresa licitante, dentro do prazo de validade;
- Certidão de Registro do Responsável Técnico da empresa (pessoa física) emitida pelo CREA, podendo ser Engenheiro Eletricista, Engenheiro de Telecomunicações ou Engenheiro Eletrônico, o qual deverá obrigatoriamente participar da execução contratual;
- Comprovação de vinculação do responsável técnico com a empresa licitante, seja como sócio (ato constitutivo e alterações) ou empregado contratado (cópia autenticada da folha do Livro/Ficha de Registro de Empregado na CTPS) ou contrato de prestação de serviços, conforme o caso.

9.32.5.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.32.6. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.33. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.33.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XL 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

9.33.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.33.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.33.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

9.33.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.33.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- ata de fundação;
- estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.33.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 11.412.919,44 (onze milhões, quatrocentos e doze mil novecentos e dezenove reais e quarenta e quatro centavos), conforme custos unitários descritos na Tabela 01, do Item 1.1, em Condições Gerais da Contratação.

## **11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da SESED.

11.2. A dotação orçamentária deverá ser informada pela SESED em momento oportuno.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. APÊNDICES**

12.1. Apêndice A - Protocolo de Testes de Amostras;

12.2. Apêndice B - Plano de Localização - Distribuição de Câmeras Corporais;

12.3. Apêndice C - Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso;

12.4. Apêndice D - Modelo de Atestado de Visita Técnica;

12.5. Apêndice E - Modelo de Recibo de Migração de Massa de Dados; e

Natal-RN, na data da assinatura eletrônica.

**RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Leonardo** de Araújo Silva - Cel PM  
Mat.: 114.668-8

**DO ACOLHIMENTO DO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Alarico** José Pessoa Azevedo Junior - Cel PM  
**Comandante Geral da PMRN**

**DA APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS**  
APROVO o presente TERMO DE REFERÊNCIA, por entender que ele cumpre todos os requisitos necessários para esta CONTRATAÇÃO, conforme subdelegação de competência contida no Art. 1º, inciso II da Portaria nº 01, de 04 de janeiro de 2019.

OSMIR DE OLIVEIRA MONTE  
**Secretário de Estado Adjunto da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED/RN)**  
ORDENADOR DE DESPESA SESED/RN

**APÊNDICE A**  
**PROTOCOLO DE TESTES DE AMOSTRAS**

1. Introdução

Esse documento tem o objetivo de descrever através de formulário a ser preenchido, à análise de amostras do vencedor para o presente edital.

2. Relatório de Análise de Amostra:

2.1 Software de Evidência Digital

ESTRUTURA A SER CRIADA NO SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E CUSTÓDIA DE EVIDÊNCIAS DIGITAIS	ATENDE	NÃO ATENDE	OBSERVAÇÃO
1. Criar 8 usuários nível operacional, com permissão de ver somente seus próprios vídeos;			
2. Criar 4 grupos de serviço, e inserir 2 usuários em cada um deles;			
3. Criar 4 usuários a nível supervisão, com permissão de ver vídeos em sua cadeia de comando;			
4. Criar o grupo de supervisão geral e inserir 1 supervisor no grupo supervisão geral;			

2.2 Rotinas de Teste

<b>USABILIDADE DO SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E CUSTÓDIA DE EVIDÊNCIAS DIGITAIS</b>	<b>ATENDE</b>	<b>NÃO ATENDE</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
1. O usuário serviço de dia deve atrelar/pagar as COP aos usuários operacionais; Deve ser indicado no software DEMS, que a atribuição foi feita ao Agente correto.			
2. Gerar evidências por meio das COP para os usuários Operacionais;			
3. As evidências já devem conter os metadados exigidos nesta especificação técnica como a inserção do número de talão de ocorrência do ÓRGÃO, Tags e classificações;			
4. Os usuários do nível operacional dentro de um mesmo grupo não podem fazer download, edição ou apagar evidências.			
5.Os usuários de nível operacional não podem ver as evidências geradas pelos usuários operacionais, exceto os usuários com permissão para tal;			
6. Os usuários de supervisão devem ter visão somente de seus grupos;			
7. Os usuários de supervisão devem ter permissão de compartilhamento de evidências para usuários internos do sistema.			

### 2.3 Teste do Software DEMS

<b>SOFTWARE DEMS</b>	<b>ATENDE</b>	<b>NÃO ATENDE</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
1. Acessar o DEMS por computador e por dispositivos mobile, via web. Ao realizar o login observar que o software tenha capacidade de gerar Autenticação de Múltiplo Fator;			
2. Visualizar vídeos e verificar que nele contenha a identificação do usuário e da câmera com inserção de marca d'água na evidência no DEMS e no aplicativo de categorização de vídeos pareado à câmera.			
3. Demonstrar a capacidade do sistema de emitir trilha de auditoria da COP, do USUÁRIO, de Grupo e de Administração do Sistema.			
4. Permitir a busca de arquivos por número de câmeras (Device ID), data-hora, identificação do Policial, por coordenadas GPS, por logradouro, CEP, pelo próprio nome do arquivo e por metadados criados pelos usuários ou gerados pelo sistema;			

### 2.4 Teste de Ferramenta de Gerenciamento de Supervisão e relatórios

<b>TESTE DE FERRAMENTA DE GERENCIAMENTO DE SUPERVISÃO E RELATÓRIOS</b>	<b>ATENDE</b>	<b>NÃO ATENDE</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
1. Um usuário Administrador deve acessar a ferramenta de gerenciamento de supervisão e realizar uma revisão automática de qualquer usuário do sistema.			
2. Demonstrar que é possível definir a duração das evidências que entram para a análise aleatório dos supervisores.			
3. Extrair de um relatório de evidências criadas no sistema. O DEMS deve conseguir separar esse relatório por Grupo e por Intervalo de data.			
4. Extrair um relatório de compartilhamento de evidências contendo usuário, data/hora e destino.			
5. Extrair relatório de resumo de categorias demonstrando o acumulado de evidências para cada categoria criada pelo órgão.			

#### 2.5 Teste de Software COP ou Device Streaming e Inserção de Metadados

<b>INSERÇÃO DE METADADOS</b>	<b>ATENDE</b>	<b>NÃO ATENDE</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
1. Apresentar a capacidade de inserir metadados nas evidências em campo;			
2. O device que acompanha a COP deve permitir a exibição das evidências com controles básicos de reprodução e exibição de marca d'água do usuário ou da câmera;			
3. Através do device que acompanha as COP inserir metadados nas evidências, verificando que respeite a devida validação de campo (regex) configurado.			
4. Colocar a câmera em modo "stealth" (Velado) e retornar à condição anterior;			

#### 2.6 Teste de hardware da Câmera Corporal

<b>TESTE DE HARDWARE</b>	<b>ATENDE</b>	<b>NÃO ATENDE</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
1. Uma câmera deve ser utilizada como amostra para o teste de bateria. A câmera deve ser ligada e deixada no modo standby deverá suportar 12 horas (com funções de rádio frequência desligadas)			
2. Outra câmera deve ser ligada e iniciar a gravação. A bateria deve durar no mínimo 9 horas nesta condição (com funções de rádio frequência desligadas).			

3. Uma terceira câmera deve ser ligada, iniciar a gravação intencional e o livestreaming com funções de rádio frequência ativadas, essa deverá durar pelo menos 4 horas.			
4. O DEMS deve ser configurado para gravação em qualidade de resolução: 1280x720@30FPS com taxa de bits de 4,0 mbps. Uma quarta câmera então deve gravar um vídeo INTENCIONAL.			
5. A câmera do passo 4 deve ser ligada, iniciar a gravação, deve ser colocada em uma altura de 1,8m e deixar que caia ao solo. As quedas devem ser feitas nas 6 faces da câmera (frontal, traseira, superior, inferior, lado direito e lado esquerdo). Após as 6 quedas colocar a câmera na doca para realizar o upload da evidência e verificar que a gravação tenha ocorrido corretamente.			

## 2.7 Teste de acionamento remoto, livestreaming e GPS

<b>ACIONAMENTO REMOTO, STREAMING E LOCALIZAÇÃO GPS EM TEMPO REAL DA CÂMERA</b>	<b>ATENDE</b>	<b>NÃO ATENDE</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
1. Deverá ser demonstrado que a COP pode ser acionada remotamente após iniciada gravação INTENCIONAL;			
2. Deverá ser demonstrada uma transmissão ao vivo de uma COP para o local designado para os testes;			
3. Deverá ser demonstrado o posicionamento global ativo da COP no software apresentado;			
4. O posicionamento global por satélite deve estar sincronizado com a evidência gravada. Deverá ser escolhida uma evidência com deslocamento pela cidade e a reprodução do vídeo deve estar sincronizada com a sinalização no mapa geográfico.			
5. Deve ser demonstrado o aplicativo móvel em Android e iOS de inteligência situacional, conectando-se assistindo uma câmera que esteja gravando no momento e demonstrando o áudio bidirecional;			

## 2.8 Teste de Certificação de Integridade da Evidência (SHA-2, SH-3, HASH, CHECKSUM)

<b>ACIONAMENTO REMOTO, STREAMING E LOCALIZAÇÃO GPS EM TEMPO REAL DA CÂMERA</b>	<b>ATENDE</b>	<b>NÃO ATENDE</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
1. Deverá ser apresentada as chaves de segurança e demonstrar que o arquivo gerado na câmera é o mesmo arquivo armazenado no sistema de armazenamento através de trilha de auditoria e validação da evidência;			

## 2.9 Teste de fixação da câmera dos uniformes

<b>TESTE DE FIXAÇÃO DA CÂMERA DOS UNIFORMES</b>	<b>ATENDE</b>	<b>NÃO ATENDE</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
1. A COP deverá ser fixada no uniforme de verão de um Policial, acima da linha imaginária entre os mamilos, e gravar um vídeo sentado numa viatura e outro em pé desembarcado. O suporte deve ser firme em ambas as situações e não danificar o uniforme.			
2. A COP deverá ser fixada no uniforme de inverno de um Policial, acima da linha imaginária entre os mamilos, e gravar um vídeo sentado numa viatura Policial e outro em pé desembarcado. O suporte deve ser firme em ambas as situações e não danificar o uniforme.			
3. A COP deve ser fixada no uniforme e um policial deve executar movimentos de: corrida, agachamento, salto vertical e demais movimentos atinentes a rotina policial. A câmera não deve sair do suporte ou causar acidentes.			
4. A COP deve ser fixada no suporte com regulagem de amplitude vertical e demonstrar a capacidade de ajuste da angulação sem perder capacidade de fixação.			

2.1 A equipe de avaliadores pode solicitar a apresentação de comprovação de qualquer item obrigatório constante da especificação técnica, além dos aqui solicitados no caderno de testes. A não apresentação de qualquer requisito do caderno de testes ou da especificação técnica poderá implicar em reprovação das amostras.

## APÊNDICE B

### PLANO DE LOCALIZAÇÃO - DISTRIBUIÇÃO DE CÂMERAS CORPORAIS

<b>Ord</b>	<b>Unidade PM</b>	<b>Circunscrição / Área</b>	<b>Quantidade de câmeras para cada Unidade PM</b>
1	1º BPM	Alecrim, Cidade Alta, Tirol, Petrópolis, Praia Do Meio, Rocas, Ribeira, Santos Reis, Lagoa Seca, Barro Vermelho, Mãe Luíza, Areia Preta (NATAL/RN)	81
2	4º BPM	Pajuçara, Potengi, Lagoa Azul, Nossa Sra Da Apresentação, Igapó, Redinha, Salinas (NATAL/RN)	97
3	5º BPM	Lagoa Nova, Capim Macio, Candelária, Neópolis, Ponta Negra, Nova Descoberta (NATAL/RN)	81
4	9º BPM	Pitimbu, Planalto, Quintas, Felipe Camarão, Nordeste, Cidade Da Esperança, Cidade Nova, Guarapes, Bom Pastor, Dix-Sept Rosado, Nossa Senhora De Nazaré (NATAL/RN)	85
5	BPCHOQUE	Atende os 04 Municípios contemplados em sua totalidade. (NATAL/RN, PARNAMIRIM/RN, SÃO GONÇALO	76



		DO AMARANTE/RN E MOSSORÓ/RN)	
6	BOPE	Atende os 04 Municípios contemplados em sua totalidade. (NATAL/RN, PARNAMIRIM/RN, SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN E MOSSORÓ/RN)	32
7	BPRV	Atende 03 Municípios contemplados em sua totalidade (NATAL/RN, PARNAMIRIM/RN e SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN)	55
8	1ª CIPRV (ESQUADRÃO ÁGUIA)	Atende os 04 Municípios contemplados em sua totalidade. (NATAL/RN, PARNAMIRIM/RN, SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN E MOSSORÓ/RN)	30
9	2ª CIPRV	Alto do Sumaré, Alto de São Manoel, Rincão, Planalto, Treze de Maio, Dom Jaime Câmara, Presidente Costa e Silva, Ilha de Santa Luzia, Bom Jesus, Pintos, Zona Rural, Alagados, Santo Antônio, Abolição, Aeroporto, Centro, Nova Betânia, Santa Delmira, Barrocas, Belo Horizonte, Boa Vista, Bom Jardim, Alto da Conceição, Paredões, Zona Rural, Doze Anos, Redenção, Dix-Sept Rosado, Itapetinga, Lagoa do Mato, Bela Vista, Santa Júlia, Monsenhor Américo. (MOSSORÓ/RN)	25
10	12º BPM	Alto do Sumaré Alto de São Manoel Rincão Planalto Treze de Maio Dom Jaime Câmara Presidente Costa e Silva Ilha de Santa Luzia Bom Jesus Pintos Zona Rural Alagados (MOSSORÓ/RN)	36
11	2º BPM	Santo Antônio, Abolição, Aeroporto, Centro, Nova Betânia, Santa Delmira, Barrocas, Belo Horizonte, Boa Vista, Bom Jardim, Alto da Conceição, Paredões, Zona Rural, Doze Anos, Redenção, Dix-Sept Rosado, Itapetinga, Lagoa do Mato, Bela Vista, Santa Júlia, Monsenhor Américo. (MOSSORÓ/RN)	65
12	16º BPM	Amarante, Centro, Conjunto Amarante, Genipapo, Guajiru, Igreja Nova, Jardins, Novo Amarante, Olho Dagua, Área Rural de São Gonçalo do Amarante, Cidade das Flores, Coqueiros, Golandim, Guanduba, Jardim Lola, Maçaranduba, Oiteiros, Parque dos Ipês, Regomoleiro, Santa Terezinha, Serrinha, Santo Antônio do Potengi, Uruaçu. (SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN)	45
13	3º BPM	Área Militar, Área de Expansão, Bela Parnamirim, Boa Esperança, Cajupiranga, Centro, Cidade Nova, Cohabinal, Cotovelo, Emaús, Jardim Planalto, Liberdade, Monte Castelo, Nova Esperança, Nova Parnamirim, Parque de Exposições, Parque do Jiqui, Passagem de Areia, Pirangi, Pium, Rosa dos Ventos, Santa Tereza, Santos Reis, Vale do Sol. (PARNAMIRIM/RN)	85
<b>Total</b>			<b>793</b>

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E USO**

● *Redação do preâmbulo do Termo a ser assinado pelo representante legal da Contratada*

A Contratada \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, doravante designada Signatário, neste ato representada por \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

● *Redação do preâmbulo do Termo a ser assinado pelos profissionais da Contratada*

\_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, doravante designado(a) Signatário, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva e/ou sob controle do CONTRATANTE, reveladas ao Signatário ou por ele acessadas em função da execução do objeto do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

2. A expressão “informações restritas” abrange toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: dados pessoais, técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, imagens, plantas, programas de computador, discos, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, marcas e modelos utilizados, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, vulnerabilidades existentes, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.

3. O Signatário compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do CONTRATANTE, das informações restritas reveladas ou acessadas.

4. O Signatário compromete-se a não utilizar, de forma diversa da prevista no contrato celebrado com o CONTRATANTE, as informações restritas reveladas ou acessadas.

5. O Signatário deverá cuidar para que as informações reveladas ou acessadas fiquem limitadas ao conhecimento próprio.

6. O Signatário não deverá explorar, em benefício próprio ou de outras pessoas, informações e documentos adquiridos por meio da participação em atividades daquele órgão.

7. O Signatário está ciente de que a SESED/RN e PMRN se reserva o direito de monitorar e auditar quaisquer atividades que envolvam estas informações.

8. O Signatário obriga-se a informar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer violação às regras de confidencialidade, sigilo e uso estabelecidas neste Termo de que tenha tomado conhecimento ou que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

9. A quebra da confidencialidade, do sigilo ou das condições de uso das informações restritas reveladas ou acessadas, por ação ou omissão do Signatário, devidamente comprovada, sem autorização expressa do CONTRATANTE, sujeitará o Signatário às consequências legais e sanções cabíveis, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive os de ordem moral, bem como às responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

10. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, e suas obrigações perdurarão inclusive após o término da vigência do contrato mencionado no item 1 deste instrumento.

11. O Signatário manifesta explícita ciência e se compromete a observar as seguintes normas de segurança, privacidade e proteção de dados do Contratante, cuja cópia recebeu: \_\_\_\_\_.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, o Signatário assina o presente Termo.

Natal-RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do Signatário  
Nome completo e CPF

**APÊNDICE D**  
**ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

ATESTAMOS, para fins de participação na licitação referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE CAPTAÇÃO, ARMAZENAMENTO, CUSTÓDIA E GESTÃO DE EVIDÊNCIAS DIGITAIS POR CÂMERAS OPERACIONAIS PORTÁTEIS NAS ATIVIDADES POLICIAIS, que a empresa abaixo, por intermédio de seu representante infra-assinado, realizou a visita técnica, nesta data, na SESED/RN situado na BR 101 KM 0, Centro Administrativo Rio Grande do Norte, S/N - Lagoa Nova, Natal - RN, 59064-901, tomando conhecimento dos detalhes e condições inerentes à referida licitação, para adequar a elaboração das propostas às peculiaridades do objeto pretendido, dirimir dúvidas e dar pleno conhecimento das instalações e necessidades.

Natal-RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

Nome:

CPF:

Função:

EMPRESA INTERESSADA:

Nome da empresa:

CNPJ:

Declaro que, nesta oportunidade, assinei o Termo de Manutenção de Sigilo, pois tive acesso às informações da Polícia Militar do RN, necessárias à elaboração da proposta para participação no certame, e fui informado de que demais esclarecimentos serão prestados em publicação no Diário Oficial do Estado.

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO:

RG:

FUNÇÃO NA EMPRESA:

**APÊNDICE E**  
**MODELO DE RECIBO DE MIGRAÇÃO DE MASSA DE DADOS**

Recibo de Transferência e Absorção de Massa de Dados

Processo SEI nº: \_\_\_\_\_

Contrato nº: \_\_\_\_\_

Fornecedor Substituído: \_\_\_\_\_

Fornecedor Atual (Contratada): \_\_\_\_\_

**1. Objeto da Migração**

Na presente data, foram transferidos e absorvidos pelo sistema da CONTRATADA os arquivos de evidências digitais provenientes da solução anteriormente utilizada, para fins de preservação da cadeia de custódia,

conforme especificações do contrato.

2. Volume de Dados Recebidos

- Total de arquivos recebidos: \_\_\_\_\_
- Tamanho total da massa (em TB): \_\_\_\_\_
- Período abrangido pelos arquivos: \_\_\_\_\_
- Estrutura de diretórios/ocorrências preservada: ( ) Sim ( ) Não

3. Garantia de Integridade

- Cada arquivo transferido foi submetido à verificação de integridade bit-a-bit, por meio de algoritmo de hash (SHA-2 ou superior).
- Lista completa de arquivos com seus respectivos hashes encontra-se em anexo a este recibo, assinada digitalmente pelas partes.
- A CONTRATADA assegura a preservação dos prazos de retenção:
  - 90 (noventa) dias para registros de rotina;
  - 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias para registros vinculados a ocorrências.

4. Declaração das Partes

As partes abaixo-assinadas declaram, para os devidos fins, que a migração de dados foi realizada em conformidade com as especificações contratuais, garantindo a continuidade da guarda e a disponibilidade das evidências digitais.

Local e Data: \_\_\_\_\_

Fornecedor Substituído (Responsável Técnico):

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura Digital: \_\_\_\_\_

Fornecedor Atual (Responsável Técnico):

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura Digital: \_\_\_\_\_

Gestor do Contrato (Administração):

Nome: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_

Assinatura Digital: \_\_\_\_\_

APÊNDICE F

MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS

Processo Licitatório nº:	Data Pedido:
Contrato nº:	Vigência Contratual:
Objeto: Descrever o objeto da contratação de forma precisa, suficiente e clara, conforme as exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.	
Dados da Contratada:	
Razão Social:	CNPJ:
Endereço:	

E-mail:			Telefone:		
Item	ID	Descrição Item	Marca/Modelo	Quantidade	Valor Unitário
Valor do Contrato: R\$ xxxxxxx (valor por extenso).					
Responsável pelo recebimento e conferência da entrega:					

Pela presente Ordem de Compra, autorizamos o fornecimento do objeto contratado por (órgão contratante) \_\_\_\_\_, a iniciar na data de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

Natal-RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Autoridade Competente



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO DE ARAUJO SILVA, Subcoordenador(a)**, em 22/04/2026, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALARICO JOSE PESSOA AZEVEDO JUNIOR, Coronel PM**, em 22/04/2026, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **OSMIR DE OLIVEIRA MONTE, Secretário de Estado Adjunto da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social**, em 24/04/2026, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **40768727** e o código CRC **BB16E778**.



POLÍCIA MILITAR DO RN

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 00510050.000030/2025-73

Documento de Formalização da Demanda DTIC/PMRN (SEI nº 39220742)

**SETOR REQUISITANTE (Unidade/Setor/Depto.):** Diretoria de Tecnologia, Inovação e Comunicação/PMRN

**Instituição a ser beneficiada:** Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte.

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

1.1. A presente demanda visa à aquisição de câmeras corporais operacionais para uso individual por agentes da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, com foco nas unidades da Capital e Região Metropolitana. A iniciativa está alinhada às diretrizes contemporâneas de modernização institucional e aprimoramento da atuação das forças de segurança pública, por meio da incorporação de soluções tecnológicas que promovam a transparência, a eficiência e a confiabilidade nas relações entre o Estado e a sociedade.

1.2. A utilização de câmeras corporais nos uniformes dos policiais constitui medida estratégica voltada à proteção dos direitos fundamentais, à valorização da dignidade da pessoa humana e à observância dos princípios democráticos. A solução tem por objetivo assegurar que as ações operacionais sejam conduzidas em estrita conformidade com os preceitos legais, contribuindo para a prevenção de abusos, a redução de conflitos e o fortalecimento da confiança pública nas instituições policiais.

1.3. Além dos benefícios sociais, as câmeras corporais oferecem respaldo jurídico e institucional aos profissionais de segurança, ao permitir o registro audiovisual fidedigno das ocorrências. Esses registros qualificam a apuração de fatos, fornecendo evidências concretas que possibilitam a análise imparcial das condutas dos agentes, assegurando-lhes proteção contra acusações infundadas e garantindo reconhecimento por suas ações legais e éticas.

1.4. Adicionalmente, os dados obtidos a partir dos registros audiovisuais permitirão a identificação de padrões operacionais, a correção de falhas sistêmicas e o aperfeiçoamento do planejamento tático das operações, resultando em maior eficiência, redução de custos e celeridade nos procedimentos investigativos e administrativos.

1.5. A medida também contribui para o fortalecimento da articulação interfederativa e interagências, ao viabilizar a padronização de registros e a integração de informações estratégicas entre os diversos entes e órgãos de segurança pública, em consonância com programas e políticas públicas federais.

1.6. Por fim, a implementação das câmeras corporais materializa os princípios de transparência, responsabilidade e prestação de contas, consolidando-se como uma ferramenta indispensável para o aprimoramento da segurança pública, em sua dimensão ética, técnica e institucional.

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CATSER	NATUREZA DA DESPESA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Câmeras corporais com armazenamento de dados de vídeo e áudio na memória do próprio aparelho, com transferência de dados via estação de carregamento e transmissão de dados para armazenamento em um computador e /ou servidor local ou remoto (nuvem ou <i>datacenter</i> ), com transferência de dados via internet. (Com possibilidade de transferência de dados ao vivo via <i>wireless</i> , <i>wi-fi</i> , celular ou outra tecnologia, para o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública, ou Centro de Gerenciamento e Monitoramento ou Centro de Comando e Controle ou Sala de Controle e com o sistema de gestão).	27014	33.90.39	unidade	793

**2. ÁREA REQUISITANTE**

Área Requisitante	Responsável
DTIC	Cel QOEM Antoniel Jorge dos Santos Moreira

**3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS**

3.1. Apresentar, no ato da contratação, a documentação relacionada no art. 7º da Portaria Conjunta nº 13/2021 - SEAD/SEMJDH/SETHAS/SEEC, que estabelece normas complementares e regulamentadoras para o cumprimento do Decreto Estadual nº 30.753/2021, que trata sobre o Programa Estadual de Aprendizagem do Rio Grande do Norte (RN APRENDIZ).

**Sustentabilidade**

3.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

3.2.1. Adotar medidas para evitar o desperdício de energia;

3.2.2. Dar a destinação correta a baterias, óleos e filtros descartados no processo de manutenção, segundo Resolução CONAMA nº 401, de 4 novembro de 2008;

3.2.3. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

3.2.3.1. Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

3.2.4. Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica as lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral, quando descartados;

3.2.5. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

3.2.6. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

- 3.2.7. Capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- 3.2.8. Promover a reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.
- 3.3. Em relação às condições de trabalho da mão de obra da Contratada, devem ser atendidas as normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho:
- 3.3.1. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- 3.3.2. Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;
- 3.3.3. Fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança, em especial, o que consta da Norma Regulamentadora MTE nº 6;
- 3.3.4. Utilizar materiais biodegradáveis, no que couber.
- 4.3. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da Contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.
- 3.4. A Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte ao promover a presente contratação, observará os preceitos dispostos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- 3.5. Nesse sentido, como forma de contratar serviços e usá-los com menor impacto negativo, minimizando a poluição ou agressão exagerada ao meio ambiente, a Contratada deverá apresentar juntamente com a proposta, cópia(s) de certificação(ões) emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por outro meio de prova equivalente que durante a produção e acondicionamento dos bens fornecidos, foram cumpridas as exigências de sustentabilidade.
- 3.6. Ainda com o foco na sustentabilidade visando diminuir a poluição ou agressão exagerada ao meio ambiente, a Contratada deverá atender os requisitos previstos na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- 3.7. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União - TCU orienta:
- "(...) 19.2. Com efeito, é legítimo que a entidade deseje adequar suas contratações a novos parâmetros de sustentabilidade ambiental, ainda que com possíveis reflexos na economicidade da compra, devendo fazer constar expressamente do processo de contratação motivação fundamentada que justifique a escolha dessas exigências." (...) (Acórdão 1375/2015 Plenário, Representação, Relator Ministro Bruno Dantas, Boletim de Jurisprudência nº 84 do Tribunal de Contas da União).
- 3.8. Desta feita, a fim de adequar a contratação às orientações do TCU, ainda de forma a dar cumprimento a norma acima posta, a Contratada deverá apresentar os seguintes critérios:
- "Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:
- (...) II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- (...) § 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital."
- 3.9. Aliada as boas práticas relacionadas à sustentabilidade a Contratada deverá:
- Separar resíduos como papeis, plásticos, metais, vidros e orgânicos para empresas de coleta apropriadas, respeitando as Normas Brasileiras publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT sobre resíduos sólidos;
  - Separar e acondicionar as lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral em recipientes adequados para destinação específica, quando descartados;
  - Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
  - Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
  - Substituir substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
  - Capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
  - Promover a reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

### Subcontratação

- 3.10. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da contratação

- 3.11. Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 2% (dois por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.
- 3.12. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até 10 (dez) dias corridos, após a assinatura do contrato.
- 3.13. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias corridos, após a assinatura do contrato.
- 3.14. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.
- 3.15. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

### Vistoria

- 3.16. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 13 horas.
- 3.17. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 3.18. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 3.19. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 4.1. Como regra, a licitação e os contratos administrativos têm por objetivo a obtenção da solução contratual economicamente mais vantajosa para a Administração Pública. Desta forma, um dos requisitos para a realização dos contratos administrativos de prestação de serviços de natureza continuada é que sejam viáveis e vantajosos para a Administração Pública.
- 4.2. Em respeito ao que reza o Art. 44 da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), quando da confecção do ETP - Estudo Técnico Preliminar, diante da possibilidade de Aquisição e Locação de bens, deve-se indicar a alternativa mais vantajosa à Administração Pública, conforme se vê, *in verbis*:

Art. 44. Quando houver a possibilidade de compra ou de locação de bens, o estudo técnico preliminar deverá considerar os custos e os benefícios de



## 4.3. Diante disso, tem-se como cenários:

CENÁRIO 1	
<b>ENTIDADE</b>	DTIC/PMRN
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>Locação</b> de 793 câmeras corporais para Policiais Militares do Estado do Rio Grande do Norte
<b>FORNECEDOR</b>	Fornecedor externo
<b>ANÁLISE DO CENÁRIO</b>	A locação das 793 câmeras por 2 anos apresenta-se como uma alternativa de menor custo inicial, com serviços agregados como manutenção, assessorios, suporte técnico e armazenamento em nuvem inclusos no contrato. Esse modelo reduz a complexidade operacional e permite rápida implementação, sendo vantajoso para instituições que não dispõem de equipe técnica ou infraestrutura própria. No entanto, ao final do contrato, todos os equipamentos são devolvidos, não deixando qualquer legado físico, e a continuidade da operação dependerá de nova contratação. Além disso, a dependência da empresa fornecedora pode limitar a flexibilidade e o controle sobre dados sensíveis e estratégias operacionais.
<b>Custo Total de Propriedade: Análise para o "Cenário 1"</b>	
Para fins de locação, considerando o repasse de valor único, a opção de locação é a mais vantajosa para a Administração Pública diante da situação apresentada neste ETP - Estudo Técnico Preliminar.	

CENÁRIO 2	
<b>ENTIDADE</b>	DTIC/PMRN
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>Aquisição</b> de 793 câmeras corporais para Policiais Militares do Estado do Rio Grande do Norte
<b>FORNECEDOR</b>	Fornecedor externo
<b>ANÁLISE DO CENÁRIO</b>	A aquisição definitiva de 793 câmeras corporais, embora exija um investimento inicial mais elevado, oferece vantagens significativas em termos de autonomia, controle e economia a médio e longo prazo. A instituição pode definir suas próprias estratégias de uso, integrar os dispositivos a sistemas próprios de análise e armazenamento de dados, e evitar dependência de fornecedores externos. Com uma vida útil que pode superar o período de dois anos, os equipamentos continuam operacionais mesmo após o encerramento do projeto, ampliando o retorno sobre o investimento. Apesar da necessidade de estrutura técnica para manutenção e suporte, esse modelo proporciona maior independência, estabilidade e possibilidade de customização tecnológica conforme a realidade da instituição.
<b>Custo Total de Propriedade: Análise para o "Cenário 2"</b>	
Foi realizada a cotação dos valores totais para a aquisição, provando a inviabilidade do cenário.	

4.4. Portanto, conforme Art. 44, da Lei nº 14.133/21, considerando os custos e os benefícios da aquisição de bens, a melhor forma é utilizar como base o **CENÁRIO 1**.

4.5. **Da não reserva de cotas e não exclusividade de ME e EPP**

4.5.1. Na presente contratação não há do que se cumprir o estabelecido no artigo 44, bem como, o artigo 42, ambos da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, portanto, não será possível ser reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para esta contratação para as microempresas (ME), as empresas de pequeno porte (EPP) e aos microempreendedores individuais (MEI), e equiparados, em razão da embarcação não se tratar de bem divisível, como também, o valor estimado da presente contratação ultrapassa R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

4.6. **Da não participação de Consórcios**

4.6.1. A vedação da participação de consórcio insere-se na esfera de discricionariedade da Administração, com fundamento nos princípios da motivação e da competitividade. No caso em tela, não será vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que limitará a competitividade, pois o mercado deste objeto é restrito, sendo assim, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. Observa-se nesta contratação, que as empresas no âmbito deste mercado, isoladamente, possuem condições de suprir os requisitos de habilitação tecnicamente e economicamente. Posto isto, será vedado o consórcio, pois, a permissão da participação sob essa forma, poderá trazer prejuízos ao ânimo competitivo do certame, bem como na busca pela proposta mais vantajosa.

5. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**5.1. **CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS NECESSÁRIAS E REQUISITOS BÁSICOS**

## Requisitos Gerais da Solução

5.1.1. As inovações tecnológicas disponibilizadas no portfólio de produtos da Contratada, tanto a nível nacional quanto internacional, deverão ser oferecidas sem custos adicionais durante a vigência do contrato, garantindo treinamento e funcionamento contínuo da solução.

5.1.2. A solução deve permitir o acionamento remoto da gravação por meio de computadores e dispositivos móveis, bem como a transmissão via *live streaming* (quando houver sinal de internet na área de operação e conforme o cenário contratado) de cada câmera, sem limite de licenças ou de usuários.

5.1.3. O equipamento deve possuir um sistema que alerte o operador quando o equipamento for acionado remotamente.

5.1.4. O serviço de gerenciamento da solução, independentemente do cenário, incluindo-se infraestrutura, assessorios, equipamentos, armazenamento em nuvem, plano de dados para conectividade das câmeras, manutenção, instalação e suporte técnico de software, hardware e licenças de uso, Software de Gerenciamento e Custódia de Evidências Digitais (SGCED), será fornecido a título de comodato.

5.1.5. A infraestrutura inclui a instalação de todo o equipamento necessário para estabelecer *links* de dados para o armazenamento em nuvem, acionamento remoto e *live streaming*, docas para carregamento de baterias e/ou descarga de dados, e computadores para acesso ao sistema. Inclui também a adaptação da rede de energia elétrica e de dados necessária para o funcionamento do sistema nos locais descritos neste documento.

5.1.6. Todos os componentes, sejam equipamentos, programas, autorizações e/ou serviços, mesmo que não especificados neste documento, mas necessários para o funcionamento correto e eficiente da solução conforme as características exigidas, deverão ser considerados pela Contratante.

5.1.7. A Contratada deverá fornecer os *SIM Card* ou *eSIM*, bem como o contrato com operadoras de telefonia e dados para habilitar a conectividade da câmera para acionamento remoto, *live streaming*, GPS e outros recursos que dependem de rede de dados.

5.1.8. A Contratada deverá fornecer customização do *software* de custódia para adequação à realidade da segurança pública brasileira (metadados) e tradução para o português brasileiro, com *tags* de classificação de evidências, revisão, identificação dos tipos de vídeo, ID da ocorrência.

5.1.9. O sistema deve incluir marca d'água exibida em cada frame com identificação do usuário logado, do operador que estava em uso da câmera e da câmera para prevenir gravação da tela de computadores e dispositivos móveis, permitindo controle sobre vazamentos ilegais. Os aplicativos móveis e os *players* de vídeo nos computadores devem ter recursos que dificultem a captura de tela e gravação da tela de exibição.

5.1.10. Caso o tamanho e a posição da marca d'água não atendam às expectativas da Contratada, a Contratada terá um prazo de 30

(trinta) dias a partir da assinatura do contrato para desenvolver uma marca d'água que atenda às necessidades da Contratante. Contudo, o sistema deve possuir marca d'água no player de exibição do SGCED e da câmera (ou dispositivo de reprodução) já na apresentação das amostras, independentemente do tamanho ou posição.

5.1.11. Os equipamentos devem gravar ininterruptamente todo o turno de serviço, que compreende um período mínimo de 12 (doze) horas, com as resoluções de vídeo previstas neste documento, utilizando uma única bateria. O *Software* de Gerenciamento e Custódia de Evidências Digitais (SGCED) e o *firmware* da câmera devem ser capazes de marcar os períodos correspondentes às interações ou ocorrências e permitir a inserção dos respectivos metadados.

5.1.12. É compulsório que a gravação do turno de 12 horas seja dividida em arquivos menores, com duração mínima de 30 minutos e máxima de 1 hora (chamados de vídeos de ROTINA), para facilitar o manuseio, edição e compartilhamento dos dados, sem comprometer a integridade da segurança e cadeia de custódia. Esses arquivos devem possuir *hash* que comprove que os *bits* do arquivo original gerado na câmera correspondem ao arquivo custodiado e armazenado no sistema.

5.1.13. Para as gravações de "Rotina", onde a câmera grava ininterruptamente, a resolução mínima será de 480p com taxa de *bits* de vídeo de no mínimo 1224 Kbps e com taxa de quadros, mínima, de 30fps. No entanto, para imagens onde o operador inicia a gravação ou quando for iniciada remotamente, a resolução deve, ser, de no mínimo 720p, com taxa de *bits* de vídeo de pelo menos 3672kbps e taxa de quadros mínima de 30fps.

5.1.14. Após a divisão das gravações em arquivos menores, o sistema deve incluir um mecanismo para verificar a integridade dos arquivos para garantir que não houve corrompimento durante o processo de divisão e armazenamento.

5.1.15. Incluir um sistema de monitoramento e alertar a Contratante sobre o *status* e funcionamento dos equipamentos, incluindo alertas de falhas ou problemas na gravação.

5.1.16. O armazenamento de dados de vídeo e áudio deve ser por no mínimo 90 (noventa) dias com a finalidade de cadeia de custódia, sendo de inteira responsabilidade da Contratada definir a tecnologia mais eficiente para o caso específico, ressaltando-se o disposto na Instrução Normativa GSI/PR nº 5/2021.

5.1.17. Os registros audiovisuais das câmeras corporais devem ser armazenados por 1 (um) ano quando albergados nas hipóteses do art. 15, § 1º, incisos I a VI, da Portaria do Ministro MJSP nº 648/2024. Firmando-se a Contratante plenamente no resultado, da garantia de total e irrestrito acesso de qualidade aos dados, com inequívoca disponibilidade e segurança, criptografia e garantia da cadeia de custódia, indiferentemente da tecnologia utilizada, salvaguardando-se assim a ampla concorrência.

5.1.18. O sistema deve registrar e permitir a auditoria dos acessos e usos das câmeras e do *software*, garantindo a rastreabilidade das operações e a segurança das evidências.

5.1.19. As Câmeras corporais são classificadas na Norma Técnica SENASP nº 014/2024: Câmeras corporais com armazenamento de dados de vídeo e áudio na memória do próprio aparelho, com transferência de dados via estação de carregamento e transmissão de dados para armazenamento em um computador e/ou servidor local ou remoto (nuvem ou datacenter), com transferência de dados via *internet*, com possibilidade de transferência de dados "ao vivo" via *wireless* (*wi-fi* ou celular) para o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública, ou Centro de Gerenciamento e Monitoramento, ou Centro de Comando e Controle, ou Sala de Controle e com osistema de gestão.

## 5.2. Dos Requisitos específicos do *Hardware*

5.2.1. De acordo com a Portaria do Ministro MJSP nº 648/2024, as câmeras corporais devem contemplar as seguintes formas de acionamento:

Art. 10. A gravação das câmeras corporais ocorrerá, alternativa ou concomitantemente, segundo a regulamentação de cada órgão de segurança pública, admitidas as seguintes modalidades:  
I - por acionamento automático, quando:  
a) a gravação é iniciada desde a retirada do equipamento da base até a sua devolução, registrando todo o turno de serviço; ou  
b) a gravação é configurada para responder a determinadas ações, eventos, sinais específicos ou geolocalização;  
II - por acionamento remoto: quando a gravação é iniciada, de forma ocasional, por meio do sistema, após decisão da autoridade competente ou se determinada situação exigir o procedimento; ou  
III - por acionamento dos próprios integrantes dos órgãos de segurança pública para preservar sua intimidade ou privacidade durante as pausas e os intervalos de trabalho.

### 5.2.2. Usabilidade e segurança

5.2.2.1. As câmeras corporais devem ser projetadas para máxima usabilidade e segurança, com um mecanismo de acionamento de fácil manuseio, como um botão ou interruptor deslizante de acionamento fácil, sendo necessário a utilização de apenas uma das mãos.

### 5.2.3. Localização do botão de acionamento:

5.2.3.1. O botão de acionamento intencional de gravação de vídeo e áudio não deve estar localizado na parte traseira da câmera, bem como nem em locais em que o suporte de fixação câmera venha a prejudicar seu acionamento.

### 5.2.4. Fixação e estabilidade:

5.2.4.1. As câmeras corporais devem ser fixadas por suportes que garantam estabilidade do equipamento e das imagens coletadas.

5.2.4.2. As câmeras corporais devem ser fixadas por suportes que não danifiquem o material substrato de fixação.

### 5.2.5. Peso:

5.2.5.1. A câmera corporal, com a bateria, deve ter massa máxima de 250g.

### 5.2.6. Condições do equipamento:

5.2.6.1. As câmeras corporais a serem fornecidas devem ser dispositivos novos, sem uso prévio, e contar com garantia de assistência técnica durante todo o período contratual.

### 5.2.7. Autonomia e gravação:

5.2.7.1. A câmera corporal deve ter, no mínimo, 8 horas de gravação em alta resolução (HD ou 720p) durante a autonomia declarada pelo fornecedor, respeitando o valor mínimo de 12 horas de autonomia, mantendo ativos os metadados e funcionalidades de conectividade quando aplicável.

5.2.7.2. A capacidade de armazenamento total da câmera corporal deve ser de, no mínimo, 32GB.

5.2.7.3. O fornecedor deve declarar a autonomia da bateria, qual resolução de gravação e os metadados ativos na avaliação, certificando essas informações no Certificado de Conformidade do produto.

5.2.7.4. As câmeras devem ser capazes de gravar de forma contínua, quando acionadas pelo operador ou quando acionada remotamente.

5.2.7.5. A câmera corporal deve ser capaz de capturar áudios de forma inteligível, inclusive conversações, a uma distância de no mínimo 1,00m, constando essa distância no Certificado de Conformidade.

### 5.2.8. Trava de acesso

5.2.8.1. A câmera corporal deve apresentar mecanismo ou dispositivo de trava de acesso que não permita a remoção ou extravio acidental da bateria e/ou SIM Card, quando removíveis

### 5.2.9. Proteção de dados

5.2.9.1. A interrupção, intencional ou não, da alimentação energética disponível na bateria da câmera corporal e/ou estação de

carregamento e transmissão de dados não deve causar qualquer perda ou corrompimento de dados.

5.2.10. Visão Noturna

5.2.10.1. Quando a câmera corporal dispuser de sistema de visão noturna, o módulo deve ser configurável e permitir a desabilitação do recurso.

5.2.11. Indicadores de status

5.2.11.1. As câmeras corporais devem apresentar mecanismos que permitam a percepção do operador para o monitoramento, no mínimo, das indicações de nível de carga de bateria, status de gravação, nível de armazenamento, status de geolocalização e sinal de conexão *wireless*, sendo os dois últimos apenas quando aplicável.

5.2.12. Mecanismo de sinalização

5.2.12.1. Os mecanismos utilizados para informar quaisquer parâmetros da câmera corporal, como luzes de sinalização utilizadas em LEDs, não podem tornar o operador suscetível e/ou vulnerável quando da sua atuação, devendo tais módulos ser configuráveis e permitir a desabilitação do recurso.

5.2.13. Acesso ao *Hardware*

5.2.13.1. Deverá haver identificação visual no mínimo em uma das faces externas das câmeras corporais e das estações de carregamento e transmissão de dados, sendo indelével e inamovível. Ademais, torna-se imperioso a sua inviolabilidade quanto ao acesso ao *hardware*, excetuando-se por óbvio quando da intervenção para manutenção solicitada pela Contratante, que deve ser realizada pela Contratada através da assistência técnica especializada.

5.2.14. Acesso ao armazenamento

5.2.14.1. O dispositivo de armazenamento de dados da câmera corporal e das estações de carregamento e transmissão de dados, quando aplicável, deve ser inacessível para os operadores.

5.2.15. Ângulo de visão:

5.2.15.1. O ângulo de campo de visão deverá ter abertura mínima horizontal de 120°.

5.2.16. Resolução:

5.2.16.1. A câmera corporal deve ter uma resolução de no mínimo de 480p com taxa de *bits* de vídeo de, no mínimo, 1224kbps e taxa de quadros mínima de 30fps.

5.2.16.2. Para resolução de 720p, a taxa de *bits* de vídeo deve ser de, no mínimo, 3672kbps e com a taxa de quadros, mínima, de 30fps.

5.2.16.3. Quando aplicável, para a resolução de 1080p, a taxa de *bits* de vídeo deve ser de, no mínimo, 8336kbps e com a taxa de quadros, mínima, de 30fps.

5.2.17. Compressão do Vídeo

5.2.17.1. O padrão de compressão de vídeo deve ser, no mínimo, H.264 ou equivalente, sendo desejável o padrão H.265 ou equivalente.

5.2.18. Proteção e resistência

5.2.18.1. O grau de proteção mínimo da câmera corporal é o IP67, que deve suportar pressão considerável e repetitiva, vibração e choque mecânico e ser resistente a riscos ambientais comuns, como poeira, condensação, respingos de água e impactos.

5.2.18.2. A resistência a queda deve ser de no mínimo 1,5m. Opcionalmente, o ensaio pode ser realizado em alturas maiores do que o prescrito, desde que em todas as posições descritas no roteiro de ensaio e, quando da certificação, conste a altura do ensaio de queda no Certificado de Conformidade.

5.2.19. Temperatura operacional

5.2.19.1. A câmera corporal deve ser capaz de operar entre 20°C e 40°C, conforme dados históricos do INMET, sem que nenhuma das suas funcionalidades seja comprometida.

5.2.20. Autenticação e identificação

5.2.20.1. A liberação das câmeras corporais das estações de carregamento e/ou transmissão de dados deve possuir mecanismo que atribua individualmente a câmera corporal ao operador, seja por meio de mecanismos biométricos de autenticação, chaves de autenticação digital como cartões magnéticos, sistema de autenticação de múltiplo fator ou mecanismos similares.

5.2.21. Interoperabilidade

5.2.21.1. Quanto à reprodução das imagens, a solução deve possibilitar a interoperabilidade entre câmeras corporais e sistemas de gestão de fabricantes diferentes, fazendo com que a gravação de qualquer câmera corporal possa ser reproduzida sem a necessidade do sistema de gestão de um fabricante específico ou *software* adicional.

5.2.22. Conectividade e Localização

5.2.22.1. Possuir conectividade móvel 3G/4G e/ou superior.

5.2.22.2. Possuir conexão Wi-Fi mínima 2,4GHz e padrão IEEE 802.11 (B, G e N) com segurança mínima WPA2-PSK.

5.2.22.3. A câmera corporal (CP, ou *bodycam*, deve ter GPS integrado com precisão inferior a 5m, de acordo com a Norma Técnica SENASP nº 014/2024, aprovada pela Portaria SENASP/MJSP nº 572, de 28 de maio de 2024, e erratas, registrando de forma segura as posições de latitude e longitude para garantir a informação exata do local onde as imagens foram gravadas. Para as imagens de rotina, o GPS deve calcular no mínimo uma posição por minuto.

5.3. Acessório de Fixação

5.3.1. Deve ser disponibilizado acessório de fixação da câmera, conforme as especificações a seguir:

5.3.1.1. Para cada câmera fornecida, deve ser incluído ao menos um acessório de fixação.

5.3.1.2. O acessório de fixação deve permitir a fixação da câmera na altura dos ombros ou na parte superior do tronco do operador.

5.3.1.3. Este acessório deve ser compatível com o Equipamento de Proteção Individual (EPI) ou fardamento, possibilitando sua regulação sem causar danos ao material, e garantindo conforto e segurança para o operador.

5.3.1.4. Os acessórios de fixação devem ser adequados para uso nos uniformes operacionais e diários da Contratante.

5.3.1.5. No caso de câmeras com lente fixa, o acessório de fixação deve ser móvel, permitindo, no mínimo, uma regulação vertical que garanta uma visão livre e desimpedida do painel da viatura quando o operador estiver embarcado em um veículo automotor, além de permitir a identificação de pessoas quando desembarcado.

5.3.1.6. Para garantir maior estabilidade das imagens, o sistema de fixação das câmeras deve contar com, no mínimo, dois pontos de fixação paralelos entre si.

5.4. Dos requisitos específicos de *Software*

5.4.1. O *software* deve ser especializado no gerenciamento, compartilhamento e custódia de evidências digitais. Para isso, deve garantir um controle rigoroso da cadeia de custódia desde a criação do arquivo na câmera, preservando sua integridade durante todo o período de custódia.

- 5.4.2. Todos os dados gerados e coletados pela câmera devem ser rastreáveis por meio de metadados que vinculem as mídias geradas à sua identificação individual.
- 5.4.3. Qualquer manipulação dos dispositivos de memória da câmera corporal deve ser registrada em *logs*, acompanhados dos metadados mínimos definidos neste documento e/ou na Norma Técnica SENASP nº 014/2024.
- 5.4.4. Todo acesso aos dados armazenados deve ser realizado através de um sistema de gestão com níveis de permissão (perfis de acesso), sem comprometer a cadeia de custódia. Os níveis de permissão deverão ser gerenciáveis e configuráveis pela Contratante, sem limite criação de perfis ou de usuários por perfil, com possibilidade de personalização ampla das permissões de cada perfil.
- 5.4.5. O formato de vídeo deve ser compatível com padrões comerciais como MP4, MOV, WMV, MKV, ou, equivalentes.
- 5.4.6. Todos os arquivos coletados e produzidos pela câmera corporal, quando disponibilizados ao operador final com permissão de acesso, devem estar em um formato padrão, aberto e não proprietário, permitindo sua reprodução em *softwares* disponíveis gratuitamente, sem necessidade de processamento, conversão ou perda de informações dos metadados mínimos exigidos.
- 5.4.7. Os dados armazenados na memória integrada e/ou expansível da câmera corporal devem ter garantida a confidencialidade, autenticidade e integridade, por meio do uso de criptografia e algoritmos de integridade.
- 5.4.8. Todos os arquivos coletados e produzidos pela câmera corporal, incluindo os registros de operação (*logs*) e metadados, devem ser rastreáveis e identificados por meio de algoritmos de integridade amplamente reconhecidos, como por exemplo: SHA-3 ou Whirlpool, por sua segurança contra colisões.
- 5.4.9. Na solução de câmeras corporais, os dados coletados ou produzidos, incluindo arquivos de *logs* e *hashes* de identificação de mídias, devem utilizar criptografia de ponta a ponta (E2EE), permanecendo encriptados desde a memória da câmera corporal até o servidor de dados.
- 5.4.10. Os dados coletados ou produzidos pela câmera corporal só devem estar disponíveis sem criptografia para usuários autenticados e com o nível de permissão adequado, ou, quando da disponibilização da mídia original para terceiros autorizados por lei ou decisão judicial.
- 5.4.11. Os dados gravados em câmeras corporais devem ser protegidos por criptografia, com padrões publicamente disponíveis e validados de acordo com normas técnicas da série ISO/IEC 18033. O Certificado de Conformidade do produto deve detalhar a criptografia utilizada, incluindo tipo de chave e método de operação, juntamente com o algoritmo criptográfico empregado.
- 5.4.12. O sistema deve possuir uma árvore de hierarquia de acesso, compartimentando o acesso a determinado conjunto de evidências e seus metadados, permitindo acesso somente a usuários autorizados.
- 5.4.13. Para garantir a confidencialidade dos dados custodiados e dos metadados das evidências inventariadas, a solução deve empregar a política de menor privilégio, respeitado o disposto no §1º do art. 25 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).
- 5.4.14. As contas de usuários devem ser personalizáveis, com a possibilidade de atribuição de diferentes níveis hierárquicos de acesso, sem afetar outros usuários, permitindo operações independentes e específicas.
- 5.4.15. Usuários ou grupos podem ser configurados para atender aos níveis de execução, supervisão, gerência, administração do sistema, administração de usuários e administração de equipamentos.
- 5.4.16. O sistema deve possuir uma cerca digital para grupos e usuários, garantindo que um usuário de um grupo não tenha acesso as evidências geradas em outro grupo.
- 5.4.17. Além disso, a hierarquização de funções deve ser flexível, permitindo à Contratante criar quantas funções forem necessárias, atribuindo a cada usuário apenas os privilégios necessários para a execução de suas atribuições.
- 5.4.18. O sistema deve possuir filtros, que independente das funções criadas, possam ser parametrizáveis pela Contratada para definir o nível de privilégio de cada operador.
- 5.4.19. Caso ocorra o *download* do vídeo, original ou editado, a auditoria deverá identificá-lo com a certificação eletrônica atinente ao vídeo, devendo esta ser demonstrada *bit a bit*.
- 5.4.20. Mensalmente, o sistema deverá gerar um relatório dos arquivos processados indevidamente, identificando data, hora e autor da ação.
- 5.4.21. O SGCED deverá encriptar todas as comunicações utilizando protocolo HTTPS, com certificados TLS 1.2 ou superior.
- 5.4.22. O SGCED deverá empregar uma arquitetura de segurança cibernética de zero *trust*.
- 5.4.23. A Contratada deverá fornecer uma ferramenta intuitiva, a ser usada em navegador *web*, para que a Contratante possa disponibilizar a qualquer pessoa a capacidade de verificar se um dado foi extraído da solução.
- 5.4.24. Para garantir a integridade e autenticidade dos dados, os algoritmos de integridade gerados para identificação dos arquivos coletados e produzidos pelas câmeras corporais devem ser transmitidos criptografados.
- 5.4.25. A criptografia do algoritmo de integridade que identifica o arquivo deve ser realizada por método que permita a garantia da autenticidade do *hash*. Assim, o sistema de gestão da solução de câmeras corporais deve ser provido da chave pública para a descryptografia.
- 5.4.26. Os dados de vídeo e áudio coletados pelas câmeras corporais devem conter, *frame a frame*, a exibição dos metadados mínimos conforme o tipo de gravação definidos pela Contratada.
- 5.4.27. Os metadados mínimos que devem constar no arquivo de *log* de operação da câmera corporal são: carimbo de data/hora, número de identificação da câmera, identificação do operador, resumo de *hash* dos dados coletados/produzidos, geolocalização, manipulação da bateria e/ou SIM Card da câmera corporal, sendo os três últimos apenas quando aplicável.
- 5.4.28. O *software* deve verificar e confirmar o envio dos arquivos no servidor após o upload dos arquivos gravados nas câmeras.
- 5.4.29. O *software* deve ter a inteligência para verificar se o arquivo enviado do dispositivo de origem chegou íntegro no dispositivo de destino, mantendo o arquivo na origem até confirmação de integridade.
- 5.4.30. O *software* deve gerar arquivos de *log* com o histórico de utilização das câmeras, fornecendo informações precisas sobre as ações realizadas no equipamento, permitindo a associação dos dados das câmeras com as ocorrências.
- 5.4.31. O *software* de gerenciamento deve possuir *logs* de auditoria, indicando quem retirou a câmera, número de série da câmera, data, hora e local de retirada, e deve realizar o mesmo no momento de devolução das câmeras na Estação de Carregamento (*Dock Station*).
- 5.4.32. O sistema deve permitir em suas configurações a função de enviar os arquivos para o servidor de armazenamento conforme a Contratante optar e/ou configurar.
- 5.4.33. O *software* deve gerar relatórios de auditoria abrangentes sobre usuários, grupos, câmeras, evidências, acessos e utilização do sistema, garantindo um registro detalhado das atividades realizadas por cada usuário ou grupo no sistema, assim como das operações executadas e gerenciadas pelo SGCED. Os relatórios devem incluir, no mínimo:
- 5.4.33.1. Quantidade de evidências digitais por usuários, grupos e base/local.
- 5.4.33.2. Quantidade de acionamentos voluntários e automáticos de gravação de evidências digitais por usuário, grupo, base/local.
- 5.4.33.3. Relatório de *logs* de usuários no sistema que detalhe todas as atividades realizadas no SGCED e na câmera, auditáveis por período.

5.4.33.4. Relatório de evidências digitais não categorizados/classificados, exibindo uma lista das evidências digitais que ainda não foram categorizados ou classificados por usuário e grupo de usuários. A classificação deve ser feita de forma automática, com novas classificações adicionadas apenas de forma complementar.

5.4.33.5. Relatório de *uploads* de evidências digitais, apresentando uma lista com a quantidade de evidências digitais enviadas para o armazenamento (*upload*), o total de horas, o tamanho em *megabytes/terabytes* e as médias mensais.

5.4.33.6. Relatório de compartilhamento de evidências digitais por usuário, contendo data/hora, ID do operador e ID de destino.

5.4.33.7. Relatório de inventário de todos os dispositivos e câmeras disponibilizados, exibindo uma lista com informações essenciais como modelo do equipamento, número do equipamento, número de série, status de atribuição (atribuída ou não atribuída), ID do operador atribuído, versão de firmware, última data de *upload*, última conexão na doca, ajustes de volume, indicações luminosas e ajustes de modo silencioso (ligado/desligado).

5.4.33.8. Relatório de evidências criado, mostrando informações mínimas como ID da evidência, *status* (ativo ou apagado), grupo, data de *upload*, data de modificação, data/hora do início e término da gravação da evidência, tipo de evidência (foto/vídeo/áudio), tipo de arquivo (mpeg, jpeg, mp4, etc.), tamanho em *megabytes*, duração em segundos, ID do operador criador, grupo do operador criador, ID do operador que apagou a evidência e seu grupo correspondente, ID do operador que fez o *upload* da evidência e seu grupo, coordenadas GPS, ID do dispositivo que criou o vídeo, número de série do equipamento e resumo criptográfico (SHA2 ou SHA3) das evidências para autenticação.

5.4.33.9. Relatório de auditoria da câmera, do operador e da evidência.

5.4.34. Os metadados para gravação de rotina são: carimbo de data/hora, número de identificação da câmera, identificação do operador e resumo de *hash* do arquivo reproduzido.

5.4.35. O carimbo de data/hora deve estar sincronizado em toda solução por meio de protocolo reconhecido que garanta noção precisa de tempo, como o NTP (*Network Time Protocol*).

5.4.36. Os metadados mínimos, quando aplicável, devem estar sincronizados com protocolos reconhecidamente confiáveis, devendo constar no Certificado de Conformidade do produto o protocolo de sincronização adotado para cada metadado.

5.4.37. Os metadados mínimos contidos nos frames não podem inviabilizar a análise do vídeo e devem estar registrados no mesmo arquivo, incorporado/"queimado" no vídeo.

5.4.38. Quando houver metadados complementares, ou seja, além daqueles definidos como mínimos, essas informações devem estar disponíveis para que o sistema de gestão seja capaz de habilitar sua exibição. Além disso, os metadados complementares devem permitir sua correlação com os metadados mínimos definidos na Norma Técnica SENASP nº 014/2024, quando aplicável.

5.4.39. Todos os metadados devem estar disponíveis ao sistema de gestão, de modo que nenhum *software* especializado de reprodução seja necessário.

5.4.40. A origem dos metadados adicionados pelo sistema de gestão ou outro *software* presente na solução deve estar clara nos registros auditáveis (*logs*).

5.4.41. As câmeras corporais e as estações de carregamento e transmissão de dados devem produzir *logs* de todos os eventos ocorridos em nível de *hardware*, *firmware* e *software* disponíveis durante seu período de trabalho.

5.4.42. Os metadados mínimos definidos neste documento e/ou na Norma Técnica SENASP nº 014/2024 devem constar no arquivo de *logs* produzidos pelas câmeras corporais como mecanismo de redundância da segurança dos registros.

5.4.43. Os arquivos de *log* produzidos pela solução de registro e gestão audiovisual devem ter garantida a autenticidade, confidencialidade e integridade desde o seu armazenamento na câmera corporal até sua disponibilização ao usuário com o devido nível de permissão.

5.4.44. O *upload* dos arquivos de *log* produzidos pela câmera corporal e/ou estações de carregamento e transmissão de dados para o servidor de dados deve ocorrer em conjunto com os demais arquivos transmitidos, como metadados e dados de áudio e vídeo.

5.4.45. Os servidores de dados e sistema de gestão também devem apresentar *logs* de todos os eventos ocorridos em nível de sua competência, devendo ser transmitidos e armazenados em arquivos rastreáveis que garantam a autenticidade, confidencialidade e integridade.

5.4.46. O acesso aos *logs* deve ser restrito aos usuários habilitados com a devida permissão.

5.4.47. O sistema de gestão da solução de câmeras corporais deve possuir conexão com a rede local e/ou externa, no caso de operação via *internet*, possibilitando a comunicação e monitoramento de todas as câmeras corporais conectadas à rede.

5.4.48. A plataforma deve exibir uma lista de todas as câmeras em operação e conectadas, organizadas pelo nome do operador autenticado. Além disso, deve oferecer a opção de exibir a identificação do dispositivo.

5.4.49. A plataforma deve permitir o recebimento de alarmes de emergência acionados pelo botão das câmeras, garantindo uma resposta imediata a situações críticas. Além disso, deve registrar automaticamente o evento, associando-o à câmera e ao operador responsável, para facilitar o acompanhamento e a análise posterior.

5.4.50. A plataforma deve ser capaz de enviar alertas dos dispositivos para usuários específicos cadastrados no sistema, garantindo que notificações importantes cheguem diretamente aos responsáveis designados.

5.4.51. Todas as câmeras devem permanecer conectadas à plataforma de operação durante o período de serviço, conforme a disponibilidade e conectividade. Isso permitirá a localização via GPS e o acionamento da visualização "ao vivo" a qualquer momento. Não é permitido que as câmeras operem em "modo avião" ou *offline* durante o período de serviço.

5.4.52. O *software* de gerenciamento deve exibir de forma visível no *dashboard*, no mínimo, o *status* do nível de bateria das câmeras em operação. Deve permitir acesso via *web* aos *menus* de configuração, exigindo autenticação multifator por usuário e senha.

5.4.53. A empresa Contratada deverá fornecer o *software* de gerenciamento das câmeras e dispositivos de armazenamento com licenças ilimitadas, sendo vedada qualquer restrição de licenças. Os privilégios de acesso para cada usuário serão definidos exclusivamente pela Contratante.

5.4.54. O sistema deve ter a capacidade de inserir marcadores que indiquem eventos específicos no vídeo gravado, permitindo que cada ocorrência seja destacada com o início e término do evento, sem modificar o vídeo original. Este recurso deve suportar múltiplos marcadores, considerando que durante um turno de serviço o operador pode lidar com diversas ocorrências e situações distintas.

5.4.55. O *software* das câmeras ou o dispositivo correspondente deve exibir os trechos com os marcadores de início e término das ocorrências, permitindo que o operador classifique os dados antes do *upload*, com todas as operações registradas em um *log*. O sistema de gestão deve ter mecanismos de monitoramento para avaliação da disponibilidade operacional das câmeras corporais.

5.4.56. Os mecanismos físicos e/ou lógicos de avaliação e monitoramento dos indicadores devem constar como registros (*logs*) auditáveis.

5.4.57. O sistema de gestão deve, automaticamente, verificar e atualizar os *softwares* e *firmwares* da câmera corporal sempre que haja uma atualização. Quando o armazenamento for local e sem a possibilidade de comunicação com a *internet*, o sistema de gestão deve estar instalado localmente e conseguir executar todas as funções previstas na Norma Técnica SENASP nº 014/2024 que não dependam de conexão com a *internet*.

5.4.58. No caso de transmissão dos dados coletados e produzidos da câmera corporal para o servidor de dados de forma remota, havendo ausência de conectividade ou por qualquer outro motivo a transmissão seja interrompida, os dados devem continuar disponíveis

na memória da câmera corporal até o momento em que seja restabelecida a transmissão remota e/ou ocorra a transmissão na estação de carregamento.

5.4.59. Todos os usuários da solução tecnológica de câmeras corporais só podem ter acesso aos sistemas por meio de múltiplo fator de autenticação (MFA), respeitado o nível de permissão para o qual se encontre habilitado, sendo recomendável a implementação da autenticação por *single sign-on* (SSO).

5.4.60. Quando o sistema de gestão permitir a visualização dos dados por usuários externos, habilitados em conformidade com a política de permissão estabelecida, deve ser garantida a autenticidade e integridade dos dados originais armazenados no servidor de dados.

5.4.61. Quando o sistema de gestão permitir a visualização dos dados por usuários externos, o sistema deve ser capaz de inserir, no mínimo, um mecanismo de identificação do usuário/órgão em posse do direito de visualização do dado solicitado, bem como os *logs* referentes ao trânsito do interessado no sistema.

5.4.62. O mecanismo de identificação do usuário/órgão em posse do direito de visualização deve ser exibido sobre o dado solicitado de forma que não inviabilize a análise, mas que também permita a responsabilização em caso de vazamento ou tentativa de manipulação da evidência.

5.4.63. Quando do acesso aos dados originais armazenados no servidor de dados por determinação legal ou judicial, o sistema de gestão deve registrar a passagem de custódia para o usuário/órgão requisitante.

5.4.64. O sistema de gestão deve apresentar recurso tecnológico que permita realizar distorções/borraduras das imagens disponíveis para a visualização, a fim de resguardar a proteção da intimidade das pessoas e da identidade de terceiros sem relação com o evento ou ocorrência. Esse recurso tecnológico só pode ser aplicado sobre a cópia do arquivo original e por usuário com o devido nível de permissão, preservando assim a integridade da mídia original e permitindo a identificação do responsável pela manipulação do arquivo editado.

5.4.65. O compartilhamento dos dados coletados e produzidos pela solução de câmeras corporais deve respeitar os requisitos legais da Lei de Acesso à Informação (LAI) e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

5.5. Acionamento remoto, *live streaming* e posicionamento global por GPS

5.5.1. A solução deve permitir a transmissão "ao vivo" de qualquer câmera para o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública, ou Centro de Gerenciamento e Monitoramento, ou Centro de Comando e Controle, ou Sala de Controle da Contratante e acesso *web*. A transmissão online poderá ser realizada em baixa resolução, adaptando-se à disponibilidade de banda no momento da transmissão, porém, o arquivo original deverá ser gravado na memória da câmera corporal na resolução estabelecida neste Instrumento.

5.5.2. A solução deverá registrar *logs* de acessos ao *live streaming*, contendo, no mínimo, os dados da câmera acessada, data e hora de início e término, bem como o operador do sistema.

5.5.3. A rede de dados LTE será de responsabilidade da Contratada.

5.5.4. A solução deve possibilitar o acionamento remoto da gravação do tipo ocorrência na câmera corporal, no mínimo, a partir do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública, ou Centro de Gerenciamento e Monitoramento, ou Centro de Comando e Controle, ou Sala de Controle da Contratante.

5.5.5. Caso a Contratada dependa de licenciamento de *software* para a recepção da transmissão em *live streaming*, deverá fornecer licenças ilimitadas.

5.5.6. O *live streaming* será utilizado apenas em situações de gerenciamento de crises ou extrema necessidade, resultando em acionamentos em volume extremamente reduzido.

5.5.7. A solução deverá obrigatoriamente oferecer a localização por satélite de cada câmera corporal em uso na Contratante, com plotagem em mapa interativo, permitindo a consulta dos dados da câmera e do operador, bem como o *live streaming* e acionamento remoto através do próprio mapa.

5.5.8. A Contratada deverá disponibilizar APIs dos *softwares* utilizados na solução para integração com os sistemas da Contratante, no mínimo para posicionamento GPS e *live streaming*, no prazo de até 30 (trinta) dias após a solicitação da Contratante da funcionalidade.

5.5.9. O posicionamento GPS deverá ser automaticamente incluído como metadado nos arquivos rotulados como ocorrência, nas marcações de início e término.

5.5.10. A solução deve permitir a reprodução do posicionamento geográfico dos operadores em um mapa digital, exibindo todos os pontos percorridos, incluindo a velocidade de deslocamento, de forma visual e temporal. Além disso, a plataforma de operação deve possibilitar a criação de áreas geográficas específicas e a associação de uma câmera ou um grupo de câmeras para gerar alertas de entrada ou saída dessas áreas designadas.

5.6. Sistema de Gerenciamento e Custódia de Evidências Digitais (SGCED)

5.6.1. A solução SGCED deve garantir suporte integral à Gestão de Cadeia de Custódia, conforme definido no Código de Processo Penal, especialmente nos artigos 158-A e 158-B do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, aprimorados pela Lei 13.964/2019. Assim, o sistema deve assegurar o rastreamento das evidências ou vestígios de acordo com as etapas previstas, mantendo-se em conformidade com qualquer acórdão emanado por tribunais superiores, sobre o tema, durante todo o fornecimento ou a prestação do serviço.

5.6.2. O sistema não deve permitir a edição ou alteração das evidências digitais armazenadas e deve demonstrar aderência ao Capítulo II, artigos 158-A a 158-F do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), aperfeiçoado pela Lei nº 13.964/2019.

5.6.3. Os processos da Contratada e os processos relacionados ao SGCED devem ser auditados e certificados na ISO/IEC 27001:2013, com o certificado emitido em nome do fabricante e do operador da tecnologia, que devem ser confirmados por diligência, durante a análise da amostra.

5.6.4. O sistema deve possuir as seguintes características mínimas:

5.6.4.1. Associar a origem do arquivo (operador, ID do operador, local de descarga, data/hora) com os metadados dos arquivos.

5.6.4.2. Associar cada arquivo gerado pelas Câmeras Operacionais Portáteis (COP) com os sistemas internos do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP), do Centro de Gerenciamento e Monitoramento, do Centro de Comando e Controle, da Sala de Controle, que são as bases da Contratante, incluindo a classificação do tipo de ocorrência e data/hora do acionamento (ligação telefônica e despacho) da ocorrência.

5.6.4.3. Cifrar todos os arquivos de imagens das câmeras corporais, os metadados e as informações provenientes dos sistemas em uso pela Contratante, relevantes à câmera, utilizando o algoritmo de criptografia antes do armazenamento.

5.6.5. Adicionalmente, o sistema deve possuir:

5.6.5.1. Capacidade de criar um novo caso ou ocorrência.

5.6.5.2. Capacidade de adicionar novos arquivos a um caso, utilizando ferramentas do sistema ou interfaces *web* por navegador.

5.6.5.3. Capacidade de adicionar arquivos a um caso arquivo existente já armazenado no SGCED ou nos serviços da Contratante.

5.6.5.4. Capacidade de criar diretórios (pastas) para organizar arquivos adicionados ao caso.

5.6.5.5. Capacidade de copiar um caso existente para um novo caso, mantendo-se a raiz original.

- 5.6.5.6. Capacidade de baixar todos os arquivos dentro de um caso.
- 5.6.5.7. Capacidade de armazenar registros e números de incidentes.
- 5.6.6. As informações relevantes, tais como Boletim de Ocorrência, Procedimentos e Processos instaurados poderão ser inseridos manualmente, geradas automaticamente com base em regras configuráveis ou por um sistema externo, através da integração via API. As informações mínimas e opcionais que constituem uma ocorrência devem ser definidas em conjunto entre a Contratante e a Contratada, sem custo adicional.
- 5.6.7. É responsabilidade integral da Contratada a integração com os sistemas da Contratante já existentes ou a apresentação de uma alternativa, utilizando tantas horas de trabalho quanto necessárias. A integração e a customização devem permitir a adição de descrições de texto livre associadas a vídeos, metadados e eventos, sem comprometer a integridade da cadeia de custódia.
- 5.6.8. O sistema deve ser capaz de:
- 5.6.8.1. Inserir *tags* de texto livre, mantendo a integridade da cadeia de custódia.
- 5.6.8.2. Inserir o local de uma evidência, mantendo a integridade da cadeia de custódia.
- 5.6.8.3. Projetar campos personalizados com caixas de texto livres e listas de pesquisa.
- 5.6.8.4. Registrar datas de criação e último acesso a determinado caso, identificando quem, quando e onde acessou.
- 5.6.9. O SGCED deve operar em conjunto com a solução de criptografia oferecida e ser integrável com as Câmeras Operacionais Portáteis, docas de descarregamento de arquivos, coleta de imagens, coleta de dados e Sistemas de Comando e Controle já existentes.
- 5.6.10. O sistema deve realizar o armazenamento centralizado das evidências digitais das câmeras e das informações dos sistemas em uso pela Contratante, juntamente com todos os metadados associados a esses itens.
- 5.6.11. Caso a Contratante necessite realizar pesquisas de informações além das mínimas já exigidas, a Contratada deverá, em até 60 (sessenta) dias, incluir o recurso solicitado ou fornecer o banco de dados de origem com o respectivo dicionário de dados.
- 5.6.12. Os metadados, tanto inseridos nas câmeras como no software, devem ser pesquisáveis, filtráveis e buscáveis.
- 5.6.13. O sistema deve permitir a interação com outros sistemas existentes na Contratante para busca de conteúdo nos ativos digitais.
- 5.6.14. Deve ser mantido um registro das atividades dos solicitantes da custódia de informações e de todos os acessos e usos das informações relacionadas a determinado caso.
- 5.6.15. Todas as informações a serem custodiadas como evidências devem ser cifradas por meio de criptografia.
- 5.6.16. O SGCED deverá oferecer um cliente *web* independente, sem dependência de aplicativos separados, integrações de terceiros ou serviços para operar.
- 5.6.17. O cliente *web* deve fornecer suporte nativo para navegadores como *Mozilla Firefox*, *Google Chrome*, *Microsoft Edge* e *Apple Safari*, e ser executado em várias plataformas, incluindo *desktop*, *tablets* e *smartphones*.
- 5.6.18. O acesso ao sistema deve ser garantido nas localidades previstas para a prestação do serviço, com acesso remoto via *web* e aplicativo, disponível a todos os usuários cadastrados no sistema.
- 5.6.19. A solução deve incluir uma ferramenta de gerenciamento dos serviços contratados (gestor *on-line*), acessível via navegador *web*, permitindo a administração de todos os dados gerados pelas câmeras, disponível 24/7 e gerenciado pela Contratante.
- 5.6.20. Casos que correm em Segredo de Justiça ou que envolvem dados sigilosos só poderão ser acessados via cliente local, com autenticação SSL mútuo, e não poderão ser acessados via aplicação externa.
- 5.6.21. O sistema deve estar configurado de acordo com as necessidades da Contratante, com uma API para integração ou solução similar em cada aplicação autônoma existente e em uso, permitindo o desenvolvimento de novas integrações.
- 5.6.22. A API deve incluir documentação e exemplos de código, no mínimo, em *JavaScript*, *Java*, *C#* e/ou *Python*, e permitir o carregamento de dados no sistema de Cadeia de Custódia Digital, bem como a visualização de dados existentes em uma aplicação de terceiros.
- 5.6.23. O sistema deve indicar o nome do dispositivo, número de série e data da última utilização, e ser capaz de exibir os dados de GPS disponíveis no dispositivo.
- 5.6.24. Deve também permitir a integração de dispositivos de gravação instalados em viaturas, seguindo o mesmo processo de inventário, carimbo temporal e assinatura digital descritos neste estudo.
- 5.6.25. O SGCED deve aceitar dados de uma ampla gama de sistemas distintos, como gravações de videovigilância, centrais de despacho do Sistema 190, gravações de celulares, arquivos digitais de fotografia de veículos, arquivos digitais alfanuméricos de leitores de placas, metadados de arquivos digitais de imagens e vídeos, documentos, relatórios, imagens, boletins de ocorrência, documentos digitalizados, registros de incidentes, registros de controle de acesso e câmeras corporais.
- 5.6.26. O sistema deve ser compatível com as câmeras corporais dos principais fornecedores do mercado.
- 5.6.27. Considerando que o DGCED é uma plataforma que pode evoluir e que, eventualmente, customizações podem ser necessárias, a Contratada deve prever os custos associados a essas atividades.
- 5.6.28. O serviço de aprimoramento e customização do SGCED deve abranger todo o ciclo de desenvolvimento, incluindo especificação de melhorias ou customizações, preparação e verificação da infraestrutura, desenvolvimento de sistema, módulos, melhorias ou funcionalidades, treinamento dos usuários, customização de APIs e instalação no ambiente de produção.
- 5.6.29. A especificação das melhorias ou customizações deve ser realizada pela Contratada, buscando a melhor solução técnica para atender às necessidades da Contratante.
- 5.6.30. A Contratante, sempre que necessário, solicitará a Contratada a customização do Sistema de Gerenciamento e Custódia de Evidências Digitais (SGCED), ou, *software* de gerenciamento de vestígios digitais, com armazenamento centralizado, de modo a estar adequado a sua realidade, permitindo a utilização de metadados com *tags* de classificação de vestígios, revisão, codificação de ocorrências, identificação dos tipos de vídeo, ID de ocorrência, inclusão de marca d'água identificadora do usuário ou câmera nos frames durante a exibição dos vídeos no *software* de custódia.
- 5.6.31. Para integração do SGCED com os sistemas internos da Contratante, as características técnicas deverão ser definidas em agenda entre a Contratante e a Contratada, utilizando-se para viabilizar a customização por aplicação tantas horas quanto necessárias para o completo alcance dos objetivos.
- 5.6.32. A Contratada obriga-se, sem qualquer ônus, a obtenção de API para integração do SGCED com os sistemas existentes na Contratante.
- 5.6.33. As informações necessárias para a definição do quantitativo de horas deverá ser aprovada pela Contratante, que então fará a emissão de Ordem de Serviço da customização para a Contratada.
- 5.6.34. Uma vez recebida uma Ordem de Serviço, a Contratada terá até 7 (sete) dias úteis para apresentar à Contratante, através do Gestor do Contrato, 1 (um) Plano de Trabalho, que poderá ser aceito ou recusado, detalhando os profissionais envolvidos e estimando a quantidade de horas necessárias para a execução da customização solicitada.
- 5.6.35. A Contratada terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para apresentar um novo Plano de Trabalho, no caso de recusa do plano inicialmente apresentado a Contratante.



- 5.6.36. A Contratada deverá prever o custo da customização em horas (homens-hora) para a evolução da plataforma ou SGCED, incluindo todo o ciclo de desenvolvimento, a saber:
- 5.6.36.1. Especificação.
  - 5.6.36.2. Preparação e verificação da infraestrutura.
  - 5.6.36.3. Desenvolvimento do SGCDE, incluindo-se funcionalidades, melhorias e módulos.
  - 5.6.36.4. Ambiente de testes.
  - 5.6.36.5. Homologações.
  - 5.6.36.6. Treinamento dos usuários.
  - 5.6.36.7. API's.
  - 5.6.36.8. Instalação no ambiente de produção
- 5.6.37. É responsabilidade da Contratada manter o SGCED atualizado e realizar todas as customizações necessárias até o limite de 2.000 horas, por intermédio de abertura de Ordem de Serviço, para garantir o perfeito funcionamento do Sistema, conforme normas técnicas e legais.
- 5.6.38. O Sistema deve permitir a revisão eletrônica das evidências pelos níveis de supervisão e gerência, com ferramentas que permitam anotações da fiscalização e registro dos resultados da revisão, sem comprometer a integridade das evidências digitais.
- 5.6.39. Esses usuários poderão revisar as evidências digitais e avaliar os serviços prestados por seus subordinados. O SGCED deve oferecer ferramentas que permitam anotações das observações feitas pelos supervisores e gerentes, bem como a inclusão de listas de resultados a serem escolhidos pelos operadores nessa função. Todos esses dados devem ser pesquisáveis, e o Sistema ainda deve permitir a emissão de relatórios gerenciais e *logs*, incluindo, no mínimo, os seguintes dados:
- 5.6.39.1. Quantidade de revisões realizadas por operador supervisor;
  - 5.6.39.2. Quantidade de vídeos revisados por supervisores de um determinado operador;
  - 5.6.39.3. Quantidade de vídeos por operador, classificados por operador supervisor, com base nos metadados fornecidos;
  - 5.6.39.4. Quantidade de vídeos, por metadados de resultado de revisão, que cada operador supervisor classificou;
  - 5.6.39.5. Relatório de classificação de resultados de revisão por operador, com a possibilidade de seleção temporal (data/período).
- 5.6.40. O Sistema deve permitir a revisão dos registros audiovisuais diretamente na plataforma, realizada pelos operadores nos níveis de supervisão e gerenciamento.
- 5.6.41. Também deve incluir um módulo para que os supervisores revisem os áudios e vídeos, anotem observações e incluam metadados de classificação como resultado da revisão.
- 5.6.42. Essas informações devem ser pesquisáveis.
- 5.6.43. Os relatórios relacionados a esse recurso poderão ser customizados no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato. Esse prazo refere-se apenas à customização do relatório gerencial, não ao relatório em si, que deve estar incluído no Sistema já na fase de análise de amostras.
- 5.6.44. Os metadados para a classificação da revisão dos áudios e vídeos serão fornecidos pela Contratante. A Contratada terá 30 (trinta) dias, a partir da assinatura do Contrato, para implementar as alterações necessárias ao funcionamento do recurso no *software*. Ressalta-se que o prazo de 03 (trinta) dias é apenas para a inclusão dos metadados fornecidos pela Contratante.
- 5.6.45. O Sistema deve gerar relatórios gerais de auditoria sobre operadores, grupos, câmeras, evidências, acessos e utilização do sistema, garantindo um registro pesquisável de todas as ações realizadas por um operador ou grupo de operadores no sistema, assim como das atividades realizadas nas câmeras corporais e gerenciadas pelo SGCED. Abaixo, uma lista de relatórios obrigatórios:
- 5.6.45.1. Quantidade de ativos digitais por operador, grupos, bases e gerais;
  - 5.6.45.2. Quantidade de acionamentos voluntários de gravação de ativos digitais por operadores, grupo e bases operacionais;
  - 5.6.45.3. Classificação com o número de acionamentos intencionais entre operadores, comparando operadores das diferentes bases.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A definição da quantidade de câmeras corporais a ser contratada levou em consideração a média diária de efetivo policial militar empregado em serviço de patrulhamento nas Unidades Operacionais na capital (Comando de Policiamento da Capital - CPC) e na região metropolitana (Comando de Policiamento Metropolitano - CPM). De acordo com dados fornecidos pelos Grandes Comandos, a Central de Diárias Operacionais (CDO - PMRN) estima que, diariamente, cerca de **1.772** policiais militares desenvolvem atividades nas ruas, em funções que demandam contato direto com a população e atuação ostensiva.

Isto posto, diante da natureza do serviço, que envolve turnos contínuos (diurno e noturno), rotatividade de equipes e necessidade de substituição para manutenção preventiva, perdas ou reposição emergencial, estabelece-se a necessidade da contratação de **1.772 câmeras corporais** para cobrir o contingente operacional diário. Essa quantidade permite a distribuição dos equipamentos de forma a atender o interesse da segurança pública nas 20 (vinte) unidades, garantindo a disponibilidade para o efetivo em serviço operacional da Polícia Militar na capital e sua região metropolitana.

Item	Descrição	Natureza da Despesa	Unidade de Medida	Quantidade Necessária
1	Câmeras corporais com armazenamento de dados de vídeo e áudio na memória do próprio aparelho, com transferência de dados via estação de carregamento e transmissão de dados para armazenamento em um computador e /ou servidor local ou remoto (nuvem ou datacenter), com transferência de dados via internet. (Com possibilidade de transferência de dados ao vivo via <i>wireless</i> , <i>wi-fi</i> , celular ou outra tecnologia, para o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública, ou Centro de Gerenciamento e Monitoramento, ou Centro de Comando e Controle, ou Sala de Controle e com o sistema de gestão).	33.90.39	Unidade	1.772

7. ESTIMATIVA DO VALOR

7.1. Conforme estimativa de preços, que tem por objetivo a análise de viabilidade da contratação, de acordo com o Documento de Formalização da Demanda - DFD (SEI nº 39220742), e, orçamentos na Pesquisa de Preços (39224821) apresenta-se a quantidade de **793 câmeras corporais**.

7.2. Isto posto, destaca-se, que pode haver solução de continuidade na plena, eficiente e compatível cobertura por câmeras corporais adstrita a realidade operacional da Polícia Militar, ou seja, deixa-se de atender o total efetivo policial militar diário, na capital e sua região metropolitana, assim como a cobertura de critérios técnicos de logística e segurança, a exemplo de falhas ou revezamento do efetivo em turnos. Portanto, segue:

ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO			
Estudo Técnico Preliminar 39223650	Natureza	Custeio	Quantidade

Descrição	da Despesa	Investimento	(24 meses)	Estimada
Câmeras corporais com armazenamento de dados de vídeo e áudio na memória do próprio aparelho, com transferência de dados via estação de carregamento e transmissão de dados para armazenamento em um computador e /ou servidor local ou remoto (nuvem ou datacenter), com transferência de dados via internet. (Com possibilidade de transferência de dados ao vivo via wireless, wi-fi, celular ou outra tecnologia, para o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública, ou Centro de Gerenciamento e Monitoramento, ou Centro de Comando e Controle, ou Sala de Controle e com o sistema de gestão).	33.90.39	-	R\$ 12.492.224,16	793
<b>Subtotais</b>	-	-	-	-
<b>TOTAL DA DEMANDA</b>		R\$ 12.492.224,16		-

- 7.3. PARÂMETROS E METODOLOGIA
- 7.4. Os valores utilizados para o cálculo do preço estimado foram coletados de acordo com orçamentos enviados pelas empresas.
- 7.5. Foi utilizada a metodologia da média aritmética dos valores obtidos na pesquisa de preços, com a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e elevados ou excessivamente elevados, para estabelecer um preço de referência condizente com o praticado no mercado.
- 7.6. Na presente pesquisa foram utilizados os seguintes parâmetros, segundo Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021:

PARÂMETROS (IN nº 65/2021 - SEGES/ME)											
Nº Item	Nome	Unidade	Preços Governamentais Art 5º Inc. I	Outros Preços Públicos Art 5º Inc. II	Domínio Amplo Art 5º Inc. III	Cotação Direta Art 5º Inc. IV	Notas Fiscais Art 5º Inc. V	Valor Unitário para 24 meses	Qtd.	Preço Estimado Total	Classificação
1	Câmeras corporais com armazenamento de dados de vídeo e áudio na memória do próprio aparelho, com transferência de dados via estação de carregamento e transmissão de dados para armazenamento em um computador e /ou servidor local ou remoto (nuvem ou datacenter), com transferência de dados via internet. (Com possibilidade de transferência de dados ao vivo via wireless, wi-fi, celular ou outra tecnologia, para o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública, ou Centro de Gerenciamento e Monitoramento, ou Centro de Comando e Controle, ou Sala de Controle e com o sistema de gestão).	Und	1 Preço	0 Preços	0 Preço	2 Preços	0 Preço	R\$ 15.753,12	793	R\$ 12.492.224,16	EXEQUÍVEL

Valor Total: R\$ 12.492.224,16

- 7.7. Valor Total estimado para a contratação: **R\$ 12.492.224,16 (doze milhões, quatrocentos e noventa e doze mil, duzentos e vinte e quatro reais e dezesseis centavos)**, conforme somatório da coluna dos valores totais de cada item.
- 7.8. Da modalidade de licitação e do critério de julgamento
- 7.8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sendo essa a modalidade de licitação obrigatória, por se tratar de bem(ns)/serviços(s), os quais são caracterizados como comum(ns) objeto(s) desta contratação, visto que, são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, acordante com o que determina o art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021, sob a forma ELETRÔNICA,

mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, o que vai garantir extrema segurança ao Contratante em todas as suas fases, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, pois considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação, preconizando o art. 33, inc. I, concomitante com o art. 34, da Lei nº 14.133/21.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. O objeto da contratação será composto por 01 (um) único item, de preço total orçado pela administração no valor **R\$ 12.492.224,16 (doze milhões, quatrocentos e noventa e dois mil duzentos e vinte e quatro reais e dezesseis centavos).**

8.2. Compete à administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes, já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípua da licitação, nos termos do artigo 2º do Regulamento. Nessa linha é a lição de Marçal Justen Filho:

“Como regra, as contratações promovidas pela Administração apresentam um custo. Esse custo consiste não apenas no montante de recursos públicos transferidos a terceiros. Mais que isso, o custo imposto à Administração se relaciona com a necessidade de opção entre diversas soluções mutuamente excludentes. Quando a Administração desembolsa um montante de recursos para uma contratação determinada, o referido montante não poderá ser utilizado para promover outras atividades. Por isso, existe o dever de a Administração desembolsar o menor valor possível para obter uma prestação porque isso lhe assegurará a possibilidade de desenvolver outras atividades com os recursos remanescentes. A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. **A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.**” (grifou-se)

8.3. Mais adiante aduz ainda o mesmo autor:

“Proíbe-se a aplicação de recursos públicos em empreendimentos com dimensões não estimadas ou estimadas em perspectivas irreais, inexecutáveis, onerosas ou não isonômicas. Não poderá ser desencadeado um empreendimento sem serem cumpridas todas as exigências prévias. Nem sequer poderá iniciar-se a licitação sem o cumprimento de tais requisitos, que se inserem na fase interna da atividade administrativa. (...)”

As duas finalidades básicas da etapa interna A primeira finalidade da Lei é evitar contratações administrativas defeituosas, assim entendidas aquelas que se inviabilizam ao longo da execução do objeto ou que não assegurem o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos. Outra finalidade legal é promover uma licitação satisfatória, reduzindo o risco de conflitos, impugnações e atrasos. A definição do contrato e a fixação das condições da licitação. Para atingir essas duas finalidades, é imperioso que a Administração identifique de modo perfeito o objeto a ser executado, a presença dos requisitos legais de admissibilidade da contratação e a conveniência da solução a ser adotada para execução do objeto contratado. Essa é a primeira etapa a ser cumprida pela Administração.”

8.4. O não parcelamento do objeto, seja para os fins da adoção de um objeto único ou mesmo do agrupamento de itens em lotes – que por óbvio devem guardar compatibilidade entre si, admitir julgamento com base em um mesmo critério e permitir execução por um mesmo fornecedor –, por sua vez, deve ser visto com cautela e exige justificativa adequada e consistente, já que ao menos em tese reduz a competitividade, na medida que impõe a cotação do global ou de todos os itens que compõem cada lote pelos particulares, e pode também não resultar na escolha da proposta efetivamente mais vantajosa, em virtude de o julgamento considerar o custo total do objeto ou de cada lote definido, conforme o caso, e não dos itens isolados. Bem por isso é que a decisão relativa à divisão ou não do objeto deve ser motivada em cada caso concreto e deve ser precedida de estudos do mercado específico ainda na fase interna da contratação, que evidenciem a vantagem sob a ótica técnica e/ou econômica.

- Ao dividir a solução, a Administração Pública assume o risco da não conformidade entre os objetos licitados, e como resultado, a não obtenção da solução almejada, pois trata-se de solução única, com os objetos utilizados em conjunto, que exigem o perfeito ajuste de cada acessório ao objeto principal, ou seja, os equipamentos das ambulâncias precisam funcionar integralmente, e o fracionamento da solução, acarretaria prejuízos de ordem econômica e de funcionalidade para o conjunto da solução.

- Já do ponto de vista técnico, a divisibilidade da solução aumentaria o custo da instalação e adaptação doutrinária a soluções diferentes, prejudicando a capacidade de operar e atingir os objetivos de maneira conjunta, sendo a interoperabilidade um dos pressupostos necessários para a atuação integrada do projeto, conforme a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018.

8.5. Neste sentido, esclarecemos que nossa análise aponta para o NÃO PARCELAMENTO do objeto, uma vez que quando reparamos o objeto especificado, o mercado oferece à administração pública todos os itens especificados no objeto da contratação por inúmeras empresas.

8.6. Sendo assim, é desnecessário o parcelamento da solução, visando atender de maneira eficiente o emprego do recurso público, para o melhor aproveitamento das potencialidades do mercado e a possível ampliação da competitividade do certame, sem perda de economia, reduzindo os riscos de conflitos, impugnações e atrasos do processo licitatório.

## 8.7. Da modalidade de licitação e do critério de julgamento

8.7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sendo essa a modalidade de licitação obrigatória, por se tratar de bem(ns)/serviço(s), os quais são caracterizados como comum(ns) objeto(s) desta contratação, visto que, são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, acordante com o que determina o art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021, sob a forma ELETRÔNICA, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, o que vai garantir extrema segurança ao Contratante em todas as suas fases, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, pois considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação, preconizando o art. 33, inc. I, concomitante com o art. 34, da Lei nº 14.133/21.

## 9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. Com vistas a identificar se existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes, que guardam relação/afinidade com o objeto da compra/contratação pretendida, observou-se que não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

## 10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

### 10.1. ALINHAMENTO COM A POLÍTICA NACIONAL

10.1.1. **Programa:** 5116 - Segurança Pública com Cidadania.

10.1.2. **Objetivo Geral:** Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à violência e à criminalidade, promovendo a segurança pública cidadã, humanizada e integrada entre os entes federados e em articulação com a sociedade, com atenção especial à proteção de grupos sociais vulneráveis.

10.1.3. **Objetivo Específico:** 0445 - Fortalecer a atuação das instituições de segurança pública no enfrentamento a criminalidade.

10.1.4. **Ação Orçamentária:** 21BQ - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

10.1.5. **Descrição:** Desenvolvimento de Políticas, Projetos e atividades em Segurança Pública. Prevenção e enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado, ao crime violento, e aos crimes contra vulneráveis.

### 10.2. ALINHAMENTO COM A PESP/RN (PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA)

10.2.1. **Eixo:** Eixo 01 – Questões e temas centrais no enfrentamento da violência, criminalidade, prevenção e resposta a incidentes no

- estado
- 10.2.2. **Ação Estratégica:** 01 - Adotar medidas para redução de homicídios e outros crimes violentos letais, especialmente os cometidos contra a juventude negra.
- 10.2.3. **Meta:** Meta 01 - Reduzir a taxa estadual de homicídios para abaixo de 20 mortes por 100 mil habitantes até 2031.
- 10.2.4. **Indicador(es):** 1 - Quantitativo de vítimas de homicídio; 2 - Taxa de homicídios.
- 10.3. **ALINHAMENTO COM O PPA 2024-2027 SESED**
- 10.3.1. **Programa:** 0301 - Segurança Pública: Cidadania, Inteligência, Gestão e Valorização dos Profissionais.
- 10.3.2. **Objetivo Geral:** 618 - Fortalecer o Sistema de Segurança Pública do Rio Grande do Norte (SISPRN) através da modernização da gestão e da governança e da realização de ações de cidadania, inteligência, investigação, perícia oficial, prevenção de incidentes e defesa civil.
- 10.3.3. **Objetivo Específico:** 192 - Promover ações de cidadania e defesa social, inteligência, investigação, perícia oficial, prevenção de incidentes e defesa civil.
- 10.3.4. **Entrega:** 410 - Execução de serviços relacionados às atividades do Sistema de Segurança Pública do Rio Grande do Norte - SISPRN.
- 10.3.5. **Subação:** 341601 - Reestruturação do SISPRN através da realização de serviços por meio da SAF.
- 10.3.6. **Subelemento:** 03 - Locação de Equipamentos e Softwares - PJ.
- 10.4. **ALINHAMENTO COM PCA 2026 SESED**
- 10.4.1. **ID PCA no PNCP:** 00498299000156-0-000001/2026
- 10.4.2. **Data da publicação no PNCP:** 20/05/2025
- 10.4.3. **ID do ITEM:** 202
- 10.4.4. **Classe/Grupo:** 859 - Outros Serviços de Suporte
- 10.4.5. **Identificador da Fatura Contratação:** 925535-133/2026
- 10.4.6. **Valor Total Estimado:** R\$ 12.000.000,00

11. **RESULTADOS PRETENDIDOS**
- 11.1. Esta equipe de planejamento entende que, em termos de efetividade, a adoção da solução proposta tem o potencial de gerar os seguintes ganhos no trabalho da instituição:
- 11.2. As câmeras corporais permitem o registro contínuo das abordagens policiais, garantindo maior visibilidade e confiança por parte da população sobre a atuação da Polícia Militar;
- 11.3. Com os registros audiovisuais, é possível comprovar a legalidade e a correção das ações, protegendo o agente de acusações falsas e fortalecendo sua segurança jurídica;
- 11.4. O uso das câmeras corporais estimula a adoção de posturas mais técnicas e respeitosas, tanto por parte dos agentes quanto por parte dos cidadãos, reduzindo conflitos e aumentando a qualidade do atendimento;
- 11.5. A aquisição representa um passo importante na transformação digital da segurança pública, alinhando a instituição com boas práticas adotadas nacional e internacionalmente;
- 11.6. Desta forma, a aquisição das câmeras visa aumentar a transparência das ações operacionais, proteger juridicamente os agentes e modernizar a atuação da instituição, promovendo maior confiança da população e eficiência nas abordagens.

<b>11.1 PÚBLICO ALVO</b>
Policiais Militares do Estado do Rio Grande do Norte
<b>11.2. OBJETIVOS DO PROJETO</b>
<b>11.2.1. Geral:</b> Aquisição de 793 (Setecentos e noventa e três) câmeras corporais
<b>11.2.2 Específico(s):</b> Garantir o registro audiovisual contínuo das ações dos agentes para aumentar a transparência e a responsabilização nas operações de segurança; Fornecer provas confiáveis para investigação e proteção jurídica dos servidores, reduzindo denúncias infundadas e melhorando a gestão interna;
<b>11.3. METAS DO PROJETO</b>
1. Aquisição de 793 (Setecentos e noventa e três) câmeras corporais para policiais militares
<b>11.4. REGIONALIZAÇÃO - Região Atendida</b>
Capital e Região Metropolitana do Rio Grande do Norte.

12. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**
- 12.1. A demanda será acompanhada pela equipe técnica responsável devidamente capacitada para tomar as providências necessárias e possíveis para o sucesso da contratação, incluindo o aceite da proposta, recebimento do item e eventuais diligências no intuito de garantir a qualidade da compra.
13. **DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**
- 13.1. Serão definidos no Termo de Referência condições que minimizam possíveis impactos ambientais, seguindo as orientações normativas que tratam de sustentabilidade em contratações públicas.
14. **POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**
- 14.1. O presente estudo técnico preliminar evidenciou que a aquisição de 793 (setecentos e noventa e três) câmeras corporais é viável do ponto de vista técnico, socioeconômico e ambiental, desde que sejam adotadas as premissas e conclusões descritas neste documento conforme preconizado na Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022.
15. **RESPONSÁVEIS**

Natal-RN, na data da assinatura eletrônica.

**Gerente de Projetos**

Kaio Emmanuel Silva **BEZERRA** - Sd QPPM

**Matrícula:** 239.906-7

**Área Técnica**

Elvio **ANDERSON** Maia Lima - TC QOEM

**Matrícula:** 194.169-0

**Área de Contratações**



Documento assinado eletronicamente por **CLAUSAN LIANO DANTAS SANTOS, Major QOEM**, em 09/02/2026, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELVIO ANDERSON MAIA LIMA, Tenente-Coronel PM**, em 10/02/2026, às 08:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **KAIO EMMANUEL SILVA BEZERRA, Cabo PM**, em 10/02/2026, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **39223650** e o código CRC **CCCE1475**.

**Referência:** Processo nº 00510050.000030/2025-73

SEI nº 39223650

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL  
Avenida Sen. Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado, Prédio da Escola de Governo, 1º andar - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - www.defesasocial.rn.gov.br

## MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 00510050.000030/2025-73

### **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº** **\_\_\_/2026 - QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DO** **RIO GRANDE DO NORTE, POR INTERMÉDIO DA** **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA** **DEFESA SOCIAL - SESED/RN E A EMPRESA** **\_\_\_\_\_.**

O Estado do Rio Grande do Norte, através da **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL** com sede no Centro Administrativo do Estado, Escola de Governo, 1º andar, BR 101, Km 0, Lagoa Nova, CEP: 59.064-901, em Natal/RN, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº **00.498.299/0001-56**, neste ato representado pelo senhor **OSMIR DE OLIVEIRA MONTE**, brasileiro, casado, Delegado de Polícia Civil/RN, portador da Matrícula Funcional nº 75.477-3, nomeado para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Adjunto, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social no dia 03 de janeiro de 2019, publicado na edição nº 14.325 - DOE/RN, indicado para Ordenador de despesas pela Portaria nº 01, de 04 de janeiro de 2019, publicada no DOU de 05 de janeiro de 2019, residente e domiciliado nesta capital doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., sediada na ....., doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por ..... (nome e função do contratado), conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 00510050.000030/2025-73 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada pelo Decreto Estadual 32.449/2023 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de empresa especializada na prestação de serviço de solução integrada de captação, armazenamento, transmissão, gestão e custódia de evidências digitais por câmeras corporais, incluindo o fornecimento dos equipamentos com os devidos suportes para fixação no fardamento, em regime de comodato, necessários para estabelecer os links com o sistema de armazenamento em nuvem, infraestrutura nas instalações físicas da CONTRATANTE, configurações, manutenções, atualizações, correções de software, hardware e suporte técnico, bem como acessórios dos equipamentos e suporte técnico para toda solução, incluindo garantia total, para uso durante as atividades operacionais da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, nas condições estabelecidas no Termo de Referência:

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Câmera corporal com armazenamento de dados de vídeo e áudio na memória do próprio aparelho, com transferência de dados via estação de carregamento e transmissão de dados para armazenamento em um computador e /ou servidor local ou remoto (nuvem ou datacenter), com transferência de dados via internet, com possibilidade de transferência de dados ao vivo via wireless (wi-fi ou celular) para um Centro de Comando e Controle ou Sala de Controle e com sistema de gestão.	Unidade	793	R\$	R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

### Condições de execução

3.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

3.2. O início do prazo de vigência contratual e portanto da contagem inicial para prestação dos serviços será contado a partir da assinatura do contrato e será contabilizado o prazo máximo de 90 (noventa) dias para funcionamento pleno da solução, ou seja implantação.

Para efeito inicial de faturamento do serviço contratado, **não será considerado o período de implantação da solução**, a qual deverá estar completamente disponível e funcional para o serviço operacional da CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA:

3.2.1. No prazo máximo de 5 (cinco) dias, após a assinatura do contrato, apresentar cronograma de implantação, contemplando todas as BASES INDICADAS no APÊNDICE B - Plano de Localização - Distribuição de Câmeras Corporais, bem como caderno de testes para o recebimento;

3.2.2. Instalar e configurar todos os ativos, software e hardware, em, no máximo, 90 (noventa) dias do recebimento da assinatura do contrato;

3.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

Atividade, Tarefa ou Serviço	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução da Atividade, Tarefa ou Serviço
Apresentar cronograma de implantação e caderno de testes, abrangendo todas as unidades da PMRN previstas nesse projeto	01 (um) dia	05 (cinco) dias
Implantação da solução contratada	05 (cinco) dias	90 (noventa) dias
Prestação do serviço de Câmera corporal com armazenamento de dados de vídeo e áudio na memória do próprio aparelho, com transferência de dados via estação de carregamento e transmissão de dados para armazenamento em um computador e /ou servidor local ou remoto (nuvem ou datacenter), com transferência de dados via internet, com possibilidade de transferência de dados ao vivo via wireless (wi-fi ou celular) para um Centro de Comando e Controle ou Sala de Controle e com sistema de gestão.	90 (noventa) dias	810 (oitocentos e dez) dias [27 (vinte e sete) meses]

3.3.1. O preço da contraprestação mensal a ser paga pela Administração Pública Estadual, compreendendo todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas, bem como os custos, tributos, encargos e taxas de qualquer natureza e demais insumos incidentes sobre o projeto licitado, somente será iniciado após total implantação do objeto deste termo de referência especificado.

3.4. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

3.4.1. Os equipamentos deverão gravar ININTERRUPTAMENTE todo o turno de serviço, que na PMRN compreende ao período de 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 dias na semana.

3.4.2. Implantação do sistema de monitoramento por câmeras corporais nas unidades operacionais citadas no plano de localização.

3.4.3. A Contratada deve disponibilizar e manter toda a solução com suas atualizações em dia.

3.4.4. Cronograma de realização dos serviços:

- Definição dos locais de prestação;
- Treinamento da equipe da PMRN no sistema;
- Fornecimento a PMRN da infraestrutura para armazenamento;
- Fornecimento das câmeras;

3.4.4.1. A prestação dos serviços contratados deverão ter início após a fase de implantação e preenchido o

caderno de testes com todos os itens atendidos na sua especificação. Correndo por conta da contratada as despesas necessárias à sua execução, em especial as relativas a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

3.4.4.2. Na hipótese de atraso no início da execução do objeto e enquanto perdurar o retardamento da prestação, a CONTRATADA arcará com todas as despesas dos serviços de suporte técnico contratados junto a outros fornecedores e/ou prestadores de serviços.

3.4.4.3. O fornecimento da solução engloba toda infraestrutura, equipamentos, assessorios, armazenamento, e licenças de uso de softwares que comporão o Sistema de Gerenciamento de Evidências Digitais - SGED, e que ocorrerá a título de comodato;

3.4.4.4. A infraestrutura tratada neste termo, constitui-se da instalação de todo o equipamento necessário para o estabelecimento de links de dados para o armazenamento, acionamento remoto e transmissão em tempo real (live streaming), docas para carregamento de baterias e/ou descarga de dados, mobiliário para operação e computadores para acesso ao sistema, incluindo toda a adaptação da rede de energia elétrica e lógica necessária ao funcionamento do sistema em cada local de prestação do serviço;

3.4.4.5. O software, a Câmera Corporal Operacional, a plataforma em nuvem e demais elementos do sistema devem ter total integração, de modo a permitir o aproveitamento de todo o potencial do software e hardware além de garantir a segurança nas operações entre a câmera e o sistema.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

3.5. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

3.5.1. No CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA (CIOSP), localizado na BR 101 KM 0 - Centro Administrativo Rio Grande do Norte, S/N Lagoa Nova, Natal - RN, 59064-901 e nas unidades operacionais específicas da PMRN localizadas nos municípios de Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Mossoró. Ademais, os locais e endereços de cada unidade e quantidades de equipamentos necessários será informado posteriormente a Contratação em documento (CONFIDENCIAL) que será fornecido pela PMRN.

3.6. Os serviços serão prestados no seguinte horário: dentro do ciclo operacional de 24 horas/dia, durante 7 dias da semana

### **Materiais a serem disponibilizados**

3.7. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, assessorios, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

3.7.1. Infraestrutura, equipamentos, assessorios, docas, armazenamento, licenças de uso de softwares, hardware, software, links de dados e mobiliário.

### **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

3.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). :

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

3.9. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

3.9.1. O Fornecedor deverá detalhar e repassar, conforme orientação da PMRN, todo o conhecimento técnico utilizado na implementação dos serviços, sem prejuízo da devida atualização da base de conhecimento ao longo de toda a execução contratual;

3.9.2. A transferência de conhecimento para a PMRN, no uso das soluções desenvolvidas pela CONTRATADA, deverá ser viabilizada, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, em eventos específicos de transferência de conhecimento, e baseado em documentos técnicos e manuais específicos da solução desenvolvida;

3.9.3. A CONTRATADA deverá descrever a metodologia que será utilizada para transferir conhecimento aos técnicos da PMRN, os quais poderão ser multiplicadores a outros técnicos ou a usuários finais. A metodologia, os cronogramas e os prazos deverão constar de um documento formal, um Plano de Transferência do Conhecimento, a ser previamente aprovado pela equipe gestora da PMRN;

3.9.4. Caso ocorra nova licitação, com mudança de fornecedor dos serviços, a CONTRATADA signatária do contrato em fase de expiração, assim considerado o período dos últimos três meses de vigência, deverá repassar para a vencedora do novo certame, por intermédio de eventos formais, os documentos, procedimentos e conhecimentos necessários à continuidade da prestação dos serviços, incluindo a base de conhecimentos, bem como esclarecer dúvidas a respeito de procedimentos no relacionamento entre a PMRN e a nova CONTRATADA;

3.9.5. Após final do prazo de vigência, encerrada a relação contratual, a Contratada tem como obrigação migrar todas as informações relacionadas ao Contrato para banco de dados da Contratante ou da nova Contratada, transferindo todo o conteúdo para a PMRN e após a conclusão da transferência e confirmação por parte da Contratante, a Contratada deverá excluir todas as informações na origem.

3.9.6. A guarda e administração das informações, durante o período contratual, será de total responsabilidade da Contratada, cabendo à mesma qualquer tipo de ressarcimento decorrente de perda parcial ou total das informações relacionadas ao Contrato.

3.10. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.11. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o



ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.13. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.14. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.15. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

3.16. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, III);

3.16.1. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, II);

3.16.2. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, X);

3.16.3. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

3.17. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.

3.17.1. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

3.18. O contratado deverá indicar preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

3.18.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

3.18.2. A Contratada deve manter um representante ou preposto dedicado exclusivamente a fornecer esclarecimentos e resolver quaisquer reclamações que possam surgir durante a execução do contrato. A Contratada deve fornecer meios de contato, como números de telefone, endereços de e-mail ou outros métodos de comunicação, garantindo um contato contínuo e irrestrito com a Contratante, mesmo fora do horário comercial e em sábados, domingos e feriados. Este preposto deve estar disponível para:

3.18.2.1. Cadastro de novas máquinas, equipamentos e/ou usuários.

3.18.2.2. Alteração de registros de servidores e máquinas/equipamentos.

3.18.2.3. Regularização de configurações necessárias ao bom funcionamento do sistema e do contrato.

3.18.2.4. Execução de atividades relacionadas aos itens constantes no Termo de Referência e no edital.

3.18.2.5. Atendimento em horários fora do expediente administrativo, assegurando que não haja interrupção no atendimento das demandas da Contratante.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO (ART. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

6.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto neste item.

6.2. A avaliação da execução do objeto utilizará medição mensal, que será realizada no primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação.

6.3. Para fins de medição, a CONTRATADA deverá fornecer mensalmente, a partir da vigência contratual iniciada após a implantação, ou quando solicitado, na forma determinada pela Contratante, o demonstrativo de utilização dos serviços, por quantidade de Câmeras à disposição das sedes de onde foram instaladas e alocadas.

6.3.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

6.3.1.1. Não produzir os resultados acordados;

6.3.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

6.3.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.4. Considera-se COP disponível:

6.4.1. O dispositivo que está apto a captar vídeos/áudios, quando estiver sendo utilizado por um policial militar;

6.4.2. Apto para o descarregamento em nuvem e replicação em co-location numa estrutura de storage dos dados armazenados em sua memória interna;

6.4.3. Quando estiver na unidade policial, para recarregamento regular de sua bateria de energia;

6.4.4. Com seus acessórios de fixação em condições de uso pelo policial militar;

6.4.5. A disponibilidade da COP abarca as 24 horas do dia, pois a câmera estará sempre em operação, seja sob a guarda de um policial, seja acoplada a uma doca descarregando sua memória de evidências ou ainda em carregamento de bateria interna;

6.5. Constatado que a COP não está apta para captação de dados de vídeo/áudios ou que não está descarregando para a nuvem e replicação em co-location numa estrutura de storage seus dados internos, esta será considerada INDISPONÍVEL;

6.6. Em virtude de anormalidades constatadas durante o monitoramento/administração/gerenciamento das plataformas, a CONTRATADA deverá expedir relatório técnico pormenorizado, constando, no mínimo, os seguintes itens:

6.6.1. Data e hora de início e término;

6.6.2. Técnico ou técnicos responsáveis, que participou(aram) e/ou elaborou(aram) a atividade, com assinatura;

6.6.3. Assinatura e identificação do militar que solicitou o atendimento;

6.6.4. Detalhes da causa, incidente e medidas corretivas aplicadas;

6.6.5. Se houve necessidade de acionamento de manutenção preventiva e/ou corretiva para algum ativo.

6.7. Todos os incidentes abertos devem ter sua resolução, incluindo todo o histórico do chamado, registrada na ferramenta de gerenciamento de serviços de TIC em uso na PMRN e da SESED/RN.

6.8. A empresa, para efeito de faturamento, deverá entregar planilha de cálculo seguida dos relatórios de serviços expedidos por ocasião da entrega da fatura mensal, que será confrontado com as documentações e controles internos da PMRN e da SESED/RN, principalmente para efeitos do recebimento provisório, sendo que, em casos em que houver divergências, serão aplicadas as condições previstas em contrato para correções.

6.9. Todas as atividades serão faturadas pela quantidade de COP disponível em cada Unidade Policial onde foram instaladas e alocadas, definidas no Apêndice B - Plano de Localização - Distribuição de Câmeras Corporais, verificando-se a *pro rata*, quando for o caso e, para realizar o faturamento mensal.

6.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

6.11. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

6.11.1. Finalidade;

6.11.2. Meta a cumprir;

6.11.3. Severidade.

## **Do recebimento**

6.12. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 50).

6.12.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.13. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.13.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.13.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

6.13.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

- 6.13.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 6.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 6.15.1. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado, avaliando as informações e documentos emitidos pelo fiscal de contrato.
- 6.15.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 6.15.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
- 6.15.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 6.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 6.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 6.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)**

### **Liquidação**

- 7.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
  - b) a data da emissão;
  - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) o período respectivo de execução do contrato;
  - e) o valor a pagar; e
  - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.
- 7.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF, ou sítios oficiais.

### **Prazo de pagamento**

- 7.9. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 7.10. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

### **Forma de pagamento**

7.11. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.13.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.14. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE (ART. 92, V)**

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **XX/XX/XX**.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)**

9.1. São obrigações do CONTRATANTE:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

9.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

9.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

9.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

9.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

9.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

9.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

9.1.8.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

9.1.8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.1.8.9. A Administração terá o prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para

decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 (*quize*) dias;

9.1.8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

9.1.8.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I - prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

II - certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

III - certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

IV - Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

V - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

10.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.8. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, exceto o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

10.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

10.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

- 10.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 10.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 10.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 10.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 10.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 10.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 10.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 10.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 10.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 10.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 10.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 10.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 10.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 10.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 10.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 10.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 10.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 10.35. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 10.36. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.
- 10.36.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação



para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)**

12.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 2% (dois por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

12.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até 10 (dez) dias corridos, após a assinatura do contrato.

12.3. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias corridos, após a assinatura do contrato.

12.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

12.5. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

### **Vistoria**

12.6. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 13 horas.

12.7. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

12.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

12.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se

justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de **0,5% (cinco décimos por cento) por dia** de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **60 (sessenta) dias**;

2. Moratória de **0,5% (cinco décimos por cento) por dia** de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **30 % (trinta por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. O atraso superior a **60 (sessenta) dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de **10 % (dez por cento)** do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de **8% (oito por cento)** do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de **6 % (seis por cento)** do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de **4% (quatro por cento)** do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de **2 % (dois por cento)** do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo **máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante; e

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)



13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da lei nº 14.133/21.

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)**

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

14.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

14.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

14.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.7. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.8. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.9. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.11. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.12. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.12.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.12.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.12.3. Das indenizações e multas.

14.13. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.14. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.14.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.14.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da

Lei nº 14.133, de 2021).

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)**

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, constante na **Lei Orçamentária Anual - 2026**, na dotação abaixo discriminada:

Para o exercício 2026:									
Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Subação	Fonte	Natureza	Subelemento	Valor em R\$
21101	06	181	0301	3416	341601	0.700.972848	33.90.40	03 - Locação de Equipamentos e Softwares - PJ	
						1.500.000000			
Para o exercício 2027:									
Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Subação	Fonte	Natureza	Subelemento	Valor em R\$
21101	06	181	0301	3416	341601	0.700.972848	33.90.40	03 - Locação de Equipamentos e Softwares - PJ	
Para o exercício 2028:									
Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Subação	Fonte	Natureza	Subelemento	Valor em R\$
21101	06	181	0301	3416	341601	0.700.972848	33.90.40	03 - Locação de Equipamentos e Softwares - PJ	

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)**

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO (ART. 92, §1º)**

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Natal/RN, na data da assinatura eletrônica.

OSMIR DE OLIVEIRA MONTE  
Secretário Adjunto da SESED/RN  
Representante legal do CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante legal da CONTRATADA

Testemunhas:

Assinatura Assinatura  
SETOR DE CONTRATOS/SESED SETOR DE CONTRATOS/SESED



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ANDRE DA COSTA NETO, C-4**, em 27/04/2026, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **40870570** e o código CRC **C51FB743**.

---

**Referência:** Processo nº 00510050.000030/2025-73

SEI nº 40870570